



**INSTITUTO ESPERANÇA DE ENSINO SUPERIOR**

Recredenciado pela Portaria MEC nº 291 de 23/03/2015, publicada no DOU de 24/03/2015

# **Curso de Licenciatura em Pedagogia**

## **Projeto Pedagógico de Curso**

**SANTARÉM - PARÁ**  
**Fevereiro / 2019**

**INSTITUTO ESPERANÇA DE ENSINO SUPERIOR**

Recredenciado pela Portaria MEC nº 291 de 23/03/2015, publicada no DOU de 24/03/2015

Mantenedora  
**FUNDAÇÃO ESPERANÇA**

**CONSELHO DIRETOR - 2017/2020**

Presidente – **Vânia Pereira Maia**

Vice-Presidente – **Renato Dantas**

1º Secretário – **Jocivan Pedrosa**

2º Secretário – **Denis Maia**

1º Tesoureiro – **Sinval Ferreira**

2º Tesoureiro – **Ivanilson Malheiros**

**CONSELHO FISCAL – 2017/2020**

Presidente: **Ivair Chaves**

Vice-presidente: **José Pinheiro Lopes**

Secretário: **Antonio Jorge Hamad**

**ASSEMBLEIA GERAL - 2017/2020**

Presidente: **Emmanuel Silva**

Vice-presidente: **Geraldo Sirotheau**

**GERENTE ADMINISTRATIVO**

**Gabriel Geller**

Mantida

**INSTITUTO ESPERANÇA DE ENSINO SUPERIOR**

Diretor

**Albino Luciano Portela de Sousa**

Coordenador do Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico

**Paulo Marcelo Pedrosa Pereira**

Coordenador de Pós-graduação, Extensão e Pesquisa

**Ana Camila Garcia Sena Sousa**

Comissão Própria de Avaliação - CPA

**Alexandre Freitas** (coordenador)

Bibliotecária

**Lenil Cunha Pinto**

Secretária Acadêmica

**Mara Rúbia Almeida**

Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico - NAAP

**Paulo Marcelo Pedroso Pereira**

Núcleo Docente Estruturante

**Ana Betânia Ferreira Araújo**

**Dineide Sousa dos Santos**

**Eli Conceição de Vasconcelos Tapajós Sousa**

**Neuzivan da Silva Ávila**

**Quézia Fragoso Xabregas**

## **COORDENADORES DE CURSOS**

Administração e Logística: **Romilda da Silva Uchôa**

Biomedicina: **José Olivá Apolinário Segundo ]**

Ciências Contábeis: **Anderson José Silva de Lima**

Comunicação Social - Jornalismo: **Rosa Luciana Rodrigues**

Enfermagem: **Claudia Costa Nascimento**

Estética e Cosmética: **Alessandra Couto de Camargo Ferreira**

Farmácia: **Suelem Maria Santos de Sousa**

Fisioterapia: **Milene Ribeiro Duarte**

Gestão Ambiental: **Rosa Luciana Rodrigues**

Odontologia: **Verena Maia Miranda**

Pedagogia: **Eli Conceição de Vasconcelos tapajós**

Psicologia: **Edilmara Rocha**

Radiologia: **Antonio Junior Amorim dos Santos**

Redes de Computadores: **Irley Monteiro Araújo**

## **DOCENTES COLABORADORES**

Alberto Soares Evangelista

Ana Betânia Ferreira Araújo

Daniella Cristiane Almeida Bernardes

Dineide Sousa dos Santos

Eli Conceição DE Vasconcelos Tapajós Sousa

Fabiane Mota Rabelo

Girlane Aires Gonçalves

Ivair da Silva Costa

Neuzivan da Silva Ávila

Quézia Fragoso Xabregas

## SUMÁRIO

<u>1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO</u> .....	8
<u>2 CONTEXTO EDUCACIONAL E INSTITUCIONAL</u> .....	9
<u>3 JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO</u> .....	13
<u>4 HISTÓRICO DO CURSO</u> .....	16
<u>5 BASE LEGAL DO CURSO - Detalhamento</u> .....	17
<u>6 CONCEPÇÃO DO CURSO</u> .....	20
<u>7 CAMPOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL</u> .....	29
<u>8 FORMAS DE ACESSO AO CURSO</u> .....	30
<u>9 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO</u> .....	31
<u>10 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO</u> .....	34
<u>11 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO</u> .....	41
<u>12 ESTRUTURA CURRICULAR – Representação gráfica</u> .....	46
<u>13 CONTEÚDOS CURRICULARES E BIBLIOGRAFIAS</u> .....	52
<u>14 METODOLOGIA</u> .....	77
<u>15 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO</u> .....	92
<u>16 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO</u> .....	94
<u>17 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO - Apresentação</u> .....	98
<u>18 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO - Regulamento</u> .....	100
<u>19 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO</u> .....	114
<u>20 ATIVIDADES COMPLEMENTARES</u> .....	117
<u>21 PROGRAMAS DE APOIO AO DISCENTE</u> .....	120
<u>22 AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM</u> .....	127
<u>23 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO</u> .....	131
<u>24 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS</u> .....	132
<u>25 GESTÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA</u> .....	133
<u>26 EDIFICAÇÕES E INSTALAÇÕES FÍSICAS DO IESPES</u> .....	141
<u>27 SERVIÇOS</u> .....	147
<u>28 BIBLIOTECA</u> .....	149
<u>29 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA</u> .....	154
<u>30 RESPONSABILIDADE SOCIAL E ACESSIBILIDADE</u> .....	156
<u>31 BIBLIOGRAFIA</u> .....	157

## **1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO**

### **1.1 Denominação**

Curso de Licenciatura em Pedagogia

### **1.2 Total de Vagas Anuais**

100 (cem) vagas anuais

### **1.3 Regime Acadêmico de Oferta**

Duas (02) entradas semestrais de 50 vagas

### **1.4 Dimensões da Turma**

Cinquenta (50) alunos por turma

### **1.5 Turno de Funcionamento**

Noturno

### **1.6 Regime de Matrícula**

Periodicidade Letiva Semestral

### **1.7 Carga Horária Total do Curso**

3.320 horas

### **1.8. Integralização do Curso**

Mínimo - 08 semestres

Máximo – 12 semestres

### **1.9 Diploma**

Licenciado (a) em Pedagogia

### **1.10 Base Legal do Curso - Apresentação**

O Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Esperança de Ensino Superior - IESPES iniciou em 2003, como Graduação em Normal Superior e foi autorizado por meio da portaria N° 2.140, de 08 de agosto de 2003, publicado em 11 de agosto de 2003, com as habilitações em Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil. O curso foi reconhecido pela Portaria N° 739 de 4 de junho de 2009 e que, nesta mesma portaria, no artigo II transforma o Curso em Pedagogia, Licenciatura, em regime de reconhecimento. A renovação de reconhecimento se deu através da portaria N° 286, de 21 de dezembro de 2012, publicada em 27 de dezembro de 2012.

O Curso tem como base as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso, através da Resolução CNE/CP n° 1, de 15 de maio de 2006, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n° 9.394/96 e da Resolução n° 2, de 1° de julho de 2015, que define as

Diretrizes para formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

## 2 CONTEXTO EDUCACIONAL E INSTITUCIONAL

Santarém é um município brasileiro do estado do Pará. É o segundo município mais importante do Pará e o principal centro financeiro e econômico do Oeste do estado. É sede da Região Metropolitana de Santarém. Pertence à mesorregião do Baixo Amazonas e a microrregião de Santarém. Situa-se na confluência dos rios Tapajós e Amazonas. Localizada a cerca de 800 km das metrópoles da Amazônia (Manaus e Belém), ficou conhecida poeticamente como "Pérola do Tapajós".

Em 2014, a população foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em pouco mais de 300 mil habitantes, sendo o terceiro município mais populoso do estado do Pará (atrás apenas das cidades de Belém e Ananindeua), o sétimo mais populoso do norte do Brasil e o 83º de todo o país. Ocupa uma área de 22 887,080 km<sup>2</sup>, sendo que 77 km<sup>2</sup> estão em perímetro urbano.

Atualmente, a economia de Santarém está assentada nos setores de comércio e serviços, no ecoturismo, nas indústrias de beneficiamento (madeira, movelarias, olarias, panificadoras, agroindústrias, beneficiamento de peixe etc.) e no setor agropecuário, que segundo o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP), na sua pesquisa sobre o Produto Interno Bruto dos municípios, em 2008, destacou-se como maior produtor de arroz e soja do estado do Pará, e como terceiro maior produtor de mandioca do estado e o quarto do Brasil.

O Censo da Educação Superior de 2016 registrou a participação de 2.407 IES no país. Com relação ao ensino presencial de graduação, foi registrado, pelo mesmo Censo, o funcionamento de 34.366 cursos em todo o Brasil. Do mesmo modo que nos anos anteriores, as IES privadas foram responsáveis pela oferta do maior número de cursos em 2016, um total de 22.732. Do total de IES do Brasil, 41 estão no Estado do Pará, sendo 35 IES privadas. As principais instalações educacionais do país estão concentradas nas capitais brasileiras.

Diante deste cenário, onde a grande maioria das IES do Estado é proveniente da iniciativa privada, e ainda, a fim de garantir formação de pessoal qualificado para atender as demandas necessárias para o desenvolvimento, é que percebemos que existe uma nova realidade organizacional que caracteriza a necessidade de criação de cursos que estejam pautados na qualificação técnica, crítica, humanista e reflexiva, de modo a suprir distintos

níveis de desenvolvimento da sociedade, estimulando a capacidade educativa, criadora, a iniciativa de ação, a inovação produtiva, o cuidado com a saúde, o empreendedorismo responsável e o compromisso social que esteja em consonância com a sustentabilidade, que acompanhe o crescimento dos setores produtivos, sempre priorizando o pensamento sustentável.

Assim, a proposição acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia do IESPES enfatiza estes objetivos, legitimando nossa missão de “contribuir para o desenvolvimento da região amazônica, articulando um saber comprometido com a justiça, a solidariedade e contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanista crítica e reflexiva”, notadamente em Santarém, no Estado do Pará, região Norte do país.

Ademais dos dados sociodemográficos apresentados anteriormente, Santarém conta ainda com 457 escolas públicas municipais que atendem a 62.121 alunos, 44 estaduais, que oferecem educação especial, ensino médio e fundamental para 37.145 alunos, e 44 escolas particulares. Dezesesseis instituições de educação superior ofertam vagas para diversos cursos de graduação, conferindo à Santarém o título de polo de desenvolvimento em educação superior do Oeste do Pará.

Existem também cursos profissionalizantes promovidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e empresas da área de informática.

Atualmente, o IESPES possui CI 3 e IGC 3 e nenhum protocolo de compromisso celebrado com o MEC, isto é, todos os cursos de graduação atendem aos critérios de qualidade definidos na legislação da Educação Superior e nos atos normativos do CNE e do MEC.

O IESPES oferece os seguintes cursos de graduação: Bacharelados em Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social (Jornalismo), Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Fisioterapia, Biomedicina e Odontologia; Licenciatura em Pedagogia e Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão Ambiental, Redes de Computadores, Radiologia, Logística e Estética e Cosmética.

Além desses cursos de graduação, o IESPES oferta os seguintes cursos de pós-graduação lato sensu nas áreas de Saúde, gestão, Meio Ambiente e Educação.

O IESPES possui uma Revista semestral de publicação acadêmica da Pós-graduação intitulada “Em Foco” (ISSN 1806-5864), além dos livros de resumo que, anualmente,

compilam os trabalhos submetidos à Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica, evento que envolve outras IES e ocorre no primeiro semestre de cada ano. Registra-se, também, que a Fundação Esperança, mantenedora do IESPES, possui vários convênios celebrados com outras IES e Empresas Nacionais e Estrangeiras.

O IESPES preserva como princípios gerais: a) ética e comprometimento com a qualidade; b) universalidade do conhecimento e fomento da interdisciplinaridade; c) contextualização e compromisso social; d) planejamento e avaliação como princípio orientador da prática institucional; e, gestão democrática de todos seus cursos.

O IESPES se adequa aos ditames da LDB (Lei 9.394/96), com adoção de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com vigência marcada para o período 2013-2017, além da atuação ativa da Comissão Permanente de Avaliação (CPA). A IES está em constante dinâmica educacional renovadora para participação no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tanto no âmbito Institucional, como no de Cursos Superiores e nos eventos de Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Em relação à pós-graduação *Stricto Sensu*, a Fundação Esperança/IESPES tem as seguintes ações realizadas:

- 1) Período de 1998 a 2000: Curso de Mestrado em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional, parceria da Mantenedora, Fundação Esperança, com a Universidade Moderna de Portugal (UM) e a Universidade Estadual da Paraíba, com 24 alunos matriculados e 20 concluintes.
- 2) Período de 2004 a 2006: Curso de Mestrado em Engenharia Elétrica e Computação Aplicada, parceria do IESPES com a UFPA, com 20 alunos matriculados e 17 concluintes.
- 3) Período de 2006 a 2008: Curso de Mestrado em Genética e Biologia Molecular, parceria do IESPES com a UFPA, com 20 alunos matriculados e 18 concluintes.
- 4) 2015: foi assinado um convênio entre a Fundação Esperança e a Universidade do Estado do Pará (UEPA), para a oferta ao curso de Mestrado Profissional em Educação em Saúde, o qual ainda está em fase de finalização de planejamento para 2017.

É neste contexto que, há quase 16 anos, está situado o Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES), uma instituição mantida pela Fundação Esperança, fundada no ano de 1970, pela Sociedade dos Padres Franciscanos Missionários do Rio Tapajós, com sede no Município de Santarém (PA), com caráter de direito privado, sem fins lucrativos, associação de utilidade pública. Está credenciado pela Portaria MEC n.º 476, de 15/03/2001, publicada no DOU de 20/03/2001, e reconhecido pela Portaria MEC n.º 291 de 23/03/2015, publicada no DOU de 24/03/2015. O IESPES tem como ideário:



## **2.1 Missão do IESPES**

Contribuir para o desenvolvimento da região Amazônica, articulando um saber comprometido com a justiça e a solidariedade e contribuindo para o exercício pleno da cidadania mediante formação humanista, crítica e reflexiva.

## **2.2 Visão do IESPES**

Ser referência em Educação Superior de qualidade com foco na interdisciplinaridade e empreendedorismo, até 2020.

## **2.3 Valores do IESPES**

- Ética e comprometimento com a qualidade;
- Universalidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade;
- Planejamento/avaliação como princípio orientador da prática institucional;
- Gestão democrática.

## **2.4 Objetivos Institucionais**

Para a atuação do IESPES, foram estabelecidos os seguintes objetivos institucionais no período de vigência deste PDI – 2013 a 2017.

### **2.4.1 Objetivo Geral**

Promover a educação integral do ser humano por meio do Ensino nas diversas áreas de conhecimento, visando à formação acadêmica e profissional de qualidade, em consonância com as exigências do Século XXI, incorporando inovações científicas e tecnológicas, que contribuam para o desenvolvimento socioambiental, econômico, político e cultural do Município de Santarém, do Estado do Pará, da Região Norte e do País.

#### 2.4.2 Objetivos Específicos

- Promover a formação integral do ser humano, por meio dos seus diversos cursos superiores, estimulando a produção cultural, o desenvolvimento do senso crítico e do pensamento reflexivo;
- Qualificar profissionais, nas diversas áreas de conhecimento, aptos para a inserção nos setores produtivos da sociedade civil, que possam contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e sua formação contínua;
- Otimizar ações que ampliem a interface da educação superior com a sociedade civil, visando à difusão dos conhecimentos naquela produzidos;
- Promover a educação superior contextualizada com a Região Amazônica, objetivando o seu desenvolvimento e sua melhor inserção no contexto nacional, sem perder a perspectiva da universalidade do conhecimento.

### 3 JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO

De acordo com Paulo Ghiraldelli Jr. (2006), somente com a modernidade a Pedagogia se tornou aquilo que conhecemos, efetivamente, por Pedagogia. Foi a partir do século XVII que ela começou a deixar de ser somente para conduzir a criança, e começou a transformar-se na ciência da Educação. A Pedagogia tem como objetivo principal a melhoria no processo de aprendizagem dos indivíduos, através da reflexão, sistematização e produção de conhecimentos. Como ciência social, a Pedagogia deve desenvolver o saber educacional levando em consideração o contexto social, bem como atender as normas educacionais vigentes.

No Brasil, a discussão referente à criação de um curso de Pedagogia aconteceu a partir da década de 30 do século XX, tendo em vista que nesse período existia uma grande discussão em torno da educação. Durante esse período, produziram um profundo debate em torno das questões educacionais. Diante de projetos a respeito da construção da nacionalidade, a educação era valorizada por ambos como indispensável para a modernização do país. Nesse sentido, essas mudanças na sociedade provocaram também alterações nas concepções educacionais com vistas a questões sociais, surgindo a partir de então, a defesa da universalização da educação, da escola pública, laica e gratuita. Defesa essa, pautada, sobretudo, pelo Movimento dos Pioneiros da Educação Nova. Assim, o curso de Pedagogia passou a se firmar como importante instrumento para a formação integral de docentes no país.

Em Santarém, o principal campo de atuação do pedagogo se dá nas instituições de ensino nas esferas municipal, estadual e federal, nas redes públicas e privadas. O quadro a seguir mostra essa realidade.

<b>NÍVEL DE ENSINO</b>	<b>Nº DE DOCENTES</b>
Ensino fundamental	2.833
Ensino fund. - escola privada	328
Ensino fund. - escola pública estadual	383
Ensino fund. - escola pública municipal	2.122
Ensino pré-escolar	699
Ensino pré-escolar - escola privada	133
Ensino pré-escolar - escola pública municipal	566

**Fonte:** MEC/INEP - Censo Educacional, 2015.

Santarém é considerado um dos principais municípios do interior da Amazônia, e tem sido reconhecida como “polo universitária”, pois a pesquisa realizada pelo Instituto de Gestão e Tecnologia, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento (SEMDE/2014), contabilizou 16 instituições de ensino superior, com 69 cursos, incluindo os semipresenciais, no município de Santarém, Oeste do Pará. O resultado do estudo aponta a cidade como polo universitário na região, sendo o segundo município do Pará, com maior número de universidades, ficando atrás apenas da capital Belém, e seguida do município de Marabá, que é a terceira.

Sendo assim, 43% dos universitários migram de outros locais fora da cidade, e os investimentos das instituições representam 1,6% do PIB do município. (<http://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2014>). No entanto, apenas seis IES oferecem o curso de Licenciatura em Pedagogia em Santarém-PA.

Todavia, mudanças na legislação e a efetivação das políticas públicas para a Educação Básica, têm permitido o aumento das matrículas na Educação infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que é onde o pedagogo atua como docente.

Um retrato da necessidade da formação para esse profissional são os dados da Secretaria Municipal de Educação de Santarém (SEMED), sobre o quantitativo de alunos matriculados na rede municipal de ensino, como mostra o quadro a seguir.



## Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Av. Dr. Anysio Chaves, 712, Aeroporto Velho - CEP: 68.030-290 - Santarém/Pará  
Fone/Fax: (93) 3522-5890 / www.santarem.pa.gov.br

### QUADRO DEMONSTRATIVO DE NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS POR SERIE E REGIÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

ANO: 2016

REGIÃO	Nº De Escolas	Nº DE ALUNOS ENS. FUNDAMENTAL			Nº de Alunos Pro Jovem	Nº de Alunos do EJA	Programa Brasil Alfabetização	Nº de Aluno da Creche	Nº de Aluno do Pré-Escolar	TOTAL GERAL
		DE 9 ANOS	DE 8 ANOS	Total						
Cidade	85	25.582	0	25.582	62	1.822	0	1.716	5.576	34.758
Arapuins	70	3.042	0	3.042	0	202	0	0	613	3.857
Arapixuna	15	808	0	808	0	20	0	0	137	965
Lago Grande	75	4.815	0	4.815	41	34	0	40	866	5.796
Planalto	91	7.639	0	7.639	0	466	0	191	1.529	9.825
Tapajós	32	1.810	0	1.810	0	46	0	0	292	2.148
Várzea	42	1.890	281	2.171	0	62	0	0	393	2.626
<b>Total Geral</b>	<b>410</b>	<b>45.586</b>	<b>281</b>	<b>45.867</b>	<b>103</b>	<b>2.652</b>	<b>0</b>	<b>1.947</b>	<b>9.406</b>	<b>59.975</b>

NPD/Coordenação de Estatística, 18/05/2017  
Página 02

A partir destas informações, podemos ratificar a necessidade de acesso aos cursos de Licenciatura em Pedagogia, visto que outra realidade é o número de professores ainda sem formação na rede pública, conforme o quadro a seguir.



## Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Av. Dr. Anysio Chaves, 712, Aeroporto Velho - CEP: 68.030-290 - Santarém/Pará  
Fone/Fax: (93) 3522-5890 / www.santarem.pa.gov.br

### NÚMERO DE PROFESSORES POR QUALIFICAÇÃO E REGIÃO

ANO: 2016

REGIÃO	Magistério	Estudos Adicionais	L. Plena		Pós Graduação		Total
			C	I	C	I	
Planalto	13	0	344	88	53	7	505
Lago Grande	33	0	167	80	13	0	293
Arapuins	29	0	132	85	5	1	252
Arapixuna	6	0	33	6	11	1	57
Tapajós	9	0	73	56	3	0	141
Várzea	7	0	97	37	12	1	154
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>0</b>	<b>846</b>	<b>352</b>	<b>97</b>	<b>10</b>	<b>1.402</b>
Cidade	34	1	895	62	110	2	1.104
<b>Total Geral</b>	<b>131</b>	<b>1</b>	<b>1.741</b>	<b>414</b>	<b>207</b>	<b>12</b>	<b>2.506</b>

NPD/Coordenação de Estatística, 18/05/2017  
Página 01

Diante desse contexto, o Curso de Licenciatura em Pedagogia do IESPES poderá proporcionar formação aos docentes que já estão atuando no magistério e, possibilitar que novos licenciados tenham essa vivência na sua própria região.

#### **4 HISTÓRICO DO CURSO**

O Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Esperança de Ensino Superior - IESPES iniciou em 2003, com a Graduação em Normal Superior e foi autorizado pelo Ministério da Educação por meio da portaria Nº 2.140, de 08 de agosto de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 11 de agosto de 2003, com as habilitações em Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil. O curso foi autorizado com 240 (duzentas e quarenta) vagas anuais por habilitação, totalizando 480 (quatrocentos e oitenta) vagas anuais nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pelo Iespes.

O curso foi reconhecido através da Portaria Nº 739 de 4 de junho de 2009 e que, nesta mesma portaria, no artigo II transforma o Curso de Graduação em Normal Superior no curso de Pedagogia, Licenciatura, em regime de reconhecimento. A renovação de reconhecimento do curso de Pedagogia se deu através da portaria Nº 286, de 21 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 2012.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia do Iespes tem como base as orientações contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Licenciatura em Pedagogia, através da Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 e da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

O currículo do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Iespes até o ano de 2016 foi estruturado a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, estabelecida pela Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui a carga horária mínima de 3.200 horas, sendo 2.800 horas dedicadas às atividades formativas, 300 horas de estágio supervisionado e 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos. A partir de 2017, o curso passa a obedecer o que estabelece a Resolução nº 2, de 1 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

A matriz curricular para os ingressantes no ano de 2017 apresenta uma carga horária de 3.340 (três mil, trezentos e quarenta) horas, sendo: 2.220 (dois mil, duzentas e vinte) horas dedicadas às atividades formativas, 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo, 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, 200 (duzentas) horas de atividades complementares e 120 (cento e vinte) horas dedicadas ao trabalho de conclusão de curso (TCC).

Na matriz curricular do curso é contemplada uma disciplina que aborda as políticas públicas de Educação Inclusiva e que perpassa pelas demais áreas do conhecimento, garantido o direito constitucional à educação. A disciplina de LIBRAS é ofertada em dois semestres.

A proposta pedagógica do curso fundamenta-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais, prioritariamente no que tange ao desenvolvimento de competências, atitudes e habilidades dos formandos nos diversos campos do saber: Competências referentes ao comprometimento com os valores estéticos, políticos e éticos inspiradores da sociedade democrática; competências referentes à compreensão do papel social da escola e ao domínio dos conteúdos a serem socializados, de seus significados em diferentes contextos e de sua articulação interdisciplinar; competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico e ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica e o gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

O Curso visa formar professores para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental; pesquisa na área educacional; gestão de processos educativos e da organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino, buscando formação enquanto profissional comprometido com a melhoria do ensino.

## **5 BASES LEGAIS DO CURSO - Detalhamento**

O Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia do IESPES é construído com base nas seguintes legislações:

- ✓ **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

- ✓ **2.3.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia**
- Resolução nº 1 de 2006 do CNE/CP de 15 de maio, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Licenciatura em Pedagogia.
  
- ✓ **Políticas de Educação Ambiental**
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, o Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999 e a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
  
- ✓ **Educação Inclusiva**
- Lei 10.098/ 2000 que ampara as diferentes categorias alusivas à diversidade.
  
- ✓ **Ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**
- Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o Ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e ao Decreto nº 5.296/2004, que dispõe sobre as condições de acesso para portadores de necessidades especiais;
  
- ✓ **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena.**
- Parecer CNE/CP nº 003/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Lei nº 11.645/2008, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
  
- ✓ **Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio na Educação Básica e nas modalidades de ensino: Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.**

- Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004, que estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

- ✓ **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que estabelece as normas para realização de estágios de estudantes.**

- ✓ **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica.**

- Resolução Nº 4 de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

- ✓ **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.**

- Resolução CNE/CP nº 01/2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

- Parecer CNE/CP nº8/2012 e a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

- ✓ **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.**

- Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

- ✓ **Diretrizes Nacionais para a formação dos Profissionais da Educação.**

- Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013, que altera a Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a formação dos/as profissionais da educação e dar outras providências;

- ✓ **Plano Nacional da Educação 2014-2024.**

- Lei nº 13.005 de 25/05/2014, que institui o Plano Nacional da Educação 2014-2024.



✓ **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior.**

- CNE. Parecer CNE-CP nº 09, de 08 de maio de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena Brasília: CNE, 2001.
- CNE. Parecer CNE-CP nº 28, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: CNE, 2001.
- CNE. Resolução CNE-CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília: CNE, 2002. CNE. Parecer CNE-CES nº 15, de 02 de fevereiro de 2005. Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nºs 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. Brasília, 2005.
- Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

## 6 CONCEPÇÃO DO CURSO

O Curso de Pedagogia, criado em 1939, regulamentado pelo Decreto-Lei n. 1.190/1939 de 04 de abril, foi definido como lugar de formação de “técnicos em educação” e teve definido como objeto de estudo e finalidade os processos educativos em escolas e demais ambientes. Nas primeiras propostas para o curso, se atribuiu o “o estudo da forma de ensinar”. Desde a sua criação, o Curso de Pedagogia se depara com questões relativas ao perfil do profissional formado.

Como ciência da educação, a Pedagogia deve estar conectada com o saber produzido socialmente, bem como atender as normas educacionais do país. No caso do Brasil, a Pedagogia nasceu no período de grandes transformações socioculturais, econômicas e, principalmente, políticas. As discussões efervescentes sobre a educação que já estavam instaladas desde 1920 e que se fortalece na década de 30, com o ideal uma nova proposta de

educação, contribuiu para que o curso de Pedagogia se constituísse de fato. Foi nesse período que se deu o grande marco na educação do Brasil.

A identidade do pedagogo tem sido continuamente construída a partir de reflexões e debates na busca da formação plena deste profissional. O Pedagogo que nasce na Grécia Antiga, e tem apenas a função de conduzir as crianças, agora deixa de ser um mero condutor e acompanhante para exercer seu papel, que é de fundamental importância, no processo formativo de homens e mulheres, capazes de agir e transformar a sociedade como sujeito da história, não apenas no mundo, mas com o mundo e com os outros. É através da educação que podemos transformar o contexto social em que vivemos e adquirir conhecimentos a partir de nossa cultura e vivências.

Uma das coisas mais significativas de que nos tornamos capazes homens e mulheres ao longo da história que, feita por nós a nós, nos faz e refaz, é a possibilidade que temos de reinventar o mundo e não apenas de repeti-lo ou reproduzi-lo. (...) É exatamente porque somos condicionados e não determinados que somos seres da decisão e da ruptura. E a responsabilidade se tornou uma exigência fundamental da liberdade. Se fôssemos determinados, não importa porquê, pela raça, pela cultura, pelo gênero, não tínhamos como falar em liberdade, decisão ética, responsabilidade. Não seríamos educáveis, mas adestráveis. Somos ou nos tornamos educáveis por que, ao lado da constatação de experiências negadoras da liberdade e pela autonomia contra a opressão e o arbítrio. (FREIRE, 2000, p. 121)

Nesta perspectiva, nos tornamos responsáveis uns pelos outros. Essa é a base da educação humanística, tanto necessária nas relações da pós-modernidade. É justamente nesse processo de construção e reconstrução que a educação tem o papel de grande relevância: a intencionalidade da consciência no processo educativo. A finalidade última da educação somente é alcançada mediante a consciência de que o homem está no mundo e com o mundo.

É, justamente, nas práxis, que o homem toma consciência. Existe uma relação de profunda dependência entre o processo de conscientização, o processo educacional e o processo concreto de libertação do homem. A educação assume um importante papel e torna-se um espaço privilegiado para a formação de sujeitos comprometidos com o processo de transformação social. Assim, compreende-se o ato educativo nas suas múltiplas implicações e interdependências como contexto econômico, político, social e cultural, bem como suas especificidades que são decorrentes da atuação dos profissionais formados nos cursos de Pedagogia. Diante de tal compromisso, temos o pedagogo, que irá assumir responsabilidade não só no processo educativo de crianças, como na formação de profissionais que irão atuar nos variados espaços escolares e não escolares.

A Resolução do CNE que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Licenciatura em Pedagogia, aprovadas em 2006, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e continuada em Nível Superior de profissionais do Magistério para a Educação Básica, aprovadas em julho de 2015, trouxeram novas perspectivas para a formação do Pedagogo e reacendeu o debate em torno da natureza do conhecimento pedagógico, dos cursos de licenciatura para a formação de professores e do exercício profissional de professores e especialistas em educação.

### **6.1 Concepções de Formação**

O que se impôs na prática, em boa parte por conta do debate acerca das exigências, e que deve presidir a formação do Pedagogo, a partir do CNE, por seu Conselho Pleno, nas Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia é que grande parte dos cursos de Pedagogia, hoje, tem como objetivo central a formação de profissionais capazes de exercer a docência na Educação Infantil; nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal; na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar; na Educação de Jovens e Adultos; na participação em atividades da gestão de processos educativos; no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos gestão e avaliação de estabelecimentos de ensino, de sistemas educativos escolares, bem como organização e desenvolvimento de programas não escolares e que os movimentos sociais também têm insistido em demonstrar a existência de uma demanda ainda pouco atendida, no sentido de que os estudantes de Pedagogia sejam também formados para garantir a educação, com vistas à inclusão plena, dos segmentos historicamente excluídos dos direitos sociais, culturais, econômicos, políticos.

Caracterizado, portanto, pelas normas recém-instauradas como um curso de licenciatura, a Pedagogia, tal como proposto pelo CNE, precisa levar em consideração, antes de qualquer coisa, na definição de seu projeto pedagógico, além dos princípios constitucionais e legais, a diversidade sociocultural e regional do país, a organização federativa do Estado brasileiro, a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas, bem como a competência dos estabelecimentos de ensino e dos docentes para a gestão democrática. O graduando em Pedagogia precisa, igualmente, trabalhar com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teórico-práticos, cuja consolidação será proporcionada pelo exercício da profissão, fundamentando-se em interdisciplinaridade,

contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva.

Este repertório deve se constituir por meio de múltiplos olhares, próprios das ciências, das culturas, das artes, da vida cotidiana, que proporcionam leitura das relações sociais e étnico-raciais, também dos processos educativos por estas desencadeados. Isso é o que afirma o Parecer do CNE que estabelece que para a formação do licenciado e da licenciada em Pedagogia define-se como central, portanto, o conhecimento da escola como uma organização complexa que tem a função social e formativa de promover, com equidade, educação para e na cidadania.

É necessário que saiba, entre outros aspectos, que entre as comunidades do campo, os povos indígenas, os quilombolas e as populações urbanas social e economicamente excluídas, a escola se constitui em forte mecanismo de desenvolvimento e valorização das culturas sociais e étnicas e da sustentabilidade ecológica, econômica e territorial daquelas comunidades, bem como de articulação entre as organizações tradicionais e o restante da sociedade brasileira. Também é central, para essa formação, segundo o Parecer 05/2005, a proposição, realização, análise de pesquisas e a aplicação de resultados, em perspectiva histórica, cultural, política, ideológica e teórica, com a finalidade, entre outras, de identificar e gerir, em práticas educativas, elementos mantenedores, transformadores, geradores de relações sociais e étnico-raciais que fortalecem ou enfraquecem identidades, reproduzem ou criam novas relações de poder.

A partir desse pressuposto, acreditamos que é através das relações que os seres humanos estabelecem entre si, com a natureza, a sociedade em que vivem e sua cultura, que os saberes são produzidos. O Curso de Pedagogia tem um papel político, social e pedagógico no processo de formação de grande importância diante das novas exigências atuais. Pensar uma nova concepção de formação implica pensar a própria condição humana. Assim, a formação do pedagogo deve ser pautada no princípio ético, comprometida com o processo de transformação social, reflexiva e atuante, que trabalhe a inserção social, especialmente, com relação àqueles que ocupam uma condição de inferioridade na sociedade.

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência (NOVOA, 1995, p.25)

Nessa direção, os seguintes saberes e habilidades, entre outros, que devem ser desenvolvidos na formação do pedagogo são:

- A compreensão ampla e consistente do fenômeno e da prática educativos que se dão em diferentes âmbitos e especialidades;
- A compreensão do processo de construção do conhecimento no indivíduo de acordo com o contexto social e cultural de que faz parte;
- A capacidade de identificar problemas socioculturais e educacionais, propondo respostas criativas às questões da qualidade do ensino e medidas que visem superar a exclusão social e, conseqüentemente, a inserção social;
- A capacidade de apreender a dinâmica cultural e de atuar adequadamente em relação ao conjunto de significados que a constituem;
- A capacidade para atuar com pessoas com necessidades especiais, em diferentes níveis da organização escolar, de modo a assegurar seus direitos de cidadania;
- A capacidade para atuar com jovens e adultos defasados em seu processo de escolarização;
- A capacidade de estabelecer diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- A capacidade de articular ensino e pesquisa na produção do conhecimento e da prática pedagógica;
- A capacidade de desenvolver metodologias e materiais pedagógicos adequados à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas;
- O compromisso com uma ética de atuação profissional e com a organização democrática da vida em sociedade;
- A articulação da atividade educacional nas diferentes formas de gestão educacional, na organização do trabalho pedagógico escolar, no planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas da escola;
- A elaboração do projeto pedagógico, sintetizando as atividades de ensino e gestão, caracterizadas por categorias comuns como: planejamento, organização, coordenação e avaliação e por valores comuns como: solidariedade, cooperação, responsabilidade e compromisso.

Para enfrentar os desafios que se colocam diante da educação na atualidade, o profissional da educação necessita de um conhecimento teórico, de uma sensibilidade pautada em pressupostos éticos e de uma consciência política desenvolvida e comprometida. Os cursos de formação de professores precisam zelar por uma formação que proporcione uma prática transformadora e participativa.

## 6.2 Concepções de Docência

A Pedagogia, obviamente, compreende a docência, pois também trata do ensino e da formação escolar de crianças e jovens, de métodos de ensino, de planejamento e de avaliação. A Pedagogia não se resume a um curso, antes, a um vasto campo de conhecimentos, cuja natureza constitutiva é a teoria e a prática da educação ou a teoria e a prática da formação humana. Assim, o objeto próprio da ciência pedagógica é o estudo e a reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo, sobre as práticas educativas em todas as suas dimensões.

Essas definições mostram um conceito amplo de pedagogia, a partir do qual se pode compreender a docência como uma modalidade de atividade pedagógica, de modo que a formação pedagógica é o suporte, a base, da docência, não o inverso. O trabalho docente está se transformando, apontando para práticas inovadoras, que contribuem para a luta contra o fracasso escolar, que desenvolvem a cidadania, que recorrem à pesquisa, que enfatizam a prática reflexiva, que orientam as formações iniciais e continuadas, que estimulam a autonomia e a responsabilidade, que promovem aprendizagens significativas para o desenvolvimento pleno do educando (PERRENOUD, 2000).

A docência constitui o elo articulador entre o pedagogo e o licenciado das áreas de conhecimentos específicos, abrindo espaço para se pensar ou propor uma concepção de formação articulada e integrada para todos os professores. Essa concepção de docência supõe:

- A sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais, bem como o domínio dos conteúdos a serem ensinados pela escola (matemática, ciências, história, geografia, química, etc) que permita a apropriação do processo de trabalho pedagógico, criando condições de exercer a análise crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional;
- A unidade entre teoria e prática, fonte primeira de formação inseparável e fundamental;
- A capacitação para a gestão democrática como instrumento de luta pela qualidade do projeto educativo;
- O compromisso social do profissional da educação e;
- O trabalho coletivo e interdisciplinar.

A escola requer profissionais mais críticos, criativos, proativos, que participem, que sejam ousados, conscientes de seu papel social e profissional. Na educação em que se objetiva o desenvolvimento integral do aluno, o professor exerce a função de estimulador, de incentivador da busca pelo conhecimento por parte do aluno, de criar condições nesse processo de construção do saber.

Considerando a opção preferencial assumida nessa proposta de curso, a de focar nossos esforços formativos na instituição escolar, a organização da matriz curricular para a formação do pedagogo precisa ter como eixo central a cultura escolar, entendida como uma construção social que traz as marcas de um espaço e tempo específicos, expressos nos rituais pedagógicos, na forma de organização e gestão da escola, na delimitação de saberes e conteúdos a serem trabalhados, nos procedimentos de avaliação, numa perspectiva sempre parcial e provisória. Isso, evidentemente, não significa o descarte das questões formativas que emergem de outros espaços educativos, até porque, pelo que entendemos a realidade, não pode ser articulada de maneira parcelada, e ao mesmo tempo, a sociedade é percebida por nós como lugar privilegiado de aprendizado, de vivências, de aquisição de experiências, e nessa relação vai se construindo a educação.

As DCNs para a Formação Inicial e continuada de Professores para a Educação Básica preconizam que a formação de professores deve estimular e desenvolver novas competências como: compromisso com o ensinar, saber contar histórias, promover situações significativas de aprendizagem, mediar problemas e conflitos, ser exemplo, promover situações significativas de aprendizagem, saber trabalhar em equipe e valorizar o coletivo, estar aberto ao novo, ser elo de comunicação entre a família e escola, saber gerenciar a sala de aula, aprender a aprender, compreender o papel da tecnologia no espaço escolar, ter competência para orientar e auxiliar nas orientações a partir de relações pautadas no respeito e na confiança, de uma relação afetiva.

### **6.3 Concepções de Currículo**

A concepção de currículo presente no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia aponta para a compreensão do lugar onde a formação se efetiva e a proposta pensada se concretiza. Neste sentido, é importante considerar que o currículo manifesta os saberes e ações, concebidos como processos que se constroem coletivamente, por meio da participação e da visão de que o conhecimento é uma construção. É uma proposta de currículo em que a relação com o conhecimento possibilite uma prática educativa do todo e não compartimentalizada. É trabalhar o conhecimento a partir do universal, ou seja, um diálogo entre os vários saberes presentes ao longo da formação e entre os saberes advindos das próprias trajetórias escolares dos alunos.

Algumas estratégias pedagógicas podem ser pensadas nesse sentido tomando como exemplo as “Práticas Pedagógicas Integradas”, que já se constituem como experiência

desenvolvida ao longo do ano letivo de 2016 no Curso de Pedagogia, e que têm como objetivo o estudo dos novos paradigmas da educação que norteiam a interação teoria-prática nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, no processo de construção da proposta curricular do curso, com vistas à formação do profissional da Educação Básica. Afinal, uma proposta curricular para um curso de Pedagogia pressupõe clareza sobre o profissional que se espera formar, o sentido da formação para esse sujeito, as maneiras de articulação curricular, as aprendizagens significativas, a dimensão epistemológica dos conteúdos, a atitude de investigação e pesquisa e, principalmente, uma articulação entre teoria e prática. Nessa perspectiva, a formação do pedagogo que buscamos implica num currículo que:

1. possibilite a relação teoria/prática a partir do primeiro ano do curso, com a criação de espaços que favoreçam a compreensão do contexto da prática pedagógica, pois as experiências vivenciadas fazem a diferença na formação deste profissional;

2. permita compreender que no contexto escolar se estabelecem complexas relações de classe, étnico-raciais e de gênero que produzem identidades e que a escola e os currículos escolares têm que ser apreendidos a partir desses pressupostos. A relação entre o currículo e a cultura é essencial para penetrarmos no cerne dos processos produtivos de identidades e diferenças, de exclusões e desigualdades, preconceitos, racismos ainda tão presentes em nossa sociedade.

3. articule o processo de ensino, pesquisa e extensão, de forma a levar o aluno desenvolver ações que lhe permitam entender que a formação e o desenvolvimento profissional devem ser um processo permanente, devido à própria dinâmica social que está, permanentemente, em construção, desenvolvimento e transformação.

4. compreenda a instituição escolar a partir de funções que são complementares: a de socialização, ou seja, mediação entre a escola e o contexto social em que os alunos estão inseridos na produção de significados; a instrutiva, em que, mediante as atividades de ensino-aprendizagem realizadas intencional e sistematicamente, aperfeiçoe o processo inicial de socialização, rompendo com os mecanismos que caracterizam de forma desigual, nas sociedades de livre mercado, o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos; e a educativa, que sintetiza as funções anteriores, na medida em que desenvolve nos alunos autonomia, independência intelectual, para que possam analisar criticamente os processos socializadores vividos cotidianamente.

Neste sentido, optou-se por uma concepção epistemológica pautada no currículo que apresente a abordagem a partir das práxis pedagógicas que privilegie o espaço da pesquisa e represente a formação vivenciada, buscando metodologias que coloquem o estudante como



protagonista do processo educativo, norteando o trabalho docente, contribuindo para a construção do conhecimento dos alunos em formação.

A linha teórica adotada no currículo do Curso é a Histórico-Crítica, teoria criada por Demerval Saviani, que tem como foco a transmissão de conteúdos científicos por parte da instituição de ensino, porém sem ser conteudista. O ensino conteudista é aquele em que se passa uma quantidade enorme de conteúdo, sem se preocupar com o desenvolvimento intelectual, cultural e de raciocínio do aluno. A teoria de Saviani, no entanto, preza pelo acesso aos conhecimentos e sua compreensão por parte do estudante para que este seja inclusive capaz de transformar a sociedade.

Na Pedagogia Histórico-Crítica, a educação escolar é valorizada, tendo o papel de garantir os conteúdos que permitam aos alunos compreender e participar da sociedade de forma crítica, superando a visão de senso comum. A ideia é socializar o saber sistematizado historicamente e construído pelo homem. Nesse sentido, o papel da escola é propiciar as condições necessárias para a transmissão e a assimilação desse saber.

Segundo Aranha (1996), a Pedagogia Crítico-social dos conteúdos, ou, como também é conhecida por Pedagogia Histórica-crítica, busca:

Construir uma teoria pedagógica a partir da compreensão de nossa realidade histórica e social, a fim de tornar possível o papel mediador da educação no processo de transformação social. Não que a educação possa por si só produzir a democratização da sociedade, mas a mudança se faz de forma mediatizada, ou seja, por meio da transformação das consciências (ARANHA, 1996, p. 216).

Pode-se perceber nesta tendência uma preocupação com a transformação social. Contudo, para tal, parte-se da compreensão da realidade, a partir da análise do mundo do trabalho, das vivências sociais, buscando entendê-lo não como algo natural, mas construído culturalmente - torna-se importante no processo de transformação social a mediação cultural.

Para que uma teoria histórico-crítica da educação possa se constituir em pedagogia histórico-crítica, ela precisa assumir um posicionamento sobre o que é educação e o que significa educar seres humanos. Segundo Saviani (1991, p.103):

A Pedagogia Crítica implica a clareza dos determinantes sociais da educação, a compreensão do grau em que as contradições da sociedade marcam a educação e, conseqüentemente, como é preciso se posicionar diante dessas contradições e desenreda a educação das visões ambíguas, para perceber claramente qual é a direção que cabe imprimir a questão educacional.

Portanto, este projeto assume a concepção de currículo em rede de saberes necessários a uma prática educativa pautada nos princípios de valorização do ser humano, seus aspectos socioculturais, em que os saberes são articulados entre si. Nesse sentido, a matriz curricular está organizada por eixos de formação que abrangem as bases epistemológicas, filosóficas, sociológicas, psicológicas e pedagógicas presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica e correspondem ao desenvolvimento e à aprendizagem humana, técnica e política do educador.

## **7 CAMPOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

A Pedagogia tem sua formação regulamentada nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais, resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, e fundamentada no art. 64 da lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Além de formar professores, a pedagogia prepara profissionais capazes de compreender e colaborar para uma educação de melhor qualidade na realidade brasileira, comprometidos com a transformação social.

Em relação à formação profissional da educação, a LBD 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 64 enfatiza que:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Na Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, destaca no Art. 4º:

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Nesse mesmo documento ainda ressalta que as atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;  
II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

Com relação à atuação do pedagogo em espaços não escolares, destacamos o perfil do graduado em Pedagogia, que deverá ter profundos conhecimentos teóricos, diversidade de práticas que se articulam ao longo do curso.

Neste sentido, o pedagogo deverá estar apto a trabalhar em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo, como em escolas, universidades, fóruns, CRA's, CREA's, hospitais, centros de educação em geral, dentre outros.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

O trabalho pedagógico está presente nas várias modalidades da educação, considerando a sua importância no contexto das diversas esferas da atividade humana, constituindo assim, diversas oportunidades de atuação para o pedagogo como o profissional da educação.

## **8 FORMAS DE ACESSO AO CURSO**

Para matricular-se no curso de Licenciatura em Pedagogia do IESPES, o candidato deverá:

- 1) Ter concluído o Ensino Médio, em instituições regulares, públicas ou privadas, devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação;
- 2) Ter sido convocado a matricular-se após selecionado por um dos seguintes processos, de acordo com as normas do IESPES, definidas em edital próprio:

- ✓ Processo Seletivo anual;
- ✓ Por meio da nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio;

- ✓ Por meio de Processo Seletivo agendado para preenchimento de vagas remanescentes;
- ✓ Por meio de solicitação de vaga, caso seja portador de diploma de nível superior;
- ✓ Por meio de transferência externa.

## **9 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO**

A formação do pedagogo fundamenta-se na apropriação de conhecimentos por meio de estudos teórico-práticos que se consolidam no exercício da docência da educação básica e da gestão pedagógica e escolar, nos campos de atuação propostos pelo curso, em sua estrutura curricular.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP Nº 1 de 15 de maio 2006), o (a) egresso (a) dos cursos de Pedagogia deverá estar apto a:

- I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

§ 1º No caso dos professores indígenas e de professores que venham a atuar em escolas indígenas, dada a particularidade das populações com que trabalham e das situações em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

I - promover diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo indígena junto a quem atuam e os provenientes da sociedade majoritária;

II - atuar como agentes interculturais, com vistas à valorização e ao estudo de temas indígenas relevantes.

§ 2º As mesmas determinações se aplicam à formação de professores para escolas de remanescentes de quilombos ou que se caracterizem por receber populações de etnias e culturas específicas.

E de acordo com a Resolução N° 2, de 1º de julho de 2015, art. 8º, o (a) egresso(a) dos cursos de formação inicial em nível superior deverá, estar apto a:

- I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;
- IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;
- VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;
- VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;
- IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;
- X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;
- XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

Parágrafo único. Os professores indígenas e aqueles que venham a atuar em escolas indígenas, professores da educação escolar do campo e da educação escolar quilombola, dada a particularidade das populações com que trabalham e da situação em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

I - promover diálogo entre a comunidade junto a quem atuam e os outros grupos sociais sobre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprios da cultura local;

II - atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes.

Em suma, o egresso do curso de Licenciatura em Pedagogia do IESPES, além de todas as competências e habilidades já descritas neste item, deverá estar apto a atuar nos diversos níveis da Educação, munido de repertório teórico-prático que o possibilite trabalhar na formação integral do ser humano, considerando a perspectiva da Inclusão, da Valorização cultural, da Sustentabilidade, do uso das novas tecnologias educacionais, da Consciência étnico-racial, da Educação para Direitos Humanos, buscando as diretrizes globais dentro de cada um desses eixos para uma atuação local, com vistas a gerar impactos sociais duradouros e que contribuam para a constituição de uma sociedade justa e de diretos.

## **10 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO**

### **10.1 Políticas de Qualificação e Oportunidades aos Discentes**

#### **1. Qualificação docente com foco no Ensino**

Com vistas à melhoria constante no ensino, o IESPES mantém o Programa de Formação Continuada para docentes, a ser realizado durante as reuniões de colegiado do curso de Licenciatura em Pedagogia. O programa é coordenado pelo Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico (NAAP) que, mensalmente, conduz discussões acerca das metodologias a serem empregadas em cursos de licenciatura, bem como das estratégias para se trabalhar a interdisciplinaridade de forma a integrar as áreas de atuação do Pedagogo, com

foco na qualidade do ensino, de forma a valorizar o estudante como protagonista do processo ensino-aprendizagem.

## 2. Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico – NAAP

O NAAP do IESPES é um espaço de estudos, discussão, revisão e elaboração de materiais didático-pedagógicos e documentos oficiais, orientação discente e colaboração ao trabalho docente, assim como apoio aos processos acadêmicos, e é constituído por uma equipe de docentes indicados pela Mantenedora da IES. O NAAP também realiza atendimentos aos acadêmicos, no que tange à orientação para estudos e direcionamento quanto às possíveis dificuldades no percurso acadêmico, além de atender estudantes com necessidades especiais, por meio de orientações e acompanhamento de cunho pedagógico. Para alunos com baixa visão, o IESPES dispõe de equipamento e ampliação de texto e, para os surdos, uma professora de Libras acompanha o andamento dos estudos desenvolvidos.

## 3. Clínica de Psicologia

Sob a orientação e supervisão do curso de Psicologia, o IESPES oferece aos alunos de todos os cursos, inclusive aos de Pedagogia, serviços gratuitos de apoio psicológico, tendo como foco a prevenção e promoção da saúde, de forma a garantir o melhor estado mental possível, a fim de que os acadêmicos que estejam precisando de algum auxílio neste sentido possam ser assistidos pela instituição, melhorando a qualidade de vida tanto acadêmica quanto na vida pessoal.

## 4. Grupo de Estudos do curso de Pedagogia do IESPES - GEPI

O grupo de Estudos tem o objetivo de promover explicações e discussões sobre temáticas educacionais, e proporcionar reflexões referentes ao ensino e às práticas pedagógicas vivenciadas pelos discentes e docentes na academia.

O GEPI proporciona debates acerca da educação, suas concepções e ramificações. Visa o desenvolvimento e a consolidação de novos ensinamentos e aprendizagens, e evidencia diferentes teóricos e seus olhares múltiplos sobre as temáticas educacionais.



## 5. Bolsa de Iniciação Científica e Extensão

O IESPES oferece Bolsas como forma de estimular a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pela Instituição. Anualmente, é publicado um edital interno direcionado aos docentes para que submetam projetos de pesquisa e extensão a serem desenvolvidos no período letivo do ano seguinte. Após aprovação, os projetos são apresentados à comunidade discente para que os interessados participem de um processo seletivo, a fim de direcionar as bolsas de estudos integrais e parciais aos acadêmicos dos projetos.

## REGULAMENTO DAS BOLSAS DE PESQUISA E EXTENSÃO

**Art. 1º.** As bolsas de pesquisa e extensão estão abertas para todos os alunos do IESPES que participem das atividades de pesquisa e extensão oferecidas pela Instituição e que atendam aos seguintes requisitos:

I – já ter cursado o 1º semestre;

II – ter média acima de 6,0 (sete);

III – não exercer nenhuma atividade remunerada.

§1º. Os candidatos deverão participar de processo seletivo que consta de apresentação de currículo e de plano de trabalho sobre as atividades a serem desenvolvidas, bem como serem aprovados em entrevista a ser realizada com o professor coordenador do projeto.

§2º. A seleção dos bolsistas será realizada anualmente, observando-se o número de bolsas disponíveis, que deverão ser repartidas entre todos os cursos, de acordo com o número e a natureza das atividades de pesquisa e/ou extensão desenvolvidas.

**Art. 2º.** Os alunos com bolsa de pesquisa e/ou extensão deverão dedicar-se 10 (quatro) horas semanais às atividades propostas no projeto.

**Art. 3º.** Os alunos com bolsa de pesquisa e/ou extensão serão avaliados bimestralmente pelo professor coordenador e pela Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, que encaminhará um relatório à direção da Instituição recomendando ou não a continuação da bolsa.

**Art. 4º.** O aluno perderá, a qualquer momento, a bolsa de extensão nos seguintes casos:

I – caso sua participação nas atividades seja manifestamente insuficiente;

II – caso sofra alguma penalidade disciplinar;

III – caso venha a exercer alguma atividade remunerada, que deverá ser imediatamente comunicada ao responsável pelas atividades de pesquisa e/ou extensão;

IV – caso solicite desligamento das atividades de pesquisa e/ou extensão.

**Art. 5º.** O aluno deverá apresentar nos meses de maio, julho, outubro e dezembro ao responsável pelas atividades de pesquisa e/ou extensão um relatório das atividades realizadas nos meses anteriores.

**Art. 6º.** Os projetos de pesquisa e/ou extensão não são interrompidas necessariamente durante o período de férias.

**Art. 7º.** Os projetos de pesquisa e/ou extensão compreendem atividades desenvolvidas dentro ou fora do IESPES, com atendimento à comunidade local.

Parágrafo único. Os alunos não poderão ser aproveitados pela Instituição para o desenvolvimento de qualquer atividade administrativa ou docente do IESPES.

**Art. 8º.** A bolsa de pesquisa e/ou extensão pode variar entre um desconto de 25 e 100% nas mensalidades do período correspondente à realização do projeto, a depender do número de acadêmicos aprovados no projeto.

**Art. 9º.** Qualquer caso não contemplado neste regulamento será resolvido pelo Diretor, ouvidos a Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, o Núcleo Acadêmico-Pedagógico e o professor responsável pelo desenvolvimento do projeto em questão.

## 6. Atividades Extensionistas

Diversas atividades extensionistas do IESPES estão organizadas também dentro do Projeto Interdisciplinar (PI). O PI é um processo educativo, cultural e científico que articula a interação do IESPES com a comunidade, viabilizando a relação transformadora entre a IES e a sociedade. De forma articulada, envolvendo as disciplinas do semestre letivo em curso, os acadêmicos, sob supervisão docente, vão às comunidades locais conhecer aspectos da realidade vinculados à área de formação, a fim de estudar e sistematizar ações intervencionistas, participando do processo dialético entre teoria e prática. No curso de Pedagogia, o PI vem sendo desenvolvido junto às escolas públicas estaduais e municipais, onde os acadêmicos promovem palestras, oficinas, atividades lúdicas, dentre outros.

## 7. Bolsa Monitoria

O Programa de Monitoria do IESPES envolve docentes e discentes na condição de orientadores e monitores, respectivamente. Os objetivos do Programa são: despertar no segmento discente o interesse pela docência, estimulando o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao seu exercício; promover a melhoria do ensino de graduação através da

interação dos monitores com os segmentos docentes e discentes e auxiliar o professor em suas atividades acadêmicas vinculadas ao ensino.

## REGULAMENTO DA MONITORIA

### CAPÍTULO I – DOS OBJETIVOS

Art. 1º. São objetivos da Monitoria:

I – oportunizar ao aluno o desenvolvimento de habilidades para a carreira docente, nas funções de ensino, pesquisa e extensão;

II – assegurar cooperação didática ao corpo docente e discente nas funções universitárias.

Art. 2º. Cabe ao Monitor auxiliar o corpo docente nas seguintes atividades:

I – tarefas didático-científicas, inclusive na preparação de aulas, trabalhos didáticos e atendimento a alunos;

II – atividades de pesquisa e extensão;

III – trabalhos práticos e experimentais.

Parágrafo único. Incumbe, ainda, ao Monitor, auxiliar o corpo discente, sob a supervisão docente, na orientação em trabalhos de laboratório de ensino e de informática, de biblioteca, de campo e outros compatíveis com seu grau de conhecimento e experiência.

Art. 3º. É vedado ao Monitor ministrar aulas sem acompanhamento do professor da disciplina.

### CAPÍTULO II – DO PROCESSO SELETIVO

Art. 4º. O processo de seleção aos candidatos às vagas de Monitoria tem como base nos seguintes critérios:

I – terão oportunidade de inscrever-se, no exame de seleção, o aluno que comprove aprovação na disciplina ou atividade em que pretenda atuar, com nota igual ou superior a 6 (seis);

II – a inscrição dar-se-á através das orientações publicadas no edital da Direção, onde será fixado o número de vagas;

III – o processo de seleção será organizado e aplicado por uma comissão composta de, no mínimo, três professores, designada pelo Diretor.

IV – O processo seletivo consta de uma prova escrita sobre o conteúdo a ser desenvolvido no componente curricular para o qual a vaga de monitoria está sendo disponibilizada.

Parágrafo único. Cabe à comissão homologar a classificação indicada pela comissão.

### CAPÍTULO III – DO REGIME DE TRABALHO

Art. 5º. O Monitor exerce suas atividades sem qualquer vínculo empregatício, cabendo à Mantenedora aplicar, ao exercício da Monitoria, os mesmos critérios adotados para os estagiários.

§1º. O Monitor exercerá suas atividades sob orientação de professor responsável pelo componente curricular ou atividade.

§2º. O horário das atividades do Monitor não pode, em hipótese alguma, prejudicar as atividades discentes.

§3º. As atividades de Monitor obedecem, em cada semestre, ao plano estabelecido pelo professor, aprovado pela Coordenação respectiva.

### CAPÍTULO IV – DA BOLSA DE MONITORIA

Art. 6º. Para o exercício de suas funções, ao Monitor será concedida uma bolsa, em forma de desconto na mensalidade, cujo valor é fixado pela mantenedora, obedecido o orçamento anual.

Parágrafo único. A renovação da bolsa de Monitoria depende do desempenho do Monitor, conforme avaliação da Coordenador de curso.

### CAPÍTULO V – DA COMPETÊNCIA DAS COORDENAÇÕES

Art. 7º. Compete às Coordenações de curso:

I – aprovar os planos de trabalho dos monitores, elaborado pelos professores orientadores;

II – supervisionar o desempenho dos monitores e promover sua avaliação, ao final de cada semestre letivo;

III – controlar e encaminhar a frequência dos monitores ao setor competente;

IV – promover a substituição dos monitores que deixarem o programa; e

VI – expedir e registrar o Certificado de Monitoria aos que integralizarem, no mínimo, um semestre de efetivo trabalho.

## CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º. A bolsa de monitoria tem a duração de um semestre letivo, podendo ser renovada.

Art. 9º. A Instituição adotará as providências necessárias para assegurar aos monitores seguro contra acidentes pessoais.

Art. 10. Casos omissos serão resolvidos pela Direção em parceria com a coordenação de curso.

Art. 11. Este regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

## 11 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

### 11.1 Eixos temáticos de organização Curricular

Em cada semestre letivo, foram estabelecidos eixos temáticos que centralizam a ênfase que será dada, em cada componente curricular, estabelecendo um vínculo norteador das atividades acadêmicas. Sendo assim, o eixo temático do primeiro semestre foi denominado “**Fundamentos da educação**”, considerando as disciplinas ofertadas no semestre que visam promover uma introdução à análise e discussão do fenômeno educativo, considerando as relações entre educação e sociedade a partir de uma reflexão teórica, instrumentando o aluno para a compreensão de sua formação prática como educador e para o enfrentamento teórico-prático das principais questões relativas à Educação brasileira numa perspectiva crítica e transformadora.

Já no segundo semestre, o eixo está vinculado à “**Didática, avaliação e currículo**” com ênfase na introdução ao estudo da Pedagogia e da didática, destacando a ação docente, relacionando a teoria e a prática no processo de ensino-aprendizagem.

No terceiro semestre, o eixo norteador é “**Fundamentos da docência**”, que possibilitará ao professor sistematizar os fundamentos teórico-metodológicos decorrentes do desenvolvimento de conhecimentos que nortearão a formação do futuro educador, levando em consideração os conteúdos dos componentes curriculares e interrelacionando ao fazer docente e às práticas pedagógicas, enfatizando principalmente nas disciplinas „Didática“, „Prática de

Ensino e organização do trabalho pedagógico”, „Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação Infantil“ e „Psicologia da infância“.

No quarto semestre, os componentes curriculares ofertados visam compreender de que forma as crianças aprendem, buscando estudar a importância da neurociência na educação desde a infância até a fase adulta. O eixo temático proposto é **“Cultura, Infância e suas Interfaces”** que possibilitará através das atividades das Práticas Pedagógicas Integradas a desenvolver reflexões e ações acerca do processo de aprendizagem em suas várias etapas de desenvolvimento.

No quinto semestre, os componentes curriculares que integram o eixo temático **“Saberes técnicos na prática docente”** enfatizam a importância do planejamento educacional e das tecnologias da educação no processo de construção da ação docente, a partir dos conhecimentos técnicos e científicos, saberes necessários à prática docente.

No sexto semestre, o eixo temático **“Metodologias e práticas de ensino da docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental”** é composto por componentes curriculares que visam fornecer subsídios teórico-práticos do currículo que compõem a base do ensino fundamental, oferecendo aos acadêmicos conhecimentos que instrumentalizam a prática docente e, em especial, a preparação para as atividades de estágio supervisionado.

Já no sétimo semestre, o eixo está vinculado à **“Legislação e políticas educacionais”**, com o objetivo de proporcionar aos acadêmicos conhecimentos das políticas e avaliações educacionais, dando ênfase nos estudos de currículos e programas. Estes conhecimentos são necessários para o processo de formação dos acadêmicos de pedagogia, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

No oitavo semestre, as disciplinas que compõem o eixo **“Gestão Educacional em ambientes escolares e não-escolares”** visam discutir as práticas pedagógicas em ambientes escolares e não-escolares, bem como, os conhecimentos da gestão educacional e seus sistemas de ensino, destacando a gestão democrática na educação.

As ementas dos componentes curriculares que compõem a matriz curricular foram elaboradas de forma a permitir a integração horizontal e vertical dos conteúdos. A interdisciplinaridade horizontal, ou seja, a integração entre os conteúdos lecionados nas disciplinas do mesmo semestre, e a integração vertical, isto é, as interdisciplinaridades dos conteúdos dos semestres seguintes, demonstram ao discente a integração entre os diversos segmentos do curso e o caráter de continuidade dos estudos pedagógicos, enfatizando assim o caráter multi e interdisciplinar das ações didático-pedagógicas estruturadas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana estão contempladas de forma permanente ao longo do curso, mas, especificamente, nos seguintes componentes curriculares: “História da Educação”, “Sociologia da Educação”, “Introdução à Pedagogia”, “Teorias e Práticas de Currículo”, e no Seminário Temático “Sociedade, Natureza e Diversidade Cultural”.

Em atendimento à Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, o curso de Licenciatura em Pedagogia do IESPES contempla no ementário do componente curricular denominado “Legislação e Políticas Educacionais”, ofertado no VII semestre do curso, itens pertencentes às diretrizes nacionais para Educação em Direitos Humanos, além do Seminário Temático “Sociedade, Natureza e Diversidade Cultural”.

O curso de Licenciatura em Pedagogia do IESPES possui a temática ambiental como transversal a todo o percurso formativo, bem como, especificamente, dentro dos componentes curriculares: “Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências” e o Seminário Temático “Sociedade, Natureza e Diversidade Cultural”, contemplando assim as discussões relativas às Políticas de Educação Ambiental, conforme o que estabelece a Lei nº 9.795, de 27/04/1999 e do Decreto nº 4.281 de 25/06/2002.

Em cumprimento à Lei n. 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e atendendo as diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, o IESPES desenvolve pesquisas epidemiológicas com vistas a dimensionar características relativas ao transtorno do espectro autista sob a coordenação da Clínica de Psicologia da instituição, que conta com pesquisadores e acadêmicos envolvidos nos projetos. Além disso, a instituição promove discussões em forma de seminários sobre a temática, coordenados pelo componente curricular “Teorias Pedagógicas e Educação Inclusiva”.

Nesta oportunidade, vale registrar que a carga horária total do curso está mensurada em hora aula de 60 minutos de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo, conforme preconizam os artigos 2º e 3º da Resolução CNE/CES nº 3, de 02/07/2007.

As atividades acadêmicas e os trabalhos discentes efetivos previstos neste PPC estão assim discriminados:

- Aulas expositivas e preleções: hora-aula mensurada em 50 (cinquenta) minutos de atividades teóricas em sala de aula e 10 (dez) minutos de atividades discentes extraclasse como: fichamentos, estudos de caso, resolução de exercícios etc.



- Práticas Pedagógicas Integradas: hora-aula mensurada em 50 (cinquenta) minutos de atividades práticas e 10 (dez) minutos de atividades extraclases.
- Atividades práticas supervisionadas fora da IES: hora-aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.
- Atividades complementares: hora-aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.
- Trabalho de Conclusão de Curso: hora-aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.

Todas as atividades acadêmicas realizadas pelos alunos, inclusive as atividades extraclases, constam dos Planos de Ensino, bem como são descritas pelos professores no sistema de registro acadêmico do IESPES.

## **11.2 Concepção da Organização Curricular**

A matriz curricular do curso deverá incorporar a compreensão de que o conhecimento deve ser visto como construção e produto de relações sociais particulares e históricas e, ainda, que deve ser orientado numa perspectiva crítica onde ação-reflexão-ação se coloque como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento do senso comum. Nesta perspectiva, três conceitos são escolhidos para servir não só de elo entre as diferentes áreas e os diferentes núcleos de conhecimento, mas também de fio condutor para base metodológica do curso, a saber:

### **1. Historicidade**

Mediante esse conceito, espera-se que o professor-aluno perceba que o conhecimento se desenvolve, é construído, num determinado contexto histórico/social/cultural e, por isso mesmo, sujeito às suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num *continuum* em que avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas.

## 2. Construção

O conceito que perpassa todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso, para que o professor-aluno reforce sua compreensão de que, se os conhecimentos são históricos e determinados, resultam de um processo de construção que se estabelece no e do conjunto de relações socioespaciais. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e culturalmente determinadas, jamais serão lineares e homogêneas e, por conta disso, o professor deve imbuir-se do firme propósito de transformar-se num profissional que não só repassa conteúdos, mas que também, em sua prática docente, através, principalmente das relações com seus alunos, estará produzindo conhecimentos.

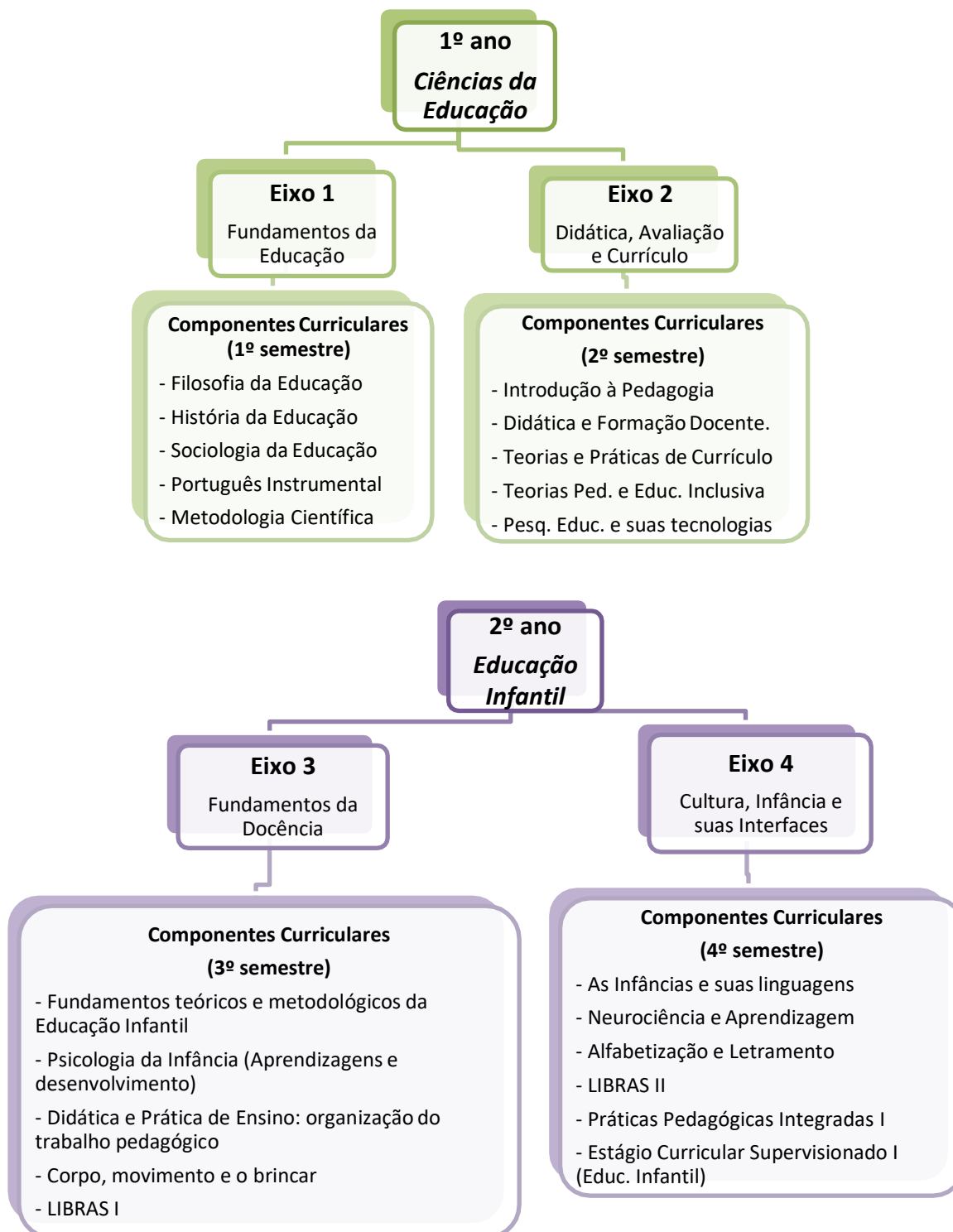
## 3. Diversidade

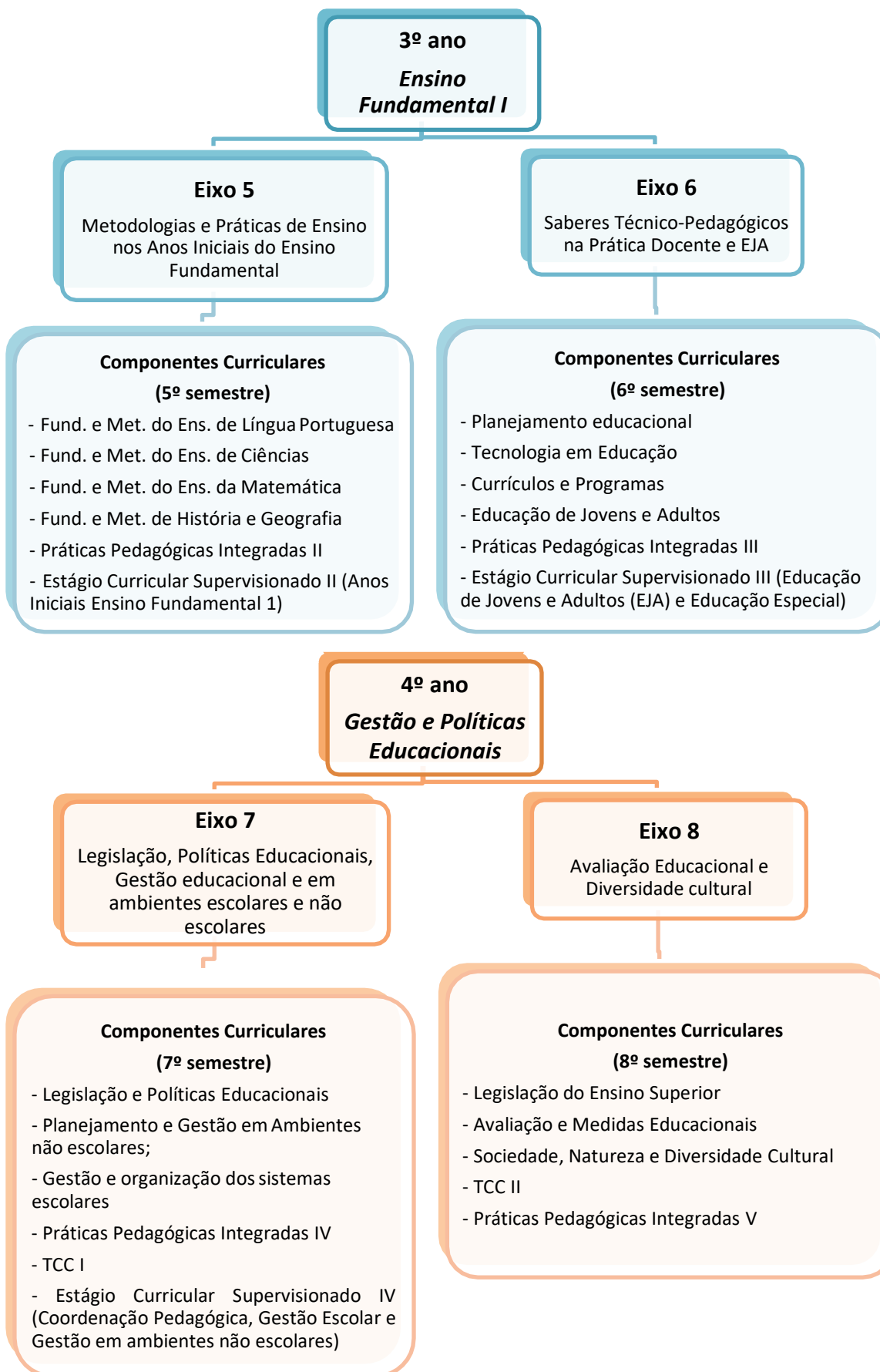
É preciso que o aluno tenha claro não só a diferença da natureza dos conhecimentos com os quais trabalha, mas também a diversidade na abordagem que a eles se dá, em razão do enfoque teórico-metodológico escolhido. É importante que o aluno compreenda como as diferentes abordagens determinam posicionamentos políticos na ação educativa. É preciso a compreensão de que o conhecimento trabalhado nas instituições de ensino não é neutro. O conceito da diversidade coloca-se ainda, como fundamental no curso, tendo em vista os desafios e os dilemas do multiculturalismo, face às diversidades étnico-culturais do país e, principalmente, do Estado do Pará.

Consideram-se também como eixos metodológicos do curso, o princípio educativo do trabalho, concebido na indissociável relação teoria/prática e o princípio da construção histórica e interdisciplinar do conhecimento, desenvolvido através de atitudes investigativas e reflexivas da prática, com vistas a dar à teoria, sentido menos acadêmico e conseqüentemente, mais orgânico.

## 12 ESTRUTURA CURRICULAR – Representação gráfica

### ÁREAS TEMÁTICAS – EIXOS DE FORMAÇÃO – COMPONENTES CURRICULARES





### 12.1 Estrutura Curricular – Distribuição da carga horária

<b>Eixo Temático: Fundamentos da Educação</b>		
<b>SEMESTRE</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>CH</b>
<b>I</b>	Filosofia da Educação	80
	História da Educação	80
	Sociologia da Educação	80
	Português Instrumental	80
	Metodologia Científica	40
	<b>Total</b>	<b>360</b>
<b>Eixo Temático: Didática, Avaliação e Currículo</b>		
<b>SEMESTRE</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>CH</b>
<b>II</b>	Introdução à Pedagogia	60
	Didática e a formação docente	80
	Teorias e práticas de currículo	80
	Teorias pedagógicas e Educação Inclusiva	60
	Pesquisa educacional e suas tecnologias	60
<b>Total</b>	<b>340</b>	

<b>Eixo Temático: Fundamentos da Docência</b>		
<b>SEMESTRE</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>CH</b>
<b>III</b>	Introdução à Educação a Distância	60
	Psicologia da Infância (aprendizagens e desenvolvimento)	60
	Didática e Prática de Ensino: organização do trabalho pedagógico	80
	Corpo, Movimento e o Brincar	60
	LIBRAS I	60
	<b>Total</b>	<b>320</b>
<b>Eixo Temático: Cultura, Infância e suas Interfaces</b>		
<b>SEMESTRE</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>CH</b>
<b>IV</b>	As Infâncias e suas Linguagens	80
	Neurociência e Aprendizagem	60
	Alfabetização e Letramento	60
	LIBRAS II	60
	Práticas Pedagógicas Integradas I	80
	Estágio Curricular Supervisionado I – Docência em Educação Infantil	100
	<b>Total</b>	<b>420</b>

<b>Eixo Temático: Metodologias e Práticas de Ensino - Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental</b>		
<b>SEMESTRE</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>CH</b>
<b>V</b>	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa	80
	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências	80
	Fundamentos e Metodologia do Ensino de Matemática	80
	Fundamentos e Metodologia do Ensino de História e Geografia	80
	Práticas Pedagógicas Integradas II	80
	Estágio Curricular Supervisionado II – Docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental I	100
	<b>Total</b>	<b>500</b>
<b>Eixo Temático: Saberes Técnico-Pedagógicos na Prática Docente e EJA</b>		
<b>SEMESTRE</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>CH</b>
<b>VI</b>	Planejamento educacional	80
	Tecnologia em Educação	60
	Currículos e Programas	60
	Educação de Jovens e Adultos	60
	Práticas Pedagógicas Integradas III	80
	Estágio Curricular Supervisionado III – Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação especial	100
<b>Total</b>	<b>440</b>	

<b>Eixo Temático:</b> Legislação, Políticas Educacionais, Gestão educacional e em ambientes escolares e não escolares		
<b>SEMESTRE</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>CH</b>
<b>VII</b>	Legislação e Políticas Educacionais	60
	Planejamento e Gestão em Ambientes não escolares	60
	Gestão e Organização dos Sistemas Escolares	60
	Práticas Pedagógicas Integradas IV	80
	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I	60
	Estágio Curricular Supervisionado IV – Coordenação Pedagógica - Gestão Escolar e gestão em ambientes não escolares	100
	<b>Total</b>	<b>420</b>
<b>Eixo Temático:</b> Avaliação Educacional e Diversidade cultural		
<b>SEMESTRE</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>CH</b>
<b>VIII</b>	Legislação do Ensino Superior	60
	Avaliação e Medidas Educacionais	60
	Sociedade, Natureza e Diversidade Cultural	60
	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II	60
	Práticas Pedagógicas Integradas V	80
<b>Total</b>	<b>320</b>	

<b>Especificações</b>	<b>Carga Horária</b>
<i>Componentes Curriculares</i>	<i>2.200</i>
<i>Estágio Supervisionado</i>	<i>400</i>
<i>Práticas Pedagógicas Integradas</i>	<i>400</i>
<i>Trabalho de Conclusão de Curso</i>	<i>120</i>
<i>Atividades Complementares</i>	<i>200</i>
<b><i>C. H. Total Obrigatória</i></b>	<b><i>3.320</i></b>



### 13 CONTEÚDOS CURRICULARES E BIBLIOGRAFIAS

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO
<p><b>EMENTA</b></p> <p>Conceito de Filosofia. Concepções de homem, conhecimento e Educação. Educação e Cultura (Sobretudo regional). Questões filosóficas da Educação: ética, política, cultura e o epistemológico na escola. Natureza e sentido da filosofia. Razão e educação na Idade Média e Moderna.</p>
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. <b>Filosofando:</b> introdução à filosofia. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009.</p> <p>PAVIANI, Jayne. <b>Problemas de Filosofia da Educação.</b> 7ed. Caxias do Sul, RS: Educus, 2005</p> <p>SOARES, Eliana Maria do Sacramento; LUCHESE, T. A. (Org.). <b>Educação, educações:</b> História e linguagens. Caxias do Sul RS: EDUCUS, 2010.</p>
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <p>CHAUÍ, Marilena. <b>Convite à filosofia.</b> 14 ed. São Paulo: Ática, 2010.</p> <p>COTRIM, Gilberto. <b>Fundamentos da Filosofia. História e Grandes temas.</b> 16. Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>LUCKESI, Cipriano Carlos. PASSOS, Elisete Silva. <b>Introdução à Filosofia:</b> aprendendo a pensar. São Paulo. Cortez, 2002.</p> <p>PEIXOTO, Adão José. <b>Filosofia, educação e cidadania.</b> 2. ed. Campinas-SP: Alínea, 2004</p> <p>SANTOS, Clóvis Roberto dos. <b>Ética, moral e competências dos profissionais da Educação.</b> – São Paulo: Avecamp, 2004.</p>
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
<p><b>EMENTA</b></p> <p>Conhecer o que é História e História da Educação. Questões educacionais referentes ao mundo antigo, medieval, moderno e contemporâneo. As ideias educacionais no Brasil em seu desenvolvimento histórico, político e cultural, com ênfase no Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. A profissão docente na história da educação brasileira com ênfase nos anos 30 até a atualidade. Origens da educação pública.</p>
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. <b>História da Educação e da Pedagogia.</b> 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>GHIRALDELLI, Paulo, Jr. <b>História da Educação brasileira.</b> São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>RIBEIRO, Maria Luisa Santos. <b>História da Educação Brasileira:</b> a organização escolar. 18ª ed. Campinas, SP. Autores associados, 2007.</p>
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. <b>O que é educação.</b> São Paulo: Brasiliense, 2006.</p> <p>DEMO, Pedro. <b>Desafios modernos da educação.</b> Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.</p> <p>COELHO, Wilma de Nazaré Baía. (org). <b>Educação e relações sociais:</b> conceituação e historicidade. – São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010.</p>

MARCOS Cesar de F. **História social da educação no Brasil**. (1926-1996) São Paulo, Cortez, 2009

SOARES, Eliana Maria do Sacramento; LUCHESE, T. A. (Org.). **Educação, educações: História e linguagens**. Caxias do Sul RS: EDUCS, 2010. v. 1

### SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

#### EMENTA

Condições histórico-sociais e intelectuais do surgimento da Sociologia. O conhecimento sociológico e sua aplicação na educação. As teorias sociológicas da educação. A importância da sociologia da educação na formação do educador. A organização da vida social. A questão étnico-racial no âmbito sociológico. A educação como processo social.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia: Introdução à ciência da sociedade**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

LAKATOS, Eva Maria/ MARCONI. Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. 7.ed. ver. e amp. – São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. 6. ed. São Paulo. Lamparina 2007.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, Pedro. **Sociologia: uma introdução crítica**. 2ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**; tradução Paulo Neves. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: edições 70, 2011.

FREITAS, Fátima e Silva de. **Diversidade cultural como prática na educação**. Curitiba: Ibpex, 2011.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução a Sociologia da educação**. São Paulo: Ática, 2005.

### PORTUGUÊS INSTRUMENTAL

#### EMENTA

A Língua Portuguesa como fonte de comunicação oral e escrita. Leitura, análise, desenvolvimento do vocabulário e produção textual. Analisar e aplicar as normas e regras gramaticais como critérios de desenvolvimento do processo de comunicação escrita. Concepções de leitura e produção de textos técnico-científicos.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Maria Margarida; HENRIQUES, Antônio. **Língua Portuguesa: noções básicas para curso superior**. São Paulo: Atlas, 2010.

FIGARO, Roseli (org). **Comunicação e análise do discurso**. – São Paulo, SP: Editora Contexto, 2012.

MARTINS & ZILBERKNOP, Dileta Silveira e Lúbia Scliar. **Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT**. 29ª ed. São Paulo: Atlas, 2010

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARACO. Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão. **Oficina de texto**. 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

KOCH, Ingedore G. V. **Texto e coerência**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Leonor Werneck. **Análise e produção de textos**. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVA, Mauricio. **O novo acordo ortográfico da língua portuguesa: o que muda e o que não muda**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SQUARISI, Dad. **Escrever melhor: guia para passar os textos a limpo**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

### METODOLOGIA CIENTÍFICA

#### EMENTA

Senso comum e conhecimento científico. Tipos de conhecimento. As correntes epistemológicas e os métodos de investigação científica. Técnicas de leitura, fichamento e resenha científica. A pesquisa social. Projetos de pesquisa. Normas da ABNT para a elaboração de trabalhos acadêmicos

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. SP: Atlas, 2017.

SEVERINO, J. **Metodologia do trabalho científico**. 24ª ed. SP: Cortez, 2016.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 9. Ed. Campinas: SP. Autores associados, 2011.

LAKATOS, Eva. **Metodologia científica**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PRESTES, M. L. M. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**. 3. ed. São Paulo: Rêspel, 2007.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 9. ed. Petrópolis: RJ, Vozes, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

### II SEMESTRE

### INTRODUÇÃO À PEDAGOGIA

#### EMENTA

Contextualização Histórica da Pedagogia no Brasil. Aspectos legais da Pedagogia. Pedagogia como ciência da Educação. Estudo de teorias educacionais. Funções e atribuições do Profissional da Pedagogia. Trabalho Pedagógico. A Pedagogia e as questões culturais: indígenas e quilombolas.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia como ciência da Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para que?** 12.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, João Carlos. PIMENTEL, Lucilla da Silveira Leite. **O Fazer Pedagógico: (re) significando o olhar do educador**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HEGEMUHLE, Adelar. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 9 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2004.  
 SAVIANI, Demerval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Editora Autores associados, 2008  
 SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir. (org). **Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural**. – Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

### DIDÁTICA E A FORMAÇÃO DOCENTE

#### EMENTA

O papel da Didática na formação do educador. Formação e identidade docente. O cotidiano escolar, a ação docente. Conceitos do ensinar e do aprender. Tendências pedagógicas da prática escolar. Currículo e conhecimento. A pesquisa como princípio educativo e formativo. O planejamento e a organização do processo ensino aprendizagem e a avaliação. Plano de Aula e Pedagogia de projetos. Planejamento e avaliação do ensino. Construção de projetos de ensino. Experiências pedagógicas alternativas.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2010.  
 LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.  
 TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Haidt, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. 7 ed. São Paulo – SP, Editora Ática, 2001.  
 MARIN, Alda Junqueira; PENNA, Marieta Gouvêa; RODRIGUES, Ana Carolina. **A didática e a formação de professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez, Autêntica, 2011.  
 MORETTO, Vasco. **Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências**. 6. ed. – Petrópolis, TJ: Vozes, 2010.  
 PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.  
 TOSI, Maria Raineldes. **Didática geral: um olhar para o futuro**. 3. ed. Campinas – SP, Editora Alínea, 2003.

### TEORIAS E PRÁTICAS DE CURRÍCULO

#### EMENTA

Estudo das teorias curriculares e suas implicações na prática docente e na organização da escola. Discussão e análise de diferentes alternativas de organização curricular. Caracterização e fundamentos do currículo. Processo metodológico da organização curricular. A relação entre Currículo e Cultura Escolar. Currículo e a organização do trabalho pedagógico. O currículo como construção do conhecimento. Planejamento e avaliação do currículo. O cotidiano da escola e seus currículos: práticas discursivas, cultura escolar, identidade e diversidade cultural. Currículo e ideologia. Contribuições da pesquisa sobre currículo para a formação de educadores.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

GARCIA, Regina Leite & MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (orgs.) **Currículo na contemporaneidade** – incertezas e desafios. Cortez Editora, 2004.  
 MOREIRA, Antônio Flávio e TADEU, Tomáz (orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. 12. Ed. – São Paulo,; Cortez, 2011.  
 SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ESTER, Maria Tereza. **Escola Currículo e avaliação**. São Paulo, Cortez, 2013.  
 FERRACO, Carlos Eduardo (Org.). **Cotidiano escolar, formação de professores(as) e currículo**. Colaboração de Inês Barbosa de Oliveira. Et al. São Paulo: Cortez, 2005.  
 LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Org.). **Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo**. São Paulo: Cortez, 2012. 551 p.  
 LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Org.). **Currículo: debates contemporâneos**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.  
 GONSALES, José Antônio Torres. **Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

**TEORIAS PEDAGÓGICAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA****EMENTA**

Trajetória da Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento, paradigmas: educação especializada / integração / inclusão. Políticas públicas para Educação Inclusiva – Legislação Brasileira: o contexto atual. Sujeitos com história de deficiência na educação básica: questões de currículo e gestão escolar. Processos educativos na escola de educação inclusiva: experiências em âmbito escolar e não-escolar. Fundamentos e recursos pedagógicos para inclusão: acessibilidade, tecnologia assistiva, desenho universal.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

AMIRALIAN, Maria Lucia Toledo Moraes (org). **Deficiência visual: perspectivas na contemporaneidade**. 1. Ed. – São Paulo. Vetor Editora, 2009.  
 MANTOAN, Maria Tereza. **Inclusão escolar** – O que é? Por quê? Como fazer? Summus, 2015.  
 VELOSO, Éden; MAIA, Valdeci. **Aprenda LIBRAS com eficiência e rapidez**. 5ª ed. Curitiba. – Editora Mão Sinais, 2009.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ALVES, Fátima. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**. Rio de Janeiro: Wak, 5ª ed. 2012.  
 BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. MEC, SEB, DICEI, 2013.  
 JESUS, Denise Meyrelles de: [ et al.,]. **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação. 3ª ed, 2012.  
 RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**, - São Paulo, SP: Summus Editorial, 2006.  
 HONRA, Marcia. **Inclusão educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização**. São Paulo, Cortez, 2014

## PESQUISA EDUCACIONAL E SUAS TECNOLOGIAS

### EMENTA

O que é Ciência. O senso comum e o empirismo. A função da produção do conhecimento. As fases do processo de pesquisa. Métodos quantitativos e qualitativos. Análise de dados quantitativos e qualitativos. As tecnologias na pesquisa. Relatório de Pesquisa.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PESSOA, Anna Maria. **Formação de Professores de ciências: tendências e inovação**. 7. Ed. São Paulo, Cortez, 2011.

DIEZ, C. L. F. **Orientações para elaboração de projetos e monografias**. 3ed. Vozes, 2013.

MOORE, D. S. **A Estatística básica e sua prática**. 6. Ed.; Rio de Janeiro: LTC, 2014.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCK, H. **Metodologia de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão**. 9ª ed. Vozes, 2013.

MARTINS JUNIOR, J. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso**. 9ªed. Vozes, 2015.

SANTOS F. J. C. dos. **Pesquisa educacional: quantidade – qualidade**. São Paulo: Cortez, 2000.

CARNEIRO, Raquel. **Informática na educação: representações sociais do cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2002.

## III SEMESTRE

## INTRODUÇÃO A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

### EMENTA

Conceito e breve histórico das tecnologias - as Eras Tecnológicas. A Internet. Novas educações e tecnologias – aprendizagem *on-line*. A sociedade das tecnologias da informação e comunicação. O Ambiente Virtual de Aprendizagem(AVA). Educação à distância: aspectos histórico-filosóficos. O ensino EaD:conceitos básicos. A legislação e as políticas públicas de EaD no Brasil. A alfabetização tecnológica do professor. As linguagens falada, escrita e digital. Docência na EaD:autoria, tutoria e planejamento. A EaD no ensino superior. Recursos educacionais digitais – o ensino híbrido. A avaliação na EaD. A EaD na formação de professores

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COLL,César; MONERO, Carles. (Org.). **Psicologia da Educação Virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação**. Porto Alegre:Artmed, 2010.

KENSKI, Vani M. **Educação e Tecnologias: o Novo Ritmo da Informação**. 8ª. ed.; Campinas, SP: Papyrus, 2014. (Coleção Papyrus Educação).

\_\_\_\_\_. **Tecnologias e Tempo Docente**. Campinas, SP: Papyrus, 2013. (Coleção Papyrus Educação).

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BALTAR,M. **Rádio Escolar: uma experiência de letramento midiático**. São Paulo: Cortez,2012.(Coleção Trabalhando com....a escola).

FAVA,Rui. **Educação 3.0:aplicando o PDCA nas instituições de ensino**. São Paulo:Saraiva,2014.

SANMYA, F. T. **Informática na Educação**. 7ªed;

\_\_\_\_\_. **Internet na Educação: o professor na era digital**. São Paulo:Érica Ltda, 2004.

SINGER, **Imaginação e jogos na era eletrônica**. Penso – Grupo A, 2007.

## PSICOLOGIA DA INFÂNCIA (Aprendizagens e desenvolvimento)

### EMENTA

A criança. A psicologia na instituição escolar. Fatores biológicos, psicológicos e sociais que influenciam nos processos de maturação e aprendizagem na infância. A personalidade e a construção do caráter da criança. A família, a instituição escolar e a criança. As Abordagens Inatista-maturacionista, Comportamentalista, Piagetiana e Histórico-cultural. A interpretação do desenho infantil. Tipos de Avaliações Psicopedagógicas.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERGER, Kathleen Stassen. **O Desenvolvimento da Pessoa da infância à terceira idade**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

CATANIA, A, C. **Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição**. 4ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

D<sup>o</sup> ANDREA, Flavio Fortes. **Desenvolvimento da Personalidade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIAGGIO, Ângela M. Brasil. **Psicologia do Desenvolvimento**. 21. ed. Rio de Janeiro: Vozes 2009.

CHILDREN, R. **Tornando visível a aprendizagem** – crianças que aprendem individualmente e em grupo. PROJECTO ZERO, 2014

GOULART, Íris Barbosa. **Piaget: experiências básicas para utilização pelo professor**. 27. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

PIAGET, J. **Psicologia e pedagogia**. 10 ed. Forense Universitária: 2010.

RAPPAPORT, Clara Regina. **Psicologia do desenvolvimento a idade pré-escolar**. – São Paulo, EPU, 1981.

## DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

### EMENTA

Enfoque e objetivo, a pesquisa em Didática, formas organizativas do ensino, a prática pedagógica e a organização dos espaços e tempos escolares. Planejamento e avaliação do ensino. Construção de projetos de ensino. Experiências pedagógicas alternativas. A disciplina discute a importância da Didática na formação do professor e na construção da identidade do docente. Aborda os elementos fundamentais do processo educativo e orienta a construção de planos de ensino. Contempla Estágios Supervisionados nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na disciplina Didática II.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira e TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 4. ed. – São Paulo, Cortez, 2007.

SCARPATO, Marta(org.). **Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer**. São Paulo:

Avercamp, 2004.

VASCONCELOS, Celso dos s. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 20.ed. São Paulo: Libertad, 2010.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

AYRES, Antonio Tadeu. **Prática pedagógica competente: ampliando os saberes do professor**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CANDAU, Vera Maria (org.) **A didática em questão**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

CORTELLA, Mário Sérgio. **Educação escolar e docência: novos tempos, novas atitudes**. São Paulo: Cortez, 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Didática: O ensino e suas relações**. 18. ed. Campinas, Papirus, 2012.

ZÓBOLI, Graziella. **Práticas de ensino: subsídios para atividade docente**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

### **CORPO, MOVIMENTO E O BRINCAR**

#### **EMENTA**

O corpo. As linguagens do corpo. O Movimento e o desenvolvimento infantil. Conceito de Psicomotricidade, Motricidade e Corporeidade. A importância da ludicidade no desenvolvimento integral da criança. O Brincar. O professor ludicista. Tipos de brinquedo. O brinquedo como recurso pedagógico. Jogos e brincadeiras: contexto histórico, conceitos, tipos e finalidades.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CENTURION, Marília. **Jogos, projetos e oficinas para a educação infantil**. São Paulo, SP: FTD, 2004.

MALUF, Angela Cristina Munhoz. **Brincar, prazer e aprendizado**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ORTIZ, Cisele; CARVALHO, M. T. V. de. **Interações: ser professor de bebês – cuidar, educar e brincar, uma única ação**. BLUCHER, 2012

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BARBIERE, E. **Interações: onde está a arte na infância?** BLUCHER, 2012.

CHILDREN R. **Tornando visível a aprendizagem: crianças que aprendem individualmente e em grupo**. PROJECTO ZERO, 2014.

COLL, C. **Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com tecnologias da informação da comunicação**. Artmed, 2010.

MEYER, Ivanise Correa Rezende. **Brincar e viver: projetos em educação infantil**. 4. ed. – Wak Editora, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

TEIXEIRA, Telma. **Jogos e brincadeiras no ensino infantil e fundamental**. São Paulo, Cortez, 2005

### **LIBRAS I**

#### **EMENTA**

Introdução dos aspectos históricos, filosóficos na construção da cidadania do surdo; Os aspectos legais que reconhece a LIBRAS como língua; Cultura e identidade Surda; Introdução aos aspectos linguísticos da LIBRAS: fonologia, morfologia, sintaxe; Noções básicas da escrita de sinais; Vocabulário em LIBRAS.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**



GESSER, Audrei. **LIBRAS?** Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LACERDA, Cristina; Santos, Lara (Org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFScar, 2014.

SKILIAR, Carlos. **A Surdez:** um olhar sobre as diferenças. 8ª edição. Porto Alegre: Editora Mediação, 2016.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

MACHADO, Rosangela. **Educação Especial na escola inclusiva:** políticas, paradigmas e práticas. São Paulo, Cortez, 2009.

QUADROS, Ronice Muller. **Língua de Sinais Brasileira** – Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Muller. **Língua de Sinais Brasileira** – Instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.

HONORA, Márcia. **Inclusão Educacional de alunos com surdez:** concepção e alfabetização. São Paulo: Cortez, 2014.

LODI, Ana Claudia; Lacerda, Cristina. **Uma escola, duas línguas:** letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. 4ª edição. Porto Alegre: Mediação, 2014.

#### **IV SEMESTRE**

#### **A INFÂNCIA E SUAS LINGUAGENS**

#### **EMENTA**

Análise dos fundamentos históricos, políticos, sociais e econômicos da Educação Infantil sobre o atendimento às crianças a 0 a 5 anos de idade. Conceitos de infâncias e suas historicidades. Funções da Educação Infantil – creches e pré-escolas. Políticas públicas para a infância no Brasil. As diferentes linguagens na infância. Metodologias pedagógicas para a Educação Infantil. Letramento e Alfabetização na Educação Infantil. Articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental. Órgãos e Instituições de proteção à infância. Trabalho docente na educação infantil. Proposta Pedagógica: organização curricular, planejamento e avaliação. Softwares no currículo da infância.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

KUHLMANN JR. Moysés. **Infância e Educação Infantil:** uma abordagem histórica. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sônia. **Infância, Educação e Direitos Humanos.** São Paulo: 4ª ed. SP: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil:** muitos olhares. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007..

## LIBRAS II

### EMENTA

Aspectos Linguísticos – Classificadores, formação de palavras, estruturas gramaticais. Letramento na educação bilíngue para alunos surdos. Tradutor / Intérprete de LIBRAS. Vocabulário em LIBRAS

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LACERDA, Cristina; Santos, Lara (Org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: EdUFScar, 2011.  
 SKILIAR, Carlos. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças.** 8ª edição. Porto Alegre: Editora Mediação, 2016.  
 SLOMSKI, Vilma Geni. **Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas.** Curitiba: Juruá, 2010.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPOVILLA, Fernando Cesar. RAPHAEL, Walkiria Duarte. (Editores). **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: o mundo do surdo em Libras.** – São Paulo: (fundação) Vitae: Fapesp: Capes: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.  
 CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina L. **NOCO DEIT – LIBRAS: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira.** 3. Ed. SP. EDUSP  
 HONORA, Márcia. **Inclusão Educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização.** São Paulo: Cortez, 2014.  
 QUADROS, Ronice Muller. **Língua de Sinais Brasileira – Estudos Linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.  
 LODI, Ana Claudia; Lacerda, Cristina. **Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização.** 4ª edição. Porto Alegre: Mediação, 2014.

## PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRADAS I

### EMENTA

Oficinas de pesquisas e práticas pedagógicas sobre as áreas do conhecimento da Educação Básica. Oficina de capacitação pedagógica de preparação para o estágio supervisionado. Oficina de plano de ensino e plano de aula. Produção e utilização de materiais e recursos pedagógicos no Laboratório de Ensino.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AYRES, Antonio Tadeu. **Prática pedagógica competente: ampliando os saberes do professor.** 5.ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2011.  
 CENTURION, Marília. **Jogos, projetos e oficinas para a educação infantil.** 1. ed. FTD – São Paulo, 2004.  
 FERREIRA, Aurora. **A criança e arte: o dia-a-dia na sala de aula.** 3. ed. – Rio de Janeiro: Wak Ed., 2008.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- MORETTO, Vasco. **Planejamento: Planejando a educação para o desenvolvimento de competências.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- MENEGOLLA, Maximiliano; SANT’ANA, Ilza Martins. **Por que Planejar? Como Planejar:** currículo – área – aula. Petrópolis: Vozes, 2. ed. 2014
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- VASCONCELOS, Celso dos S. **Planejamento:** projeto de ensino – aprendizagem e projeto político-pedagógico. 22. ed. São Paulo: Libertad, 2012.
- ZÓBOLI, Graziella. **Práticas de ensino:** subsídios para atividade docente. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO I - DOCÊNCIA EM EDUCAÇÃO INFANTIL****EMENTA**

Observação do tempo e do espaço físico. A relação entre as crianças e a construção das culturas infantis. Vivência da docência em instituições de Educação Infantil. Articulação do conhecimento teórico à prática pedagógica. Vivência das rotinas de cuidado e educação na Educação Infantil. Planejamento, docência e avaliação do processo ensino aprendizagem na Educação Infantil. Execução de projeto de Estágio Supervisionado em Educação Infantil.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- AZEVEDO, Heloisa Helena Oliveira de. **Educação infantil e formação de professores:** para além da separação cuidar-educar. São Paulo: Editora UNESP, 2013.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.** MEC/SEB, Brasília-DF, 2006.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- AYRES, Antonio Tadeu. **Prática pedagógica competente:** ampliando os saberes do professor. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CAMPOS, Maria Malta (Org.). **Creches e Pré-escolas no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- CEPPI, Giulio. ZINI, Michele (Org). **Crianças, Espaços, Relações.** São Paulo: Artmed, 2013.
- CORSINO, Patrícia (org.). **Educação Infantil:** cotidiano e políticas. Campinas/SP: Autores Associados, 2009 (Coleção Educação Contemporânea).
- OSTETTO. Luciana E. (Org.). **Encontros e encantamentos na educação infantil:** partilhando experiências de estágios. 10. ed. Campinas: Papyrus, 2011.

**V SEMESTRE****FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA****EMENTA**

Concepções de linguagem e de aquisição de língua nas práticas de educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Bases teóricas da Língua Portuguesa. Distinção de

ensino prescritivo e ensino produtivo da língua Materna. Concepções de linguagem e de aquisição de língua nas práticas de educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Compreensão dos fatos linguísticos a partir das contribuições da Linguística aplicada ao ensino de Português nos anos iniciais. Planejamento e execução das atividades relacionadas ao ensino produtivo da leitura oral, escrita e gramática contextualizada (análise linguística) nas séries iniciais. Formações do conceito de relações sociais, espaço e tempo na educação infantil e anos iniciais.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

KOCH. Ingedore Villaça. **Ler e escrever: Estratégia de produção**. 2 ed. São Paulo. Contexto. 2010.

KOCH. Ingedore Villaça. **Texto e coerência**. 13 ed. São Paulo. Cortez. 2011..

FERREIRO, Emília. **Com outras letras**. 17. ed. São Paulo. Cortez. 2011.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

FÁVERO, Leonor et al. **Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna**. 3º edição. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

FURTADO, Valéria Queiroz. **Dificuldades na aprendizagem da escrita: uma intervenção psicopedagógica via jogos de regras**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CHIAPPINI, Ligia; CITELLI, Adilson. **Aprender e ensinar com textos não escolares**. 5. Ed. São paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore G. V. & ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos dos textos**. São Paulo, 3ª Ed. Contexto, 2013.

NOGUEROL, Artur. **Aprender na escola: técnicas de estudo e aprendizagem**. RS: Artimed, 1999.

### **FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DO ENSINO DE CIÊNCIAS**

#### **EMENTA**

A função formativa das Ciências Naturais e o desenvolvimento do pensamento científico na criança. Conceito de Ciência. Objeto das Ciências. Respeito à natureza. O conhecimento do corpo humano e do ambiente. Causas e feitos do aquecimento global. A realidade amazônica. Sustentabilidade. Parâmetros curriculares para o ensino de ciências.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FERREIRA, Marcia. **Ensino de Biologia: História e práticas em diferentes espaços educativos**. SP: Cortez, 2009.

PESSOA, Anna Maria. **Formação de Professores de ciências: tendências e inovação**. 10ª. Ed. São Paulo, Cortez, 2011.

PESSOA, Anna Maria. **Ensino das ciências com compromisso científico: os caminhos que percorremos**. SP, Cortez, 2012.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BOTH, Ivo José. **Avaliação planejada, aprendizagem consentida: é ensinando que se avalia, é avaliando que se ensina**. 3. ed. Curitiba: Ibpex, 2010.

DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Maria Marta. **Ensino de Ciência: fundamentos e métodos**. – 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2011 – (Coleção Docência em Formação).

VILCHS, Amparío. **A necessária renovação do ensino de ciências**. SP, Cortez, 2. Ed. 2005.  
 MARTINS, João Carlos. **O fazer pedagógico: (re)significando o olhar do educador**, RJ. Wak, 2009.  
 CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4. ed. SP: Cortez, 2002.

### FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DO ENSINO DE MATEMÁTICA

#### EMENTA

Concepções da matemática, caracterização e o papel da matemática na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; a Matemática no espaço e no tempo: processo Histórico e o pensamento filosófico; articulação da Matemática com os diversos campos de conhecimento, psicologia, pedagogia e ensino. A educação matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tendências, pressupostos teórico-metodológicos. Tecnologia da Informação Comunicação. Resolução de problemas, resolução de problemas, jogos, história da matemática e etnomatemática Conteúdos básicos da Matemática para os anos iniciais: Número, Geometria e Medidas. Operações fundamentais.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MORETTI, Vanessa Dias, SOUZA, Neuza Maria Marques de. **Educação matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental: princípios e práticas pedagógicas**. – 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2015.  
 NACARATO, Adair Mendes. **A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender**. – Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009. (Tendências em Educação Matemática)  
 PANIZZA, Mabel. **Ensinar Matemática na Educação Infantil e nas Séries Iniciais: análise e propostas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.  
 BARRA, C. **Didática da matemática: reflexões psicopedagógicas**. RS: Artmed, 1966.  
 JARANDILHA, Daniela; SPLENDORE, Leila. **Matemática já não é problema**. – 4. ed. – São Paulo, 2010.  
 NUNES, Terezinha, CAMPOS, Maria Mendonça Campos; MAGINA Sandra BRYANT Peter. **Educação matemática 1: números e operações numéricas / Terezinha Nunes...**[et al.]. – 2ed. São Paulo: Cortez, 2009.  
 REIS, S. **A matemática no cotidiano infantil: jogos e atividades com crianças de 3 a 6 anos**. SP: Papyrus, 2006.

### FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DO ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

#### EMENTA

Cotidiano, mentalidade e história oral: fundamentos básicos. Objetivos e finalidades para o ensino de história e geografia nos anos iniciais. Estudo crítico dos conteúdos e metodologias direcionados ao ensino de história e geografia nos anos iniciais. Geografia brasileira como conhecimento escolar; a geografia no ensino. O ensino da geografia de acordo com os Parâmetros Curricular Nacional. Os currículos de geografia e as abordagens geográficas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

MORAIS, Regis de. **Sala de aula: que espaço é esse?** 20.ed. São Paulo: Papyrus, 2006.  
 URBAN, Ana Claudia. **Aprender e ensinar história nos anos iniciais.** SP, Cortez, 2015.  
 GOO, Alex Ubiratam. **A literatura no caminho da História e da Geografia.** SP, Cortez, 2009.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ANTUNES, Celso. **A sala de aula de geografia e de história: inteligências múltiplas, aprendizagem significativa e competências no dia-a-dia.** Campinas: Papyrus, 2006.  
 FERMIANAO, Maria Belintane. **Ensino de História para o ensino fundamental I: teoria e prática.** Contexto, 2014.  
 MEDEL, Cassia Ravena Mulin de A. **Ensino Fundamental 1: práticas pedagógicas.** Vozes, 1 ed, 2013.  
 PENTEADO, Heloisa Dupas. **Metodologia do ensino de História e Geografia.** São Paulo: Cortez, 1994.  
 TONINI, Ivaine Maria. (org.). **O ensino de geografia e suas composições curriculares.** Mediação, 2014.

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRADAS II****EMENTA**

Oficinas de pesquisas e práticas pedagógicas sobre as áreas do conhecimento específicos de português, matemática, ciências, arte e história e geografia. Oficina de capacitação pedagógica de preparação para o estágio supervisionado e atividades do projeto Interdisciplinar-PI. Produção e utilização de materiais e recursos pedagógicos no Laboratório de Ensino. Realização de atividades na Brinquedoteca.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

MORETTO, Vasco Pedro. **Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010  
 VASCONCELOS, Celso dos s. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.** 20.ed. São Paulo: Libertad, 2010.  
 VARGAS, Ricardo Viana. **Gerenciamento de projetos: estabelecendo diferenciais competitivos.** 7. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CARVALHO, A. **Formação de professores de ciências: tendências e inovações.** SP, Cortez, 2006  
 FERRAZ, Maria Heloisa C de T; FURASI, Maria F. de Resende. **Metodologia do ensino da arte: fundamentos e proposições.** – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.  
 FURTADO, Valéria Queiroz. **Dificuldades na aprendizagem da escrita: uma intervenção psicopedagógica via jogos de regras.** 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.  
 KENSKI, V. **Tecnologias e Tempo Docente.** Campinas, SP: Papyrus, 2013. (Coleção Papyrus Educação).  
 PENTEADO, Heloisa Dupas. **Metodologia do ensino de história e geografia.** São Paulo: Cortez, 2012.

## ESTÁGIO SUPERVISIONADO II - DOCÊNCIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

### EMENTA

Observação, participação e regência nos anos iniciais do Ensino Fundamental I. Formação de professores, identidade e saberes da docência. O processo de alfabetização. Estudos e análise crítica da prática docente e da gestão dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Atividades orientadas e supervisionadas sobre educação nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Participar de ações educativas desenvolvidas na escola; Exercer a regência de classe no Ensino Fundamental I. Elaborar e desenvolver propostas alternativas de manejo de classe em forma de projetos e intervenções em sala de aula.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MEDEL, Cassia Ravena Mulin de A. **Ensino Fundamental 1: práticas pedagógicas**. Vozes, 1 ed, 2013.  
 MORAIS, Regis de. **Sala de aula: que espaço é esse?** 20.ed. São Paulo: Papyrus, 2006  
 PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática**. -9. ed. São Paulo, 2010.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 12.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.  
 AYRES, Antonio Tadeu. **Prática pedagógica competente: ampliando os saberes do professor**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.  
 CANDAU, Vera Maria (org.). **Rumo a uma nova didática**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.  
 SERRÃO, Maria Isabel Batista. **Aprender a ensinar: aprendizagem do ensino no curso de pedagogia sob o enfoque histórico-cultural**. – São Paulo: Cortez, 2006.  
 TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

## VI SEMESTRE

### PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

### EMENTA

Introdução ao estudo do planejamento. O planejamento e a organização do processo ensino aprendizagem. Concepções de planejamento educacional. O planejamento participativo na escola. Projeto Político Pedagógico. O processo de planejamento e desenvolvimento de ensino. Planejamento estratégico. Tipos de plano: componentes básicos. O processo de planejamento escolar (fundamentos, características, agentes, objetivos, relações e determinações). A questão da participação nas decisões. O Plano, o Programa e o Projeto. Projetos e Currículos.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 22. ed. 2013.  
 MORETTO, Vasco. **Planejamento: Planejando a educação para o desenvolvimento de competências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.  
 MENEGOLLA, Maximiliano; SANT’ANA, Ilza Martins. **Por que Planejar? Como Planejar: currículo – área – aula**. Petrópolis: Vozes, 2. ed. 2014

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPBELL, Selma Inês. **Projeto Político Pedagógico**: guia prático. – Rio de Janeiro: Wak Ed. 2010.

ANDRADE, Humberto. **Pedagogia escolar**: Coordenação pedagógica e gestão educacional. SP, Cortez, 2011.

LÜCK, Heloísa. **Metodologia de Projetos**: uma ferramenta de planejamento e gestão. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Planejamento**: projeto de ensino – aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 22. ed. 2012.

VEIGA, Ilma Passos. **Projeto Político Pedagógico**: uma construção possível. (org.). Campinas, SP: Papirus, 1995.

## TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO

### EMENTA

A história das tecnologias. O conceito de tecnologia, tecnologias de informação e comunicação e as novas tecnologias. As tecnologias no espaço escolar. A criticidade no uso das tecnologias no ensino e aprendizagem. A aprendizagem colaborativa com as tecnologias na formação pedagógica. Ferramentas tecnológicas X recursos tecnológicos educacionais. A internet e a educação. O software livre e o software proprietário. Os softwares educativos como recurso de aprendizagem.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PESSOA, Anna. **Formação de professores de ciências**: tendências e inovação. 10. Ed. SP, Cortez, 2011

KENSKI, Vani M. **Educação e Tecnologias**: o Novo Ritmo da Informação. 8ª. ed.; Campinas, SP: Papirus, 2014. (Coleção Papirus Educação).

KENSKI, V. **Tecnologias e Tempo Docente**. Campinas, SP: Papirus, 2013. (Coleção Papirus Educação).

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARNEIRO, Raquel. **Informática na educação**: representações sociais do cotidiano. São Paulo: Cortez, 2002.

COLL, Cesar; MONEREO, Carles. **Psicologia da educação virtual**: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FRANCO, M. A. R. S. **Pedagogia como ciência da Educação**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RELVA, Marta Pires. **Neurociência e Educação**. Rio de Janeiro. Wak, 2009

SINGER, **Imaginação e jogos na era eletrônica**. Penso – Grupo A, 2007.

## CURRÍCULOS E PROGRAMAS

### EMENTA

Currículo: tendências e filosofia. Concepções e histórico do currículo. Caracterização e fundamentos do currículo. Origens do currículo no Brasil. O ensino de currículos e programas. Currículo e interdisciplinaridade. Estudo contextualizado dos parâmetros curriculares nacionais. Fundamentação teórica das diretrizes que norteiam a Organização de Currículos. Processo metodológico da organização curricular. A relação entre Currículo e Cultura Escolar. Currículo e a organização do trabalho pedagógico. O currículo como construção do conhecimento. Planejamento e avaliação do currículo.



**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

GARCIA, Regina Leite & MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (orgs.) **Currículo na contemporaneidade** – incertezas e desafios. Cortez Editora, 2004.  
 MOREIRA, Antônio Flávio e TADEU, Tomáz (orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. 12. Ed. – São Paulo,: Cortez, 2011.  
 SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo** – uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.  
 ROCHA, Ubiratan. **História, currículo e cotidiano escolar**. SP, Cortez, 2002.  
 FERRACO, Carlos Eduardo (Org.). **Cotidiano escolar, formação de professores(as) e currículo**. Colaboração de Inês Barbosa de Oliveira. et al. São Paulo: Cortez, 2005.  
 MOREIRA, Antonio Flavio. **Curriculos e programas no Brasil**. 13. Ed. São Paulo – Papyrus, 2006.  
 CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **Cultura e diversidade**. 1. ed. – Curitiba Intersaberes, 2012.

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS****EMENTA**

Legislação e Políticas públicas na educação de jovens e adultos (EJA). Alfabetização de jovens e adultos: fundamentos teórico-metodológicos. A construção do projeto político-pedagógico da EJA. Programas e alternativas metodológicas na área da EJA. Os novos suportes técnicos-informacionais. Dificuldades e problemas específicos na educação do jovem e adultos. Análise de propostas metodológicas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BARCELOS, Valdo. **Avaliação da Educação de Jovens e Adultos: uma proposta solidária e cooperativa/Valdo Barcelos**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.  
 BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. MEC, SEB, DICEI, 2013.  
 ELLERO, Regina. **A escola e o fracasso escolar**. SP, Cortez, 2012.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BRASIL, **Lei de e Bases Diretrizes e Base da Educação Nacional** (1996). LDB: Lei 9.394/1996. -2. ed. SP: EDIPRO, 2006.  
 BOSSA, Nádia A. **Fracasso Escolar: Um olhar psicopedagógico**. Rio Grande do Sul: Artmed, 2002.  
 FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 10ª ed. São Paulo. Paz e Terra. 2002.  
 ROMÃO, José. **Educação de Jovens e adultos: Teoria prática e proposta**. SP: Cortez 2011  
 PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 12. Edição. São Paulo. Cortez, 2001.

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRADAS III****EMENTA**

Estudo das competências e práticas do professor. Práticas pedagógicas transformadoras no cotidiano escolar – competências e habilidades necessárias. Estudo teórico e prático de método, metodologia e técnica de ensino. Diferentes metodologias para ensinar e aprender. A

importância das experiências para a construção da prática pedagógica. Ensinar com pesquisa. Realização de atividades no Laboratório de ensino e Brinquedoteca. Oficina de Brinquedos e fantoches.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CARVALHO, José Sergio. **Por uma pedagogia da dignidade**: memórias e reflexões sobre a experiência escolar. Summus, 1 ed, 2016.  
FRANCO, M. A. do R. S. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Cortez, 2012.  
TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

AYRES, A. T. **Prática pedagógica competente**: ampliando os saberes do professor. 5ed. Petrópolis: RJ, Vozes, 2011.  
BOTH, Ivo José. **Avaliação planejada, aprendizagem consentida**: é ensinando que se avalia, é avaliando que se ensina. 3. ed. Curitiba: Ibpx, 2010.  
FREITAS, Fátima e Silva de. **Diversidade cultural como prática na educação**. Curitiba: Ibpx, 2011.  
MEDEL, Cassia Ravena Mulin de A. **Ensino Fundamental 1: práticas pedagógicas**. Vozes, 1 ed, 2013.  
MORAIS, Regis de. **Sala de aula**: que espaço é esse? 20.ed. São Paulo: Papirus, 2006.

#### **ESTÁGIO SUPERVISIONADO III – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E EDUCAÇÃO ESPECIAL**

##### **EMENTA**

Princípios teóricos metodológicos que orientam a ação docente na Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. Regência. Práticas de ensino, compreensão da aprendizagem e procedimentos metodológicos em Educação de Jovens e Adultos, com fundamentação teórica nos Parâmetros Curriculares Nacionais e nos Temas Transversais, visando a atuação, via Planos de Ação, Projetos e confecção de materiais didáticos.  
Preparar o licenciando - professor para conhecer o processo de inclusão de pessoas com deficiências na rede regular de ensino, promovendo visitas às instituições que trabalham com pessoas com deficiências.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ROMÃO, José. **Educação de Jovens e adultos**: Teoria prática e proposta. SP: Cortez 2011  
PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática. -9. ed. São Paulo, 2010.  
SILVA, Nilson Robson Guedes. **Estágio supervisionado em pedagogia**: teoria e prática. Alinea, 2ª ed, 2014.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BARCELOS, Valdo. **Avaliação da Educação de Jovens e Adultos**: uma proposta solidária e cooperativa/Valdo Barcelos. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.  
BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. MEC, SEB, DICEI, 2013.  
JESUS, Denise Meyrelles de: [ et al.,]. **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação. 3ª ed, 2012.

RODRIGUES, David. **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva, - São Paulo, SP: Summus Editorial, 2006.

HONRA, Marcia. **Inclusão educacional de alunos com surdez**: concepção e alfabetização. São Paulo, Cortez, 2014

## VII SEMESTRE

### LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

#### EMENTA

Legislação Federal, Visão histórica da Legislação de Ensino no Brasil (a primeira, a segunda e terceira LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96); A estrutura curricular didática e administrativa da Educação Básica; a formação dos Professores da Educação. Lei de Gestão Democrática – 10.575 / 95 alterada pela Lei 11.695 / 01; Gestão Escolar – um trabalho participativo – Conselho Escolar; As políticas de desenvolvimento e financiamento da educação; Educação para Direitos Humanos. Plano Nacional, Estadual e Municipal de Educação.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. MEC, SEB, DICEI, 2013.

MORAES, A. de. **Direitos humanos fundamentais**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização, 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRZEZINSKI, Iria(org) **LDB interpretada**: deveres e olhares se entrecruzam. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COSTA, Marisa Vorraber. **Escola Básica na virada do século**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MENESES, João Gualberto de Carvalho. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica**. – Leituras. São Paulo: Thompson Pioneira, 1999.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de Oliveira; ADIÃO, Theresa (org); CATANI, Afrânio Mendes ...[et al.]. **Organização do ensino no Brasil**: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. – 2. ed. – São Paulo: Xamã; 2007.

PARO, Vítor (org). **Políticas Públicas & Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

### PLANEJAMENTO E GESTÃO EM AMBIENTES NÃO ESCOLARES

#### EMENTA

Conceitos e dimensões sócio políticos na estrutura de ambientes de educação não-formal. Cultura(s) de espaços educativos formais e não-formais. As dimensões do trabalho pedagógico: pedagogia social de rua; pedagogia em ambientes empresariais, projetos sociais; organização não governamental. Pedagogia no ambiente de promoção de saúde e da melhoria de qualidade de vida. Princípios e práticas pedagógicas no processo de Organização de Instituições e espaços educativos não-formais. Postura e Ação do educador. Pedagogia no ambiente hospitalar.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia Social**. São Paulo: Cortez, 2014

MORETTO, Vasco Pedro. **Planejamento**: planejando a educação para o desenvolvimento de

competências. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

RODRIGUES, Janine Marta Coelho. **Classe hospitalares**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

LIBÂNEO, J. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2005.

LOPES, Izolda, (org); TRINDADE, Ana Beatriz; CADINHA, Marcia Alvim. **Pedagogia empresarial: formas e contextos de atuação**. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Wak ed., 2009.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira. **Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde**. 5.ed, - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KUENZER, Acácia, **Planejamento e educação no Brasil**. 8. Ed. SP, Cortez, 2011

RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. **Pedagogia empresarial: atuação do pedagogo na empresa**. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Wak. Ed. 2010.

VASCONCELOS, Celso dos s. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 20.ed. São Paulo: Libertad, 2010.

#### **GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS ESCOLARES**

##### **EMENTA**

Introdução ao estudo da administração. Evolução histórica. O processo administrativo. Noções gerais de planejamento, coordenação e controle. Gestão escolar: novas concepções e novas práticas. Gestão democrática na LDB 9394/96 e no Plano Nacional de Educação. A gestão participativa na escola pública; instrumentos para uma gestão participativa; organização da escola na nova concepção de gestão; a gestão participativa e a autonomia da escola; o gestor democrático e liderança; instrumentos para uma gestão participativa (implantação do plano de desenvolvimento da escola (PDE); elaboração do projeto político pedagógico; o colegiado ou conselho escolar; organizações associativas da escola).

##### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

HENGEMUHLE, Adelar. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas**. 6. ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2010.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 8. ed. – Petrópolis, RJ, Vozes, 2010

VEIGA, Ilma de Alencar Passos de. **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível**. 13ª ed. São Paulo: Papirus, 2007.

##### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

COLOMBO, Sonia Simões. **Gestão educacional: uma nova visão**. Porto Alegre, RS. – 1. ed. Artmed, 2004, reimpressão, 2008.

COSTA, Vieira. **Gestão educacional e descentralização: novos padrões**. 2. Ed. SP, Cortez, 1997

CARAP, Naura Sycia. **Gestão democrática da educação: atuações tendências, novos desafios**. SP, Cortez, 2013.

LÜCK, Heloísa. **Metodologia de Projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (org);. **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 2009.

#### **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRADAS IV**

##### **EMENTA**

Oficinas sobre avaliação educacional. Pesquisa e práticas sobre as modalidades de ensino: Educação Especial, Educação de Jovens e adultos, Educação Indígena e Educação

Quilombola. Estudo sobre os temas pedagógicos. Oficina de LIBRAS. Oficinas de confecção de materiais pedagógicos.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BRASIL, **Lei de Bases Diretrizes e Base da Educação Nacional** (1996). LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/1996. -2. ed. – SP. EDIPRO, 2006.  
 BARCELOS, Valdo. **Avaliação na educação de jovens e adultos: uma proposta solidária e cooperativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.  
 BOTH, Ivo José. **Avaliação planejada, aprendizagem consentida: é ensinando que se avalia, é avaliando que se ensina**. 3. ed. Curitiba: Ibpex, 2010.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.  
 LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**, 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.  
 LIBÂNEO, José Carlos. **Diálogo entre Didática e Currículo**. São Paulo: Cortez, 2012.  
 HENGEMUHLE, Adelar. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.  
 LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EduFSCar, 2013.

## **TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC I**

### **EMENTA**

A disciplina fornece subsídios para a elaboração do projeto relativo ao TCC, englobando conceituação, organização, modelagem e produção de trabalhos acadêmicos e profissionais, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento em Educação.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. SP: Atlas, 2017.  
 SEVERINO, J. **Metodologia do trabalho científico**. 24ª ed. SP: Cortez, 2016.  
 PINHEIRO, J. M. S. **Da iniciação científica ao TCC: uma abordagem para os cursos de tecnologia**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ANDRADE, M.M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1999.  
 FACHINI, Odília. **Fundamento de Metodologia**. 5. Ed. SP, Saraiva, 2006.  
 LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2015.  
 MARTINS, G. de A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.  
 REA, Louise. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo, Pioneira, 2000.

<b>ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV - COORD PEDAGÓGICA, GESTÃO ESCOLAR E GESTÃO AMBIENTAL ESCOLAR</b>
<p><b>EMENTA</b></p> <p>Análise da organização e funcionamento escolar, coordenação pedagógica e gestão. Participação nas atividades de planejamento, conselho de classe, reuniões pedagógicas com docentes e pais. Estudo e análise crítica da gestão escolar. Abordagem da ação pedagógica ampla, realizada junto às instituições que desenvolvam projetos de caráter educacional, com vistas ao desenvolvimento de competências referentes à compreensão do papel da educação em diferentes instâncias.</p>
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>MATOS, Elizete Lúcia Moreira. <b>Escolarização hospitalar: Educação e saúde de mãos dadas para humanizar</b>. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.</p> <p>MATOS, Elizete Lúcia Moreira. MUGIATTI, Margarida Maria Freitas. <b>Pedagogia hospitalar: a humanização integrando educação e saúde</b>. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.</p> <p>SILVA, Nilson Robson Guedes. <b>Estágio supervisionado em pedagogia: teoria e prática</b>. Alinea, 2ª ed, 2014.</p>
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <p>HEGEMUHLE, Adelar. <b>Gestão de ensino e práticas pedagógicas</b>. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.</p> <p>MARTINS, João Carlos. PIMENTEL, Lucilla da Silveira Leite. <b>O Fazer Pedagógico (re) significando o olhar do educador</b>. Rio de Janeiro: 2009.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. <b>Saberes pedagógicos e atividades docentes (org.)</b>. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. <b>O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?</b>. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>VASCONCELOS, Celso dos s. <b>Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico</b>. 20.ed. São Paulo: Libertad, 2010.</p>
<b>VIII SEMESTRE</b>
<b>LEGISLAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR</b>
<p><b>EMENTA</b></p> <p>Procedimentos de credenciamento de Instituições de Ensino Superior (IES). Funções normativas do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio de sua Câmara de Educação Superior (CES). Processos de Regulação do Ensino Superior. Diretrizes do Exame Nacional de Desempenho de estudantes.</p>
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>BRASIL, <b>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996</b>, Brasília: Ministério da Educação. SP, EDIPRO, 2006.</p> <p>CURY, Carlos Roberto Jamil. <b>Legislação educacional brasileira</b>. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2002.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. <b>Educação Escolar: políticas, estrutura e organização</b>, 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p>

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BRZEZINSKI, Iria(org) LDB Dez anos depois. Reinterpretação sob diversos olhares. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

HORTA, Cecília Eugenia Rocha (org.). **Ensino superior: legislação atualizada**. Brasília: ABMES Editora, 2015.

MENESES, João Gualberto de Carvalho. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica. – Leituras**. São Paulo: Thompson Pioneira, 1999.

PARO, Vítor (org). **Políticas Públicas & Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

ALMEIDA, Maria Isabel. **Formação do professor do ensino superior: desafios e políticas institucionais**. SP, Cortez, 2012.

**AVALIAÇÃO E MEDIDAS EDUCACIONAIS****EMENTA**

Visão histórica da Legislação de Ensino no Brasil. Legislação do Ensino e política Educ. Brasileira. Instituições públicas e privadas segundo a LDB. Estrutura administrativa de ensino. Diretrizes e parâmetros Curriculares Nacionais. A LDB e a formação dos Professores da Educação. Diferentes modalidades de Ensino no Brasil. Recursos Humanos e Financeiros para a Educação Brasileira.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional, regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas**. – 4. ed. São Paulo - SP, - Cortez, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. – 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de conta**. 9. ed. Lamparina: Rio de Janeiro, 2010.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. – 16. ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação institucional: teoria e experiências**. – 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

SOUZA, Clarilza Prado de. (org); DEPRESBITERIS, Lea.; FRANCO, Maria Laura P. Barbosa; SOUZA, Sandra Zákia Lean. **Avaliação do rendimento escolar**. 13. ed. Campinas: Papyrus, 1991.

PARO, Vitor H. **Administração escolar: introdução crítica**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 11. ed. – Porto Alegre: Mediação, 2009.

**SOCIEDADE, NATUREZA E DIVERSIDADE CULTURAL****EMENTA**

Educação para cidadania. Respeito à diversidade como um pressuposto ético essencial para a atuação docente em uma escola que se pretende democrática e inclusiva. Respeito à diversidade física, ideológica, psíquica, étnico-cultural, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, regionais, culturais e socioeconômicas, presentes no cotidiano escolar. Relações etnicorraciais, história e cultura afro-brasileira e africana. Meio Ambiente e Educação Ambiental.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

GONSALES, José Antônio Torres. **Educação e diversidade**: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LOURO, Garcia. **Corpo, gênero e sexualidade**: num debate contemporâneo na educação. RJ, Vozes, 2010.

ARRUTI, José Mauricio Paiva Andion. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. – Bauru, SP, EDIUSC, 2006.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana**. MEC. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2004.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. (org). **Educação e relações sociais**: conceituação e historicidade. – São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010.

FREITAS, Fátima e Silva de. **Diversidade cultural como prática na educação**. Curitiba: Ibpx, 2011.

SOUZA, Leite. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes** – Desenvolvimento Sustentável num Planeta Urbano: Bookman, 2012.

SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir. (org). **Amazônia**: políticas públicas e diversidade cultural. – Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II****EMENTA**

A disciplina dá sequência ao TCC I, conduzindo o acadêmico ao desenvolvimento do trabalho, mediante a discussão dos fundamentos científicos de produção do conhecimento, voltados para a pesquisa e inovação em Educação.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

IESPES. **Manual do Trabalho de Conclusão de Curso**. Santarém: IESPES, 2017.

LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. SP: Atlas, 2017.

SEVERINO, J. **Metodologia do trabalho científico**. 24ª ed. SP: Cortez, 2016.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

LAKATOS, Eva Maria. MACONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**. 3. ed. São Paulo: Rêspel, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 9. ed. Petrópolis: RJ, Vozes, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRADAS V****EMENTA**

Oficina de elaboração de projetos educacionais. Elaboração de Projeto Político Pedagógico,



Plano de Ação. Planejamento nos espaços educativos formais e não-formais.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ABRANTES, José. **Pedagogia empresarial nas organizações que prendem**. – Rio de Janeiro: Wake d., 2009.  
 GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia Social**. São Paulo: Cortez, 2014  
 RODRIGUES, Janine Marta Coelho. **Classes hospitalares**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

LOPES, Izolda. (org). **Pedagogia empresarial: formas e contextos de atuação**. 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Wak., 2009.  
 MATOS, Elizete Lúcia Moreira. **Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde**. 5.ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.  
 KUENZER, Acácia, **Planejamento e educação no Brasil**. 8. Ed. SP, Cortez, 2011  
 TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.  
 TRINDADE, Ana. **Pedagogia Empresarial: formas e contextos de atuação**. Rio de Janeiro: Wak, 2007.

## **14 METODOLOGIA**

A abordagem metodológica de ensino no curso fundamenta-se em uma proposta interdisciplinar que se concretiza através da utilização de instrumentos e recursos pedagógicos condizentes com as necessidades do contexto educacional em âmbito nacional e regional. As metodologias de ensino adotadas pelos professores associam a teoria à prática de forma a permitir uma aquisição de conhecimentos contextualizados, possibilitando que os acadêmicos vivenciem desde o primeiro semestre do curso experiências que articulam o ensino, a pesquisa e a extensão.

Aulas expositivo-dialogadas, seminários, simulação, estudo de casos, oficinas, visitas técnicas, dentre outras, são estratégias que, associadas às pesquisas relativas ao processo de ensino e aprendizagem, nas instituições de ensino formais, informais e não-formais, garantem uma formação profissional sólida, que assegura a compreensão do fenômeno educacional em seus aspectos social, político, econômico e cultural.

As atividades práticas internas são desenvolvidas no Laboratório didático/Brinquedoteca, articuladas com os componentes curriculares, detalhadas em item específico.

### **14.1 Laboratório de Ensino e Brinquedoteca**

## 1. Apresentação

O espaço denominado Laboratório de Aprendizagens Pedagógicas para Impactos Sociais (LAPIS), que integra Laboratório de Ensino e Brinquedoteca, funciona como um lugar de experiências, pesquisas, trabalhos e projetos, o qual é destinado à comunidade acadêmica do Curso de Pedagogia e às crianças (4 a 8 anos de idade) e seus familiares, e crianças de instituições públicas que atendem a essa faixa etária, e que mantenham convênio/parcerias com a instituição.

É um espaço onde os acadêmicos vivenciam teoria e prática por meio da construção do conhecimento e da aprendizagem de forma integrada, corroborando com o que propõe a matriz curricular do curso.

A Brinquedoteca é provida de recursos próprios que ratificam a Proposta Pedagógica de Loris Malaguzzi, abordagem que combina os serviços sociais e educação (EDWARDS; GANDINI; FORMAN, 2016). Desta maneira, na brinquedoteca são evidenciadas cinco linguagens macros, necessárias ao desenvolvimento infantil, são elas: Linguagem do Faz-de-conta, Linguagem das Artes, Linguagem do Afeto, Linguagem Mamba Musarai e a Linguagem das Letras e Números.

O LAPIS é um espaço lúdico que visa promover a criação, a criatividade, a sociabilidade das crianças, jovens e adultos (discentes e docentes), sendo alegre, colorido e agradável, propiciando o desenvolvimento de atividades com metodologias diferenciadas.

O Laboratório de Ensino e a Brinquedoteca têm sala própria e de uso exclusivo do curso. Visam proporcionar o estímulo das diferentes linguagens como a lógica matemática, linguística, musical, corporal, pictória, artística, cênica, midiáticas, dentre outras. Esses espaços permitem a acessibilidade de pessoas com deficiências.

O LAPIS possibilita em sua proposta a formação de pedagogos que adquiram, ao longo de sua graduação, conhecimentos sobre o desenvolvimento humano e os processos de aprendizagens no espaço lúdico. Defende que o professor deve ser preparado nas dimensões técnica, científica e humana, de forma compromissada com a sociedade na qual está inserida. Dessa forma, valoriza a importância dos impactos sociais possíveis através da educação.

Diante do exposto, o LAPIS fortalece a missão e a visão institucional mediante o compromisso social e o comprometimento com a formação humanística, crítica e reflexiva, priorizando a justiça e o acesso à educação. Por isso:

a qualidade social não se confunde com os processos de reprodução porque, em verdade, estes se reduzem e se amparam na repetição de conteúdos, conceitos e procedimentos, em currículos cristalizados e rituais pedagógicos muitas vezes sem maior significado tanto para educandos quanto para educadores (BRASIL, 2006, p.55).

Assim, a proposta do Laboratório de Ensino e da Brinquedoteca perpassa pela formação continuada dos acadêmicos do curso de Pedagogia, pelo comprometimento com a construção e reconstrução dos processos pedagógicos e pela responsabilidade em fazer da educação propriedade de todos, por meio do qual, os sujeitos envolvidos se tornam cidadãos atuantes e transformadores na sociedade em que vivem.

Diante do exposto, considera-se este espaço uma necessidade do Curso de Pedagogia para realização das práticas pedagógicas e cumprimento de um dos itens avaliativos exigidos pelo Ministério da Educação para o curso.

## 2. Laboratório de Aprendizagens Pedagógicas – Estrutura e Funcionamento

O LAPIS é um espaço destinado ao desenvolvimento de aulas práticas do curso de pedagogia que irá favorecer a aproximação entre a formação teórica e prática do futuro pedagogo através de aulas práticas, experiências e realização de oficinas relacionadas aos fundamentos e metodologias de ensino, ludicidade, ensino de libras, práticas de ensino e estágio supervisionado empregadas tanto na educação infantil quanto nos anos iniciais do ensino fundamental.

O laboratório de ensino funciona em uma sala com espaço decorado e equipado com mobiliários adequados e variedades de brinquedos e materiais pedagógicos essenciais para o desenvolvimento das atividades práticas e lúdicas que facilitam a compreensão no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes de pedagogia.

O LAPIS funciona nos turnos matutino das 8h às 12h e Vespertino de 14h às 18h, sob a orientação de monitores do laboratório e professores do curso de Pedagogia.

No horário noturno, o laboratório funcionará exclusivamente para as aulas práticas e teóricas dos componentes curriculares do curso de pedagogia, de acordo com a matriz curricular.

### 3. Objetivos

#### 14.1.3.1 Objetivo geral

Desenvolver competências e habilidades pedagógicas, relacionando os conhecimentos teóricos e práticos dos componentes curriculares dos semestres em estudo, a partir da realidade educacional e social vivenciada pelos acadêmicos.

#### 14.1.3.2 Objetivos específicos

- Desenvolver projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo da educação;
- Realizar trocas de experiências e o desenvolvimento de propostas teórico-metodológicas para a educação básica;
- Desenvolver estudos, pesquisas e atividades de extensão sobre as várias dimensões do processo pedagógico, particularmente, no âmbito das metodologias de ensino no curso de Pedagogia;
- Confeccionar material didático para o suporte da prática de estágio curricular supervisionado obrigatório realizada pelo acadêmico do curso;
- Realizar oficinas pedagógicas que estreitem os vínculos entre as disciplinas do curso e o estágio curricular obrigatório;
- Disponibilizar o acervo de materiais didáticos condizentes com as reflexões e pesquisas sobre as práticas pedagógicas para a educação básica;
- Organizar materiais e equipamentos para a prática de procedimentos de ensino nas diferentes áreas de conhecimento da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental;
- Contribuir para a produção, organização e divulgação um acervo didático relacionado às diferentes disciplinas do curso;
- Favorecer a elaboração de projetos inter e multidisciplinares a partir de diferentes temas.

#### 4. Orientações aos docentes

O Laboratório de Aprendizagens Pedagógicas para Impactos Sociais (LAPIS) funciona para as práticas pedagógicas de formação e de construção de conhecimento tanto por parte dos professores como dos alunos. O trabalho no Laboratório é direcionado sob a forma de oficinas e desenvolvimento das atividades práticas dos componentes curriculares do curso de pedagogia, sob a responsabilidade dos docentes, usando metodologias alternativas, que exijam a participação dos alunos na construção de seu próprio conhecimento que servirá de base para o desenvolvimento das práticas pedagógicas em sua formação docente. Desta forma, são propostas atividades práticas dos componentes curriculares utilizando os fundamentos e metodologias de ensino para os anos iniciais do ensino fundamental, tais como:

##### 14.1.4.1 O Ensino da Língua Portuguesa e Alfabetização no Laboratório de Aprendizagem

Neste espaço, são realizadas atividades envolvendo as disciplinas de ensino sobre a língua materna visando o desenvolvimento das habilidades e competências expressas nas ementas das disciplinas de Português instrumental; Fundamentos e Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa; Alfabetização e Letramento e Fundamentos e Metodologia da Alfabetização em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia.

São priorizadas atividades voltadas para a diversidade textual, com situações de ensino e aprendizagem de conteúdos curriculares dos anos iniciais a partir de atividades desafiadoras que envolvam situações-problema sobre a escrita e o processo de alfabetização e situações de linguagens contextualizadas e adequadas ao nível de ensino que privilegiam as situações de uso social da língua, bem como fornecer material didático para o suporte da prática de estágio curricular supervisionado obrigatório realizada pelo acadêmico do curso.

##### 14.1.4.2 O Ensino de Matemática no Laboratório de Aprendizagem

As atividades propostas no laboratório de pedagogia e brinquedoteca, aliadas com a utilização dos softwares especializados, também visam o desenvolvimento das habilidades e competências expressas na ementa da disciplina de Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática. Considerando que, para ensinar e aprender matemática, é necessário que os alunos se apropriem de diferentes modos de conhecimentos, o que torna necessário refletir

sobre a matriz curricular e o projeto pedagógico da instituição de ensino, bem como sobre o uso e a produção de materiais didático-pedagógicos, os quais não só contribuem para a formação do pedagogo nas práticas em laboratório como também servem de subsídios para o exercício da docência na educação infantil e no ensino fundamental.

Para atender as demandas do curso no laboratório, são realizadas oficinas pedagógicas que estreitam os vínculos entre teoria e prática estudadas em sala de aula, por meio da utilização e confecção de material didático, como: Tangram, Material dourado, blocos lógicos, ábaco, torre de Hanói, discos fracionários dentre outros, o que comprova que a aula de matemática pode ser divertida independente da série, sendo um forte apelo lúdico interdisciplinar, ou seja, o aluno pode ver, tocar, construir, nas aulas de Artes, por exemplo, desenvolvendo o raciocínio lógico. Exige reflexão, concentração, imaginação, paciência, persistência, sensibilidade, criatividade e perseverança.

#### 14.1.4.3 O Ensino de Ciências no Laboratório de Aprendizagem

As atividades que são realizadas no laboratório para o ensino de ciências contemplam competências e habilidades referentes ao estudo do componente curricular Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências. No estudo, são utilizados elementos que levam os alunos a observar, experimentar, solucionar problemas, discutir temas, ler e conhecer o método científico.

As atividades a serem desenvolvidas no laboratório terão como foco a discussão sobre o Respeito à natureza, do conhecimento do corpo humano e do ambiente, fazendo o contraponto com os efeitos do aquecimento global, com a utilização de mapas e globos, numa perspectiva de implantação da postura sustentável desde os primeiros das séries iniciais.

#### 14.1.4.4 O Ensino da História e Geografia no Laboratório de Aprendizagem

No ensino de História e Geografia, são desenvolvidas atividades que visam o desenvolvimento das habilidades e competências expressas na ementa da disciplina de Fundamentos e Metodologias do Ensino da História e Geografia com o intuito de viabilizar aulas práticas da referida disciplina.

As práticas pedagógicas deverão envolver estudo de novas temáticas e metodologias para o ensino de história no currículo escolar envolvendo: fontes, documentos, imagem, cultura material, histórias de vida, patrimônio cultural e lugares de memórias, calendários das

mais diversas origens, formas diversas de realizar atividades com representação espacial, croquis, utilização de programas de computador como *Open Office*, documentos, fotos antigas do município, textos etc. Será utilizado globo terrestre para conhecimento e aplicação de aulas práticas com a utilização desse recurso. Outro recurso a ser explorado trata-se da rosa dos ventos a fim de exercitar a localização espacial, bem como as oficinas para confecção de materiais pedagógicos que atendam as disciplinas e que serão utilizados pelos acadêmicos, especificamente nas atividades de estágio curricular supervisionado obrigatório.

#### 14.1.4.5 O Ensino da Arte no Laboratório de Aprendizagem

O ensino da Arte deve garantir que os alunos vivenciem e compreendam aspectos técnicos, criativos e simbólicos em música, artes visuais, teatro, dança e suas interconexões. Desta forma, as atividades propostas pelo componente curricular Fundamentos e Metodologia do Ensino da Arte está organizada com atividades artísticas relacionadas com as experiências e necessidades da sociedade em que os alunos estão inseridos, a fim de cumprir os objetivos pedagógicos e formativos propostos neste componente curricular e de acordo com a base legal do ensino da arte.

O ensino de Arte deve potencializar os sentimentos, trabalhar aspectos psicomotores e cognitivos, planejar e implementar projetos criativos para o desenvolvimento como ser humano, ampliar a capacidade de julgar e agir, ter responsabilidade, tolerância e consciência dos valores.

Serão utilizadas metodologias do ensino, favorecendo a livre-expressão, o tateamento experimental, a formação estética, o desenvolvimento cognitivo e artístico, pela performance criadora frente a cultura, instrumentalizar para o fazer artístico, para leitura estética e para análise e/ou avaliação da arte. Sendo assim,

[...] a aula de Arte traduz-se mais por um proporcionar condições metodológicas para que o aluno possa “expressar-se” subjetiva e individualmente. *Conhecer* significa *conhecer-se a si mesmo*; o processo é fundamental, o produto não interessa. Visto como ser criativo, o aluno recebe todas as estimulações possíveis para expressar-se artisticamente. Esse “aprender fazendo” o capacitaria a atuar cooperativamente na sociedade. (FUSARI; FERRAZ, 2001, p. 40, grifo das autoras).

De acordo com a LDB 9.394/96, o ensino da arte é um componente curricular obrigatório, conforme o que estabelece o artigo 26 “§ 2º o ensino da Arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”. Tem-se

aqui, finalmente, a inclusão do ensino da Arte como disciplina constituinte do currículo pleno e obrigatório, de todo o território nacional brasileiro, da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

## 5. Recursos

<b>Materiais Físicos:</b>
01 Estante/armário com caixote para brinquedos medindo 2,50 X 2,70
08 armários infantis
01 armário prateleira quadrado medindo 50 X 50
01 armário medindo 2,25 X 2,00
04 prateleiras suporte – (02 de 1 metro e 02 de 50 cm)
04 mesas medindo 1,20 X 60 cm com cadeiras
02 conjuntos de mesas e cadeiras colorida de madeira (infantil)
01 quadro branco
01 espelhos
01 computador completo
01 impressora

<b>Materiais Pedagógicos:</b>
(01) globo terrestre
(01) rosa dos ventos
(02) Kit de sólido geométrico
(05) Kit de material dourado de madeira
(03) Kit de régua com frações
(05) Kit de Ábaco
(05) Soroban
(03) Kit Braille (reglete punção e prancheta)
(05) Kit de Blocos lógicos
(03) Kit de discos fracionários
(03) Kit de escala Cuisenaire
(03) jogos de tangran
(03) jogos de dominó de adição
(03) jogos de dominó de subtração
(03) jogos de dominó de Multiplicação
(03) jogos de dominó de divisão
(03) jogos de torre de hanoi
(05) Kits Escrevendo lendo
(05) Pote de letras em E.V.A
(03) Conj. de fantoches da Família
(03) Carimbos para autoditado



(30) livros de histórias infantis
(03) Memória Linguagens de Sinais e Libras
(03) Alfabeto Braille Vazado MDF
(03) Kit Inclusão - Materiais Pedagógicos
(50) folhas de EVA coloridas
(30) folhas de papel cartão coloridas
(30) folhas de cartolinas coloridas
(50) tubos de cola branca tamanho médio
(50) tubos de cola de isopor tamanho médio
(30) tesouras pequenas sem pontas
(10) tesouras grandes
(30) tubos de tintas guache coloridas grande
(30) tubos de tintas para tecidos acrílex coloridas grande
(40) caixas de lápis de cor
(40) caixas de lápis de cera
(40) caixas de massas de modelar
(10) pistolas de cola quente pequenas
(05) pistolas de cola quente grandes
(50) bastões de cola quente pequenas
(30) bastões de cola quente grandes
(10) resmas de papel A4
(10) caixas de cola coloridas
(20) folhas de papel laminado com cores diversas
(40) folhas de papel 40 quilos
(20) pincéis de quadro branco
(20) pacotes de papel com pauta
(04) lixeiras pequenas infantil
(01) caixa de lápis preto
(01) caixa de canetas
(10) régua de 30cm
(10) régua de 50cm
(15) pincéis de pintura nº
(10) pincéis de pintura nº
(01) caixa de borracha branca
(20) folhas de papel crepom
(05) tesouras de picotar
(02) grampeadores grande
(03) caixas de grampos grandes
(02) grampeadores pequenos
(03) caixas de grampos pequenos
(01) grampeador de madeira
(02) caixas de grampos para grampeador de madeira

## 6. Brinquedoteca – Conceito, Estrutura e Funcionamento

A Brinquedoteca é um espaço que enfatiza e evidencia o lúdico, estimula a criatividade, a socialização e o desenvolvimento integral da criança. Por meio do brincar, do brinquedo e da brincadeira, ela vive diferentes experiências e situações enriquecedoras que geram novos significados e fortalecem princípios cognitivos, sociais, morais e afetivos.

Diante disso, Friedmann (2012, p. 19), define que

O **Brincar**, diz respeito à ação lúdica, seja brincadeira ou jogo, com ou sem o uso de brinquedos ou outros materiais e objetos. Brinca-se também usando o corpo, a música, a arte, as palavras etc. A **Brincadeira**, refere-se basicamente a ação de brincar, ao comportamento espontâneo que resulta de uma atividade não estruturada. E **Brinquedo**, define o objeto de brincar, suporte para a brincadeira.

Assim, na brinquedoteca é possível desenvolver atividades lúdicas que potencializem e estimulem as diferentes linguagens da infância. Acredita-se na brinquedoteca como um “lugar” alegre, colorido, dinâmico e criativo que permite brincar com liberdade, mas também brincar com aprendizagem e com troca de saberes entre crianças e adultos, ou seja, o brincar espontâneo ou brincar dirigido.

Nylse *apud* Gimenes e Teixeira (2011, p. 157) destaca que “há uma filosofia que embasa esse espaço lúdico de maneira muito sublime, quando afirma que ao criarmos uma brinquedoteca, empenharemos um esforço de preservar a infância”.

Em relação ao universo infantil, enfatizamos a importância da participação das crianças na promoção de novas experiências de aprendizagens, considerando que todas elas têm o direito de usufruir de quaisquer atividades que promovam o seu desenvolvimento intelectual, emocional, cognitivo, social e psicomotor.

A infância é um período único na vida do ser humano, por isso, situações como o “faz de conta” devem ser valorizadas, pois nesse momento o imaginário acontece em sua plenitude. Neste período da vida, a criança enriquece o vocabulário, a socialização, cria papéis e dá vida a objetos e aos personagens criados por ela e pelas outras crianças. E o resultado dessa interação e construção é crescimento.

Segundo Xabregas (2015, p. 65) “o brincar possibilita à criança viver. Por meio do brincar ela constrói, reconstrói, cria, inventa, imagina, fala, ouve, grita, chora, interage [...] Brincar é dar liberdade, é respeitar, é valorizar a criança e sua infância”.

Portanto, a brinquedoteca é um espaço lúdico-pedagógico, científico e cultural criado para oportunizar o brincar e o prazer em aprender no desenvolvimento da criança. É utilizado

como laboratório de aprendizagens dos acadêmicos de pedagogia que utilizam para observar e conhecer as fases de desenvolvimento da criança através da ação de ludicidade.

Para Edwards, Gandini e Forman (2016, p. 66), o ateliê (brinquedoteca) “é um local onde as diferentes linguagens das crianças podiam ser exploradas por elas e estudadas por nós em uma atmosfera calma e favorável”.

A Brinquedoteca está estruturada em um espaço propício à execução de atividades com recursos industrializados e artesanais, elaborados pelos alunos e sob orientação dos professores do colegiado do curso de pedagogia com objetivos e finalidades definidos.

A infraestrutura e a construção do ambiente da brinquedoteca do LAPIS foram elaboradas a partir das orientações dos Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil (BRASIL,2006). Assim, possui recursos materiais como: mobiliários adequados à faixa etária, espelho, brinquedos variados, jogos simbólicos, jogos de regras, jogos de acoplagem (para montar), jogos de exercício (jogo sensorial sonoro, visual, tátil, olfativo, motor e de manipulação), jogos pedagógicos e brinquedos tecnológicos, livros, lápis, papéis, lápis de cera, lápis de cor, tintas, pincéis, tesouras, cola, massa de modelar, material de sucatas, fantasias infantis, almofadas, animais de pelúcia e outros.

Ainda em relação aos jogos, estão disponíveis nas prateleiras, em caixas móveis e nas gavetas, para facilitar o acesso e o manuseio das crianças, acadêmicos e professores. É importante destacar que os jogos são necessários ao processo de desenvolvimento da criança, pois é através das regras simples e complexas dos jogos é que ocorrem os diferentes tipos de aprendizagens. O jogo, além de proporcionar prazer e diversão, pode representar um desafio e provocar o pensamento reflexivo da criança, assim como, momentos individuais e coletivos importantes para sua maturação na infância.

Diante disto, este espaço está organizado e evidencia a Linguagem do “Faz de conta”, Linguagem das Artes, Linguagem do Afeto, Linguagem em Mamba Musarai e Linguagem das Letras e Números.

Na brinquedoteca do LAPIS, há brinquedos e materiais que favorecem a inclusão de crianças com deficiências motora, auditiva, visual e outras. São brinquedos em libras e Braille, com peças fáceis de encaixar e estruturas grandes, com efeitos sonoros acompanhados de vibrações ou com cores bem vivas e texturas fáceis de identificar por meio do tato.

Vale ressaltar que a Brinquedoteca não significa apenas uma sala com brinquedos e jogos, pois é um espaço importante que visa incentivar as crianças a brincarem, pondo em prática sua própria criatividade e imaginação.

Na brinquedoteca, os acadêmicos exercitam o aprendizado em avaliar as crianças através das atividades lúdicas, observando o desenvolvimento integral das suas potencialidades, bem como, o acompanhamento, a observação diária, a socialização, a iniciativa, a linguagem, e o desenvolvimento motriz. Neste contexto, a brinquedoteca foi montada com a perspectiva de proporcionar a visão ampla aos acadêmicos quanto às funções pedagógica, social e comunitária deste espaço educacional e lúdico.

São atendidas na brinquedoteca crianças de 4 a 8 anos de idade de Instituições educacionais públicas de educação infantil, do pré-escolar e até o 3º ano do ensino fundamental. Este espaço também está disponível aos professores dessas instituições.

Crianças que tenham parentescos com os acadêmicos e filhos de funcionários do IESPES/Fundação Esperança podem usufruir desse atendimento nesse ambiente de aprendizagem sob forma de agendamento prévio. A Brinquedoteca funciona nos turnos matutino, das 8h às 12h e Vespertino, de 14h às 18h, sob a orientação de monitores e professores do curso de Pedagogia. Já no turno noturno, a brinquedoteca ficará disponível aos docentes e discentes para as atividades práticas do curso.

Os monitores atuam como brinquedistas, e terão a responsabilidade de criar condições para “o brincar de qualidade”, e a construção de materiais pelas crianças e professores. É fundamental um ambiente afetuoso e acolhedor, a fim de proporcionar segurança e prazer à criança. O brinquedista preocupa-se com outras dimensões além da aprendizagem. A interação entre os pares, a troca de experiências, o cuidado umas com as outras, a curiosidade e as novas vivências, são situações que precisam ser permitidas durante os momentos na brinquedoteca.

Neste espaço também serão atendidas as crianças do Projeto Social: Educação Ambiental e Exercício da Cidadania no Ensino Fundamental, uma parceria entre Fundação Esperança/IESPES através do Curso de Pedagogia, Companhia Docas do Pará e Secretaria Municipal de Educação.

#### 14.1.6.1 Objetivos da Brinquedoteca

##### 14.1.6.1.2 Objetivo Geral

Proporcionar um espaço de aprendizagens e experiências quanto à função pedagógica, lúdica, social e comunitária aos acadêmicos do curso de pedagogia.

#### 14.1.6.1.3 Objetivos Específicos

- Realizar projetos e práticas pedagógicas interdisciplinares que permitam a ludicidade, e utilize o brinquedo como recurso no desenvolvimento infantil;
- Possibilitar que as crianças realizem atividades lúdicas e desenvolvam as diferentes linguagens dando novos significados, proporcionando a interação e a troca entre adultos e crianças por meio do brinquedo e das brincadeiras;
- Oferecer aos representantes da sociedade civil organizada, a oportunidade de usufruírem do espaço lúdico e pedagógico do curso de pedagogia do IESPES;
- Possibilitar aos estudantes do curso de pedagogia experiências que são relevantes à prática acadêmica e profissional;
- Assegurar o brincar espontâneo e o brincar dirigido por meio da brincadeira, do brinquedo e do jogo;
- Desenvolver hábitos de responsabilidade e cooperação entre as crianças e entre crianças e adultos;
- Estimular o desenvolvimento de habilidades e capacidades motoras, emocionais, cognitivas, sensoriais de acordo com sua vivência diária;
- Oportunizar a inclusão de crianças com deficiência e a participação em atividades lúdicas que expressem seus sentimentos de alegria, medo, conflitos e ansiedades a partir das vivências no contexto social.

#### 14.1.6.2 Metodologia

Com base na Proposta Pedagógica de Loris Malaguzzi (EDWARDS; GANDINI; FORMAN,2016), há na Brinquedoteca cantos temáticos que evidenciam cinco linguagens que possibilitam, tanto às crianças quanto aos professores, desenvolverem a estética, a criatividade e o aprofundamento sobre esses aspectos que são necessários ao desenvolvimento infantil e, portanto, à prática dos acadêmicos de pedagogia.

#### 14.1.6.3 Linguagem das Artes

Este espaço da brinquedoteca possibilitará a criatividade por meio de diferentes técnicas de pintura, escultura, criação de desenhos, criação de poesia e música, produção de

brinquedos com sucataria, dobraduras, colagem em diferentes tipos de papéis e materiais diversos. Também neste espaço haverá materiais e recursos que potencializam o imaginário infantil, por meio das fantasias de personagens literários, personagens imaginários que podem ser construídos com máscaras temáticas e demais adereços.

#### 14.1.6.4 Linguagem das Letras e dos Números

Este será um espaço onde a criança poderá ouvir, contar, criar e recriar histórias a partir de uma história que já existe, contada pelo adulto ou pela própria criança. É o canto dos clássicos infantis, gibis, livros paradidáticos, livros de pano, livros Infantis *pop-up* e 3D, livros com som, livros de adesivos. Também, jogos e diversos materiais matemáticos fazem parte deste canto temático.

#### 14.1.6.5 Linguagem do Afeto

Um canto com almofadas de pano em vários formatos, bonecas de pano brancas e negras, brinquedos de pelúcia de animais, a fim de proporcionar a inclusão e a importância da afetividade no desenvolvimento da criança com a outra criança e na relação da criança com o professor.

#### 14.1.6.6 Linguagem Mamba Musarai

É um canto que evidencia a cultura local e regional e questões étnico-raciais. Neste local, constam brinquedos utilizados pelas crianças amazônidas, como carros de madeira, boneca de corda, bonecas negras de tecido, pião, canoa, carroça e outros.

#### 14.1.6.7 Linguagem do “faz de conta”

Local da casinha com geladeira, fogão e pia confeccionados com papelão e diversos brinquedos, que possibilitam à criança a construção de conceitos, socialização e o estímulo ao imaginário infantil.

### 7. Materiais da Brinquedoteca

#### **Materiais Permanentes:**

(01) Smart TV de 40 polegadas
(04) conjuntos de mesas e cadeiras coloridas de madeira (infantil)
(05) m <sup>2</sup> de tatame emborrachado colorido
(16) colchonetes
(20) Almofadas de estampas e cores diversas
(04) Lixeiras pequenas infantis
<b>Materiais Pedagógicos:</b>
(05) Kit de Blocos lógicos
(03) Kit de discos fracionários
(03) Kit de escala Cuisenaire
(03) jogos de tangran
(03) jogos de dominó de adição
(03) jogos de dominó de subtração
(03) jogos de dominó de Multiplicação
(03) jogos de dominó de divisão
(03) jogos de torre de hanoi
(05) Kits Escrevendo lendo
(05) Pote de letras em E.V.A
(03) Conj. de fantoches da Família
(03) Carimbos para autoditado
(30) livros de histórias infantis
(03) Memória Linguagens de Sinais e Libras
(03) Alfabeto Braille Vazado MDF
(20) Máscaras (personagens infantis)
(20) livros de pano
(30) gibis diversos
<b>Brinquedos</b>
(20) Carros, barcos, bicicletas, aviões (eletrônicos e não eletrônicos e de madeira).
(30) Brinquedos de pelúcia diversos (animais, bonecos, bonecas, coração, objetos, outros).
(30) Bonecas e bonecos (diversos tamanhos- eletrônicos e não eletrônicos)
(20) Bonecas e bonecos de pano (negros, brancos, loiros, com alguma deficiência etc).
<b>Máscaras e Fantasias infantis</b>
(01 de cada) - branca de neve, pirata, cinderela, palhaço, Emília, chapeuzinho vermelho, bruxa, borboleta, super heróis, Mini e Mikey mouse, personagens da turma da Mônica e outros.

## 15 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O Iespes disponibiliza aos acadêmicos o software da *BlackBoard*, o qual oferece várias plataformas que facilitam o processo de comunicação e informação. A *Blackboard Learn* é um ambiente virtual de aprendizagem, onde os professores envolvem os alunos de formas novas e estimulantes, proporcionando um relacionamento mais eficaz, mantendo os alunos informados, envolvidos e colaborando uns com os outros. O *Blackboard Collaborate* cria salas de aula, escritórios e salas de reunião virtuais que abrem mais possibilidades a mais alunos, oferecendo novas abordagens de aprendizado em grupo com o conceito de web conferência.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é o locus de convergência de estratégias e meios de aprendizagem, sendo projetado com uma interface configurada para favorecer a aprendizagem. No AVA, os materiais didáticos se articulam numa arquitetura pedagógica previamente planejada. O desenvolvimento das disciplinas conta com Atividades para serem realizadas pelo aluno, em cada disciplina, utilizando a ferramenta Fórum no AVA e também a entrega de trabalho ou exercícios.

O AVA disponibiliza recursos de fórum, chat, caixa de mensagens, agenda, objetos de aprendizagem, planos de ensino, planos de aula, vídeo aulas, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, relatórios de frequência e participação discente e docente, relatório de notas, entre outros. Através desses recursos, o aluno terá acesso ao conteúdo das disciplinas como forma de mediação do processo ensino-aprendizagem.

O IESPES disponibiliza também recursos didáticos que colaboram para o processo de aprendizagem, são eles: laboratório de informática munido de 35 computadores e lousa eletrônica. A internet *Wi-Fi*, os aparelhos de *smart TV* (ambos disponíveis em todos os ambientes de ensino).

Além disso, o IESPES disponibiliza o *software* TOTVS que é utilizado pela coordenação do curso e secretaria acadêmica para a elaboração dos horários de aulas. Por meio do Portal Acadêmico, professores e alunos podem acessar inúmeros dados como notas, faltas, comprovantes, aconselhamentos, fazer *upload* e *download* de arquivos necessários para as aulas. No laboratório de informática, os professores do curso utilizam editores de texto e planilhas de cálculo para diversas disciplinas, além do uso da internet para a pesquisa e leitura de artigos científicos relacionados aos componentes curriculares.

Outro *software* que a instituição possui é o Dosvox que é um sistema computacional, baseado no uso intensivo de síntese de voz, desenvolvido pelo Instituto Tércio Paciti (antigo



Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que se destina a facilitar o acesso de deficientes visuais a microcomputadores. Através de seu uso é possível observar um aumento significativo no índice de independência e motivação das pessoas com deficiência visual, tanto no estudo, trabalho ou interação com outras pessoas. O Dosvox é composto por um sistema operacional que contém os elementos de interface com o usuário, sistema de síntese de fala, editor, leitor e impressor/formatador de textos, impressor/formatador para Braille, jogos de caráter didático e lúdico, ampliador de telas para pessoas com visão reduzida, programas para ajuda à educação de crianças, programas sonoros para acesso à Internet e um leitor simplificado de telas para Windows. Ressalta-se a preocupação que a IES possui em propiciar a inclusão de todas as pessoas no processo educacional.

Alguns softwares especializados utilizados pelos professores são: Geonext, Kbrusch, ABC-Blocks, Tux/paint, Kanagram e Klettres.

Os softwares em questão são utilizados para a construção do conhecimento no preparo dos profissionais do futuro. Nas tentativas de fazer / testar / desfazer / refazer, os estudantes modificam seus esquemas de pensamento (re)elaborando os conhecimentos e, conseqüentemente, promovendo aprendizagens significativas.

O **Geonext** é um software livre de matemática dinâmica que permite explorar geometria e funções. Apresenta uma interface simples e de fácil utilização e pode ser convertido para a língua portuguesa. O programa tem boa usabilidade, facilita o aprendizado do aluno, além de possuir versões para os principais sistemas operacionais (GEONEXT. Disponível em: < <http://geonext.uni-bayreuth.de/>>).

O **Kbrusch** é um Software matemático baseado no ensinamento de frações e suas operações, como: Subtração, Adição, Comparação, Conversão, etc.. O software também propicia um resultado preciso, e sua representação estatística. O acadêmico de Pedagogia aprende a utilizar o software com alunos na faixa escolar a partir do 3º ano do ensino fundamental I.

O software **Abc-blocks** é utilizado para a compreensão do código escrito (alfabetização). Ele apresenta um alfabeto móvel, com uma infinita quantidade de letras e a possibilidade de escrever qualquer palavra.

O **Tux/paint** é utilizado com o acadêmico de Pedagogia para que ele aprenda a aplicar o software na Educação Infantil, uma vez que trabalha o conhecimento das cores, formas geométricas, lateralidade (esquerda-direita), esquema corporal, discriminação visual através

da comparação (maior/menor, igual/diferente, detalhes de cena, análise/síntese, quebra-cabeça além de explorar o grafismo, o desenho, a escrita e a pintura.

O software **Kanagram** é destinado à crianças a partir da alfabetização. Com ele, é possível construir anagramas, por meio de tentativas com palavras inseridas em determinadas categorias, de acordo com temáticas diversas. Possui versão em Windows e Linux. (Disponível em: <http://edu.kde.org/kanagram/>).

O **Klettres** é um aplicativo que ajuda a criança a aprender o alfabeto e alguns sons simples no seu idioma ou outro qualquer. Ele possui 4 níveis. Nos níveis 1 e 2, o programa escolhe uma letra ou sílaba aleatoriamente, que é mostrada acompanhada do som de seu fonema. A criança deverá então escrever esta letra ou sílaba. Se estiver correta, a próxima letra irá aparecer. Se o usuário digitar a tecla errada, ele irá ouvir o som de novo. Assim, o usuário irá memorizar as letras e reconhecê-las no teclado. Os níveis 3 e 4 dizem respeito às sílabas e o modo de jogar é o mesmo. O usuário poderá escolher a tela, o idioma e o tempo de resposta.

Sendo assim, a partir do que estabelecem as políticas nacionais em relação ao uso não apenas técnico, mas crítico-reflexivo das tecnologias de informação e comunicação (TICs), é que o curso de Licenciatura em Pedagogia do IESPES discute esta temática de forma transversal em todo o percurso formativo, com ênfase nos seguintes componentes curriculares: “Pesquisa Educacional e suas tecnologias”; “Fundamentos e Metodologias da Educação Infantil”, “Fundamentos e Metodologias do Ensino da Matemática” e “Tecnologia em Educação”, o que ratifica esta orientação legal e pedagógica, como importante temática na formação dos professores da Educação Básica.

## 16 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

Considerando os processos de Avaliação Institucional no que tange ao curso de Licenciatura em Pedagogia do Iespes, coordenados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), alguns itens foram pontuados por docentes e discentes, gerando ações estruturadas para minimizar possíveis lacunas apontadas, conforme descrição a seguir:

1) No âmbito da autoavaliação institucional, houve a designação de potencializar a discussão no **âmbito da Inclusão**, mas no sentido de trabalhar especificamente com o público infantil. Desta forma, foi criado o projeto Fantoques sobre leitura e escrita, conforme informações a seguir:

• **Projeto de Extensão - Fantoches e a Inclusão**

Objetivo: Sensibilizar as crianças em relação à questão da inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência.

O projeto é desenvolvido para as crianças e professores da Educação infantil em UMEIs/EMEIs e escolas municipais e particulares. Ele acontece por meio da contação de histórias utilizando fantoches, e as histórias contadas falam de personagens com algum tipo de deficiência, entre elas, “A história da Branca cega de neve” e “Chapeuzinho da cadeira de rodas vermelhas”.

2) Em relação ao tema de Educação Ambiental, neste caso sugerido pelos docentes, com base na avaliação da CPA, como uma forma de levar essa discussão juntamente com outras ações integradas ao público de escolas públicas, foi assinado um convênio com instituições externas para a efetivação do projeto, conforme informações a seguir:

• **Educação Ambiental e o Exercício da Cidadania no Ensino Fundamental.**

Objetivo: Promover ações que propiciem o desenvolvimento de uma postura crítica diante da conservação e preservação do meio ambiente.

O Projeto é uma parceria entre a Companhia Docas do Pará, a Prefeitura Municipal de Santarém, através da Secretaria Municipal de Educação – SEMED e o Instituto Esperança de Ensino Superior - IESPES, através do Curso de Pedagogia, realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Sofia Imbiriba, com alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, tendo quatro monitores do curso de Pedagogia. O projeto foi iniciado em 2008 e atende 80 crianças no contraturno de suas atividades escolares, sendo 40 alunos por turno.

As crianças do projeto realizam atividades de karatê, balé, realizado em academia, e canto e coral realizado em sala de aula. São realizadas também palestras educativas sobre a temática do projeto, atividades lúdicas, oficinas para reciclagem e/ou reaproveitamento de materiais, confecção de brinquedos pedagógicos, fantoches, entre outros.

3) Ainda em relação às sugestões docentes para ampliar a participação de acadêmicos e professores em debates de temas emergentes da educação, de forma que houvesse maior integração entre os acadêmicos de diversos semestres do curso de Licenciatura em Pedagogia, foi sugerida criação de um Grupo de Estudo, conforme informações a seguir:

• **Grupo de Estudos do curso de Pedagogia do IESPES - GEPI**

Objetivo: Promover explicações e discussões sobre temáticas educacionais, e proporcionar reflexões referentes ao ensino e às práticas pedagógica vivenciadas pelos discentes e docentes na academia.

O Grupo de Estudos está vinculado ao curso de Pedagogia, a fim de debater acerca da educação, suas concepções e ramificações. Visa o desenvolvimento e a consolidação de novos ensinamentos e aprendizagens, e evidencia diferentes teóricos e seus olhares múltiplos sobre as temáticas educacionais.

4) Diversos acadêmicos registraram que o curso de Licenciatura em Pedagogia do IESPES poderia promover discussões acerca da Pedagogia Hospitalar, uma vez que, com a vinda do Hospital Regional do Baixo Amazonas (HRBA) para Santarém, crianças que frequentavam o hospital para se tratar de doenças graves estavam sendo de alguma forma impedidas de terem seu direito à educação respeitado, uma vez que, pela especificidade da patologia, não era possível frequentar mais a escola. Neste contexto, o curso de Pedagogia do Iespes, em parceria com o HRBA implantou o projeto “ABC Brincando”, conforme informações a seguir:

• **Projeto - “ABC” Brincando no HRBA**

Objetivo: Oportunizar às crianças no Hospital Regional do Baixo Amazonas (HRBA) o direito de desfrutar de projetos educacionais de forma a garantir a recreação e a escolarização assistida.

O projeto é desenvolvido na ala de oncologia com crianças em tratamento ou moradoras do HRBA. São realizados atendimentos individualizados com ações que envolvem a contação de história, pinturas, brincadeiras, jogos educativos e atividades de escolarização.

5) Outro ponto a ser levantado nas avaliações institucionais foi a questão da promoção de ações voluntárias junto aos acadêmicos. Para tanto, foi efetivada a participação em um evento denominado Salão do livro, conforme informações a seguir:

• **Salão do Livro**

Objetivo: Aproximar os acadêmicos dos leitores e dos escritores, por meio do trabalho voluntário, a fim de desenvolver a cultura da prática da leitura.

Durante o Salão do Livro, que acontece anualmente no município de Santarém, os acadêmicos de todos os semestres participam voluntariamente e desenvolvem atividades lúdicas, contação de histórias, jogos pedagógicos e outras ações e atividades com as crianças, adolescentes, jovens e adultos que visitam o evento.

A partir deste contexto, as demais ações coordenadas pela CPA estão detalhadas conforme especificações a seguir:

A Comissão Própria de Avaliação possui autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. É composta por docentes, discentes e

representantes do pessoal técnico-administrativo da comunidade acadêmica e representantes da Sociedade Civil Organizada, em função de reconhecida capacidade e idoneidade para colaborar com a instituição.

O processo de Autoavaliação da Instituição está consolidado desde sua criação e é um dos seus valores: “planejamento/avaliação como princípio orientador da prática institucional”. Atualmente, avalia várias dimensões: a) Avaliação do Projeto Institucional e projetos pedagógicos de cursos de graduação e pós-graduação lato sensu; b) Avaliação da infraestrutura institucional; c) Avaliação da comunicação com a Sociedade; d) Avaliação dos serviços de apoio. Neste contexto, o processo de avaliação do IESPES está fundamentado em parâmetros que partem desde a avaliação da aprendizagem dos cursos, chegando à avaliação das dimensões de acessibilidades institucional.

As avaliações empreendidas são referenciadas pelo programa institucional e têm uma função predominantemente diagnóstica/formativa, representando a possibilidade de ampliar o autoconhecimento, corrigindo os rumos e os meios para atingir os objetivos propostos. Neste sentido, as coordenações de cursos, Núcleo Docente Estruturante, docentes e discentes, junto com a equipe de Avaliação Institucional têm desenvolvido atividades e participação no processo de avaliação. As atividades são as seguintes:

- 1) Avaliação do Projeto Institucional - anual, com a participação de gestores e colaboradores técnico-administrativos.
- 2) Avaliação de Cursos da Graduação – Semestral, com a participação de professores e estudantes, onde são avaliadas as condições de desenvolvimento das habilidades e competências previstas nos objetivos dos cursos e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPC’s. Esse item aborda as seguintes avaliações: 2.1) Diagnóstico do ensino/aprendizagem – Semestral, avalia a qualidade do ensino/aprendizagem desenvolvido em sala de aula, e o comportamento acadêmico de docentes e discentes, por meio de aplicação de questionário. 2.2) Diagnóstico das condições de estrutura necessária ao ensino, e respectivo questionamento sobre as condições de vida acadêmica, dentre outros fatores.

A aplicação da Avaliação Institucional a respeito da qualidade do curso permite identificar aspectos críticos, do ponto de vista dos indicadores oficiais para equacionar os problemas identificados nas três principais dimensões da avaliação, quais sejam, os aspectos pedagógicos, o corpo docente e a infraestrutura.

O IESPES também usa os insumos e os indicadores das avaliações externas como elementos importantes para o processo de autoavaliação dos cursos e da IES.

## **17 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO - Apresentação**

O Estágio Curricular Supervisionado se caracteriza pela oportunidade de exercício e intervenção profissional, de demonstrar as competências e habilidades desenvolvidas adquiridas. Por meio das diferentes formas e modalidades do exercício docente educacional, nas perspectivas da promoção e do desenvolvimento do processo da aprendizagem humana, seus padrões normais e patológicos nos diversos níveis; da formação cultural; da educação; da gestão e de empreendimentos educacionais, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades educacionais no âmbito formal ou não formal. Será realizado a partir do 5º semestre, com uma carga horária de 400 (quatrocentas) horas de trabalho efetivo sob a orientação do Supervisor de Estágio.

O estágio supervisionado do Curso de Pedagogia do Iespes está planejado de acordo com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de licenciaturas, através da Resolução Nº 2, de 1 de julho de 2015, sendo componente obrigatório do curso de Pedagogia, sendo uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico, e ocorrerá a partir do quarto semestre, com a carga horária total de 400 horas distribuídas em quatro etapas, tendo como objetivo geral promover a ação interdisciplinar, utilizando o estágio supervisionado como oportunidade de vincular teoria e prática, através de experiências inovadoras, voltadas para a educação básica.

As atividades propostas para os cumprimentos da carga horária de estágio curricular supervisionado dispõem de: observação de campo, participação em atividades pedagógicas nas escolas, projetos de intervenção que contemplem as necessidades das escolas, planejamento de plano de ação para serem desenvolvidos nos espaços escolares e não escolares.

Os estágios contemplam as Diretrizes Curriculares Nacionais, aplicando-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e nos cursos de Ensino Médio na modalidade normal, Educação de Jovens e Adultos, ou seja, atendendo toda a Educação Básica. Participam também em atividades de estágio na coordenação pedagógica, gestão escolar e gestão em ambientes não escolares.

As atividades do estágio supervisionado perpassam por ações educativas e pedagógicas, proporcionando aos acadêmicos: conhecimento da realidade das instituições de ensino, caracterização do espaço escolar, organização do trabalho pedagógico através do planejamento, avaliação, práticas de docência, assim como, oportuniza a reflexão da teoria estudada com as práticas vivenciadas no estágio através da culminância do estágio, momento

em que os acadêmicos socializam as experiências vivenciadas e as dificuldades encontradas no âmbito do contexto educacional.

### **17.1 Estágio Curricular Supervisionado I – Educação Infantil**

O estágio inicia com visitas supervisionadas e levantamento de informações através das observações do cotidiano escolar que poderá subsidiar os semestres seguintes. Sugere-se a realização de visitas a diferentes instituições de ensino (da rede pública e particular) bem como às instituições que desenvolvem projetos educativos. A culminância dar-se em forma de relato de experiência das observações do campo de estágio, envolvendo estagiários e todos os docentes, para compartilhar os resultados obtidos. Os resultados serão registrados em Relatório Final, entregues ao Professor Supervisor de Estágio, podendo tornar artigo científico.

### **17.2 Estágio Curricular Supervisionado II – Anos iniciais do Ensino Fundamental**

Nesta fase, os estagiários organizam palestras, oficinas e seminários e exercício da docência em escolas e/ou creches, vinculadas ao setor público ou particular. A ênfase à ação interdisciplinar levará os estagiários a relacionar, constantemente, seus referenciais teóricos às atividades práticas desenvolvidas nas escolas. Durante este e nos próximos semestres, o estagiário estará apto a fazer uso das novas tecnologias de informação e comunicação, como um importante recurso para a formação básica. A culminância dar-se em forma de painéis que retratem as experiências vivenciadas em campo de estágio, envolvendo estagiários e docentes, para compartilhar os resultados obtidos. Os resultados serão registrados em Relatório Final, entregues ao Professor Supervisor de Estágio, podendo tornar artigo científico.

### **17.3 Estágio Curricular Supervisionado III**

Sendo o processo interdisciplinar, uma das principais tônicas deste trabalho, nesta fase o estágio caracterizar-se-á pela elaboração e execução de projetos para trabalhar com jovens e adultos. Deverá envolver a prática docente, de modo a exercitar, de maneira teórico-prática, os conhecimentos apreendidos, durante os semestres anteriores e o semestre em andamento. A culminância dar-se em forma de simulações que retratem as experiências vivenciadas em campo de estágio, envolvendo estagiários e todos os docentes, para compartilhar os resultados

obtidos. Os resultados são registrados em um Artigo Científico e entregues ao Professor Supervisor de Estágio.

#### **17.4 Estágio Curricular Supervisionado IV**

O ato de planejar pedagogicamente a ação educativa, considerando os aspectos biopsicossociais, linguísticos e cognitivos que envolvem a educação básica é uma das principais tônicas deste trabalho. Nesta fase, o estágio caracteriza-se pela observação e realização de projetos educativos em ambientes escolares. Neste estágio, assim como nos anteriores, a ação interdisciplinar deverá ser fortalecida de modo que o estagiário assuma as funções de planejamento, organização e execução de projetos educativos em ambientes escolares. A culminância dar-se em forma de simulações que retratem as experiências vivenciadas em campo de estágio, para compartilhar os resultados obtidos. Os resultados são registrados em um Artigo Científico e entregues ao Professor Supervisor de Estágio.

#### **17.5 Avaliação do Estágio**

Além das avaliações das ações dos estagiários realizados pelos profissionais da escola, ao final de cada estágio, será realizada a culminância para socialização das experiências vivenciadas em instituições escolares e não escolares de atuações dos acadêmicos e também será realizada uma avaliação pelo supervisor de estágio para avaliar o desempenho dos acadêmicos nas etapas do estágio supervisionado.

### **18 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO - Regulamento**

Este Regulamento, constante no Manual de Estágio disponibilizado ao acadêmico, normatiza o Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Pedagogia do IESPES, estabelecendo: 1) sua relação com a Rede de Escolas da Educação Básica; 2) sua relação entre licenciandos, docentes e supervisores da mesma rede, bem como 3) a relação teoria e prática.

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO IESPES  
CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES



Art. 1º. O presente Regulamento tem por finalidade normatizar o Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IESPES.

Parágrafo único. O Estágio de que trata o *caput* desse artigo tem carga horária total de 400 horas, explicitada na Matriz Curricular do curso.

Art. 2º. O Estágio é desenvolvido tendo como referência à ementa contida no respectivo plano de ensino do componente curricular, visando conferir habilidades como:

I – Aplicação dos conhecimentos apreendidos na formação acadêmica;

II – Promoção e do desenvolvimento do processo da aprendizagem humana, seus padrões normais e patológicos nos diversos níveis; da formação cultural; da educação; da gestão de empreendimentos educacionais, além de outros campos que oportunizem a prática de atividades educacionais no âmbito formal e/ou não formal.

## CAPÍTULO II – DA CARACTERIZAÇÃO, OBJETIVOS E SUPERVISÃO

Art. 3º. O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IESPES constitui-se em atividade curricular de ordem prática, que permite aprofundar as relações do processo de formação com a prática docente, respondendo às necessidades educacionais.

Art. 4º. O Estágio Curricular Supervisionado do Curso Licenciatura em Pedagogia do IESPES tem os seguintes objetivos:

I - Promover visitas supervisionadas, estabelecendo canais de comunicação entre os estagiários e as instituições de ensino.

II - Desenvolver a observação do cotidiano escolar em unidades de ensino.

III – Proporcionar vivências no âmbito educacional garantindo experiências a partir dos teóricos e suas teorias estudadas durante o curso.

IV - Organizar palestras, seminários e oficinas para os docentes e a comunidade de acordo com as necessidades indicadas pelas instituições que servirão como local de estágio.

V - Utilizar adequadamente os recursos tecnológicos e de comunicação, diversificando as formas de interagir dentro e fora do ambiente escolar.

VI - Elaborar projetos das disciplinas que compõem a matriz curricular do Ensino Fundamental/Educação infantil mediante práticas interdisciplinares.

VII - Ministras aulas (regência) das disciplinas que compõem a matriz curricular da Educação Infantil e do ensino fundamental, incluindo EJA, mediante práticas interdisciplinares.

Art. 5º. As atividades serão orientadas a partir da ementa da disciplina de Estágio Supervisionado, em integração com outras disciplinas da matriz curricular.

Parágrafo único. A supervisão do estágio será realizada pelo docente responsável.

Art. 6º. O docente supervisor organizará os acadêmicos nos campos de estágio.

Art. 7º. Deverá haver a participação do coordenador de curso no planejamento, no desenvolvimento e na supervisão das atividades dos discentes para o estágio.

Art. 8º. As instituições que disponibilizam campos de Estágio devem manifestar seu interesse no desenvolvimento das atividades, na supervisão e avaliação do discente.

### CAPÍTULO III – DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DO ESTÁGIO

Art. 9º. O Estágio Curricular Supervisionado terá como referência os seguintes princípios:

- I – Criar a vinculação entre a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- II – Incentivar o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa ou extensão visando ao aprofundamento da qualificação técnico-científica e ético-política do aluno, o desenvolvimento da profissão e divulgação dos conhecimentos produzidos;
- III – Desenvolver uma postura crítica e reflexiva e do espírito científico;
- IV – Promover respeito aos valores ético-legais da profissão e ao ser humano;
- V – Valorizar o exercício da cidadania;
- VI – Estimular a participação e o envolvimento do discente:
  - a) Na construção do conhecimento e no aperfeiçoamento dos Planos de Disciplinas;
  - b) No Projeto Pedagógico do Curso;
  - c) Na análise da problemática vivenciada e na intervenção na prática profissional e nas instituições-campo de Estágio, como elementos desencadeadores de processos de mudança e de melhoria da assistência a educação prestada à clientela.
- VII – Valorizar o compromisso, de atitudes éticas e solidárias, e da importância da efetiva participação nos Serviços e Unidades de Ensino;
- VIII – Estabelecer compromisso com a apreensão da realidade, diagnóstico, priorização das necessidades de ensino e aprendizagem da clientela, planejamento, execução, avaliação e aperfeiçoamento da assistência à educação.
- IX – Promover a valorização dos princípios de universalidade, equanimidade, hierarquização, integralidade e resolutividade das ações de educação.

### CAPÍTULO IV – DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E METODOLOGIA

Art. 10. O Estágio Curricular Supervisionado deve propiciar o seguinte conteúdo programático:

I – Diagnóstico das necessidades de aprendizagem na educação infantil e no ensino fundamental como fundamento para o planejamento das ações, tendo por base a ementa desse componente curricular;

II – Execução e avaliação do processo de ensino e aprendizagem.

III- A metodologia acontecerá conforme a orientação do supervisor de estágio.

Art. 11. Durante o Estágio Curricular Supervisionado, acontecerá a relação entre licenciandos, docentes e supervisores da rede de escolas da Educação Básica com base neste Regulamento.

Parágrafo único. Ao coordenador de curso e ao supervisor de estágio competem proporcionar a orientação necessária ao desenvolvimento das atividades previstas, acompanhando todas as fases de execução, como a elaboração do projeto, a avaliação dos licenciandos pelos docentes da Educação Básica durante a regência em sala de aula (anexo 1). A elaboração do relatório final é avaliado pelo supervisor do estágio, ocorrendo a socialização das experiências vivenciadas no campo de atuação, e há devolução dos resultados às instituições-campo de estágio, mantendo a relação entre os envolvidos no processo.

Art. 12. Do cronograma constará toda a atividade desenvolvida para alcance dos objetivos propostos, bem como as relacionadas à elaboração do relatório final e à sua divulgação.

Art. 13. O relatório deverá conter:

I – introdução;

II – desenvolvimento;

III – metodologia (contemplar o caminho percorrido para a resolução das dificuldades apontadas no diagnóstico);

IV – resultados obtidos e sua aplicabilidade na prática, relevância para a clientela, família e equipe de trabalho da Instituição envolvida;

V – utilização das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

## CAPÍTULO V – DAS COMPETÊNCIAS

Art. 14. O Estágio Curricular Supervisionado será orientado e supervisionado pelo docente do curso responsável pelo estágio, sob a gestão do coordenador de curso.

Art. 15. Compete ao Supervisor de Estágio:

I – Coordenar a elaboração da proposta de Regulamento de Estágios do Curso, submetendo-o à apreciação do Colegiado de Curso;

II – Coordenar o planejamento, execução e avaliação das atividades do Curso Licenciatura em Pedagogia de conformidade com os planos de ensino e planos de acompanhamento das supervisões de estágio;

- III – Contatar, selecionar e cadastrar as instituições potencialmente concedentes de estágios;
- IV – Encaminhar para assinatura, os termos de convênio ou acordo de cooperação com instituições que se habilitam como campo de estágio, bem como o termo de compromisso individual do aluno com o campo de estágio;
- V – Manter cadastro de alunos e das organizações concedentes de estágio e do desenvolvimento do estágio;
- VI – Favorecer, mediante orientação à articulação ensino, pesquisa e extensão, numa perspectiva interdisciplinar do estágio curricular supervisionado;
- VII – Zelar pelo cumprimento da legislação aplicável aos estágios;
- VIII – Garantir um processo de avaliação continuada da atividade de estágio, envolvendo alunos, professores supervisores e demais profissionais da área;
- IX – Apresentar ao Colegiado de Curso, semestralmente, relatório sobre as atividades desenvolvidas;
- X – Encaminhar, e manter atualizado junto a Secretaria Acadêmica, relação de alunos estagiários com os respectivos campos de estágio;
- XI – Encaminhar à Secretaria Acadêmica os planos de acompanhamento de estágio;
- XII – Assinar o termo de compromisso para realização dos estágios juntamente com o coordenador de curso;
- XIII – Coordenar a discussão sobre o estágio para esclarecimento das dúvidas, reflexões sobre as finalidades, objetivos, atividades, metodologia, processo de avaliação e de supervisão do estágio;
- XIV – Discutir com acadêmicos o planejamento das ações e a sistematização da assistência que serão desenvolvidos pelos estagiários para que mantenham as especificidades caracterizadas neste regulamento;
- XV – Promover reuniões periódicas, quando necessárias, com os estagiários, e professores supervisores, no IESPES ou nas instituições-campo de estágio, com a finalidade de relatarem experiências, viabilizando troca de informações e análise das situações vivenciadas;
- XVI – Encaminhar os resultados das avaliações e discussões à Coordenação do Curso;
- XVII – Zelar para que sejam propiciadas condições que viabilizem o alcance das finalidades do Estágio Curricular Supervisionado;
- XVIII – Manter reuniões periódicas com os professores supervisores para discussão da problemática vivenciada durante o Estágio Curricular Supervisionado;
- XIX – Discutir os critérios para avaliação do Estágio Curricular Supervisionado;

XX – Acompanhar o desenvolvimento dos Estágios, propiciando o alcance dos objetivos planejados das atividades, no campo da prática, a fim de vivenciar a realidade escolar.

XXI – Fixar datas para entrega dos relatórios finais;

XXII – Desenvolver outras atividades correlatas, nos termos preconizados pela Política de Estágios vigentes no IESPES;

XXIII – Elaborar o cronograma anual/semestral do Estágio Curricular Supervisionado;

XXIV - Manter cadastro dos campos para Estágio Curricular Supervisionado, e fazer convênios com as instituições de ensino com a rede de escolas da Educação Básica.

XXV- O acadêmico também deverá participar nas reuniões de professores e conselhos de classe.

Art. 16. No Estágio Supervisionado deve haver orientação, apoio e acompanhamento ao acadêmico no decorrer de suas atividades, por parte do supervisor de estágio.

§1º. A supervisão de estágio é realizada a partir de um programa de atividades e o plano de acompanhamento de estágio, elaborado pelo docente supervisor para cada acadêmico sob sua orientação.

§2º. O docente supervisor deverá apresentar ao coordenador do curso de Pedagogia, o plano de acompanhamento de estágio até 15 (quinze) dias antes do início das atividades em campo.

Art. 17. A supervisão de Estágio será exercida:

I – Por docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IESPES;

Art. 18. A supervisão de estágio é considerada atividade de ensino.

Art. 19. A supervisão consiste no acompanhamento e orientação do planejamento por meio de visitas sistemáticas ao campo de estágio para verificação do desenvolvimento das atividades e do andamento do campo de estágio, complementando-as com entrevistas e reuniões com os estagiários e supervisor técnico responsável pelo estágio.

Art. 20. Para cada plano de atividade de estágio, existe um plano de acompanhamento, a ser aprovado pelo coordenador do curso de Pedagogia do IESPES, para ser anexado ao plano de ensino.

Parágrafo único. Quando as atividades do estágio são definidas pelo docente para um grupo de alunos, o plano de acompanhamento de estágio será um só, tendo anexa a relação dos estagiários e explicitando o cronograma do desenvolvimento das atividades (Plano de Ação).

Art. 21. Ao docente supervisor do estágio compete:

I – Sensibilizar o estagiário quanto à importância do Estágio Curricular Supervisionado;

II – Orientar o discente quanto às características, objetivos, conteúdo programático, metodologia e critérios de avaliação do Estágio Curricular Supervisionado;

- III – Promover reunião preparatória na instituição-campo de Estágio para discutir o processo de operacionalização, considerando objetivos, cronograma, metodologia e outros elementos pertinentes;
- IV – Estimular a participação dos profissionais dos serviços que acompanham os estagiários em todas as atividades, objetivos e processos desenvolvidos durante o Estágio;
- V – Manter contatos periódicos com os profissionais do campo de Estágio, para otimizar sua participação e contribuição, bem como conhecer suas expectativas e sua percepção sobre o processo vivenciado;
- VI – Viabilizar estratégias para apresentação dos discentes às instituições-campo de Estágio, aos professores que os acompanharão, aos demais recursos humanos, favorecendo o reconhecimento da estrutura física e material existente;
- VII – Instrumentalizar os estagiários para o diagnóstico das necessidades de ensino e aprendizagem da clientela, planejamento, execução e avaliação das ações;
- VIII – Subsidiar os estagiários com discussões a respeito do referencial teórico necessário para o desenvolvimento de ações durante o Estágio Curricular Supervisionado;
- IX – Orientar durante o desenvolvimento dos estágios, esclarecendo dúvidas, auxiliando nas dificuldades, propondo estratégias para superação das limitações, supervisionando e avaliando o processo e os resultados, bem como, discutir prazos e atividades a serem realizadas para o alcance dos objetivos do estágio;
- X – Encaminhar ao coordenador do curso de Pedagogia do IESPES o plano de acompanhamento de estágio para aprovação do Colegiado de Curso;
- XI – Manter-se em contato com demais docentes supervisores para troca de experiências e tomada de decisões coletivas, participando das reuniões agendadas para tal finalidade;
- XII – documentar as avaliações para melhoria do Plano de Ensino do Estágio Curricular e encaminhá-las ao coordenador do curso de Pedagogia;
- XIII – Orientar a elaboração e aprovar o programa de atividade de estágio apresentado pelo aluno, encaminhando cópia ao coordenador do curso de Pedagogia;
- XIV – Avaliar o relatório final do Estágio Curricular Supervisionado;
- XV – Receber e analisar os relatórios e outros documentos dos estagiários conforme solicita este regulamento e apresentar ao coordenador do curso de Pedagogia o relatório final;
- XVI – Cumprir com o plano de acompanhamento de Estágio;
- XVII – Emitir parecer por escrito, após avaliação dos relatórios, com justificativa da nota atribuída;

XVIII – Cumprir e fazer cumprir a legislação, normas e convênios ou acordos de cooperação referentes ao estágio;

XIX – Responsabilizar-se, juntamente com o estagiário pela entrega de todos os documentos exigidos por este Regulamento.

Art. 22. Ao estagiário compete:

I – Realizar as atividades propostas para alcance da carga horária e dos objetivos do Estágio Curricular Supervisionado;

II – Conhecer e compreender o contexto em que será realizado o Estágio Curricular Supervisionado, identificando e analisando os fatores determinantes das práticas observadas;

III – Cumprir com as atividades e prazos previstos no cronograma, avaliando cada momento;

IV – Desenvolver consciência crítica na análise situacional e contextual;

V – Cumprir com os compromissos assumidos com diretores das escolas e/ou demais instituições de ensino, colegas, docentes e discentes;

VI – Apresentar o relatório do Estágio Curricular Supervisionado desenvolvido ao docente supervisor e participar da Socialização das experiências vividas no campo da prática;

VII – Ter frequência de acordo com o Regimento do IESPES.

Art. 23. Ao profissional do campo de Estágio compete:

I – sensibilizar a equipe de trabalho da instituição de ensino quanto à importância do Estágio Curricular Supervisionado;

II – participar da reunião preparatória na instituição-campo de estágio, para discutir o Estágio Curricular Supervisionado, seus objetivos, cronograma, metodologia, e o processo de operacionalização do mesmo;

III – apresentar os estagiários ao pessoal do campo, favorecendo o reconhecimento da unidade de ensino;

IV – auxiliar os estagiários nos diagnósticos das necessidades identificadas no campo de estágio;

V – participar das discussões a respeito do referencial teórico necessário para o desenvolvimento das ações durante o Estágio Curricular Supervisionado;

VI – orientar os estagiários durante o desenvolvimento das ações pedagógicas analisando os fatores determinantes da prática vivenciada e as possibilidades de intervenção;

VII – acompanhar e avaliar o processo e os resultados;

VIII – manter contato contínuo com os docentes-supervisores para percepção e diálogo sobre as expectativas e dificuldades associadas ao processo vivenciado;

IX – contribuir para a tomada de decisões coletivas, participando das reuniões agendadas para tal finalidade;

X – documentar a frequência e as avaliações feitas e encaminhá-las aos docentes supervisores;

XI – auxiliar na avaliação do Estágio Curricular Supervisionado, encaminhando críticas e recomendações.

## CAPÍTULO VI – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Art. 24. O Estágio Curricular Supervisionado observa os seguintes critérios de avaliação:

I – a avaliação do Estágio deverá ser realizada sistemática e continuamente, pelo docente supervisor, pelos titulares das unidades de ensino responsáveis pela supervisão técnica e pelo aluno;

II – a avaliação final constará da autoavaliação e avaliação do professor supervisor, documentada em instrumento próprio;

Parágrafo único. Para que a avaliação se efetive, o docente supervisor, os professores dos campos de Estágios e os discentes devem nortear-se pelo instrumento de avaliação constante no plano de ensino.

Art. 25. A avaliação do relatório final será realizada, considerando-se o artigo 13 deste Regulamento.

Art. 26. A nota final do Estágio será a média aritmética da nota do projeto, relatório (incluindo documentação do estágio, anexos), socialização ao final do estágio e da avaliação final do desenvolvimento do estágio.

§1º. O discente que obtiver, no mínimo, numa escala de zero a dez, grau numérico igual ou superior a seis de média, é considerado aprovado.

§2º. A reprovação por insuficiência de nota ou frequência implica na repetição integral do Estágio, mediante nova matrícula.

## CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. Os casos não contemplados neste Regulamento são resolvidos pelo Colegiado de Curso de Pedagogia, pelas normas e regulamentos internos da Instituição e, em grau de recurso, pelo Conselho Acadêmico do IESPES.





**INSTITUTO ESPERANÇA DE ENSINO SUPERIOR**  
**ESTÁGIO SUPERVISIONADO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

Estagiário (a): \_\_\_\_\_

Inst. Escolar (ou não-escolar): \_\_\_\_\_

Responsável pelo Estágio: \_\_\_\_\_

**Fase:**

Observação das práticas pedagógicas desenvolvidas na Coordenação Pedagógica e Gestão Escolar, análise e reflexão das mesmas. Acompanhamento e desenvolvimento de atividades.

Período: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ Carga horária cumprida: \_\_\_\_\_

Nota Escola (Instituição) \_\_\_\_\_ + Avaliação Supervisor \_\_\_\_\_ + Relatório: \_\_\_\_\_ ÷ 3 =

Média Geral: \_\_\_\_\_

**FICHA DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO**

Considerando a importância de sua opinião sobre o desempenho de nosso estagiário do **Curso de Licenciatura em Pedagogia**, solicitamos a V.Sa. que preencha esta ficha, assinalando no lugar indicado conforme a legenda abaixo:

<b>Categoria</b>	<b>Pontuação</b>
E = Excelente	10
O = Ótimo	9
B = Bom	8
R = Regular	7
D = Deficiente	6

<b>01. CARACTERÍSTICAS PESSOAIS</b>	<b>Critérios de Avaliação</b>				
O estagiário demonstrou possuir:	<b>E</b>	<b>O</b>	<b>B</b>	<b>R</b>	<b>D</b>
1. Assiduidade e Pontualidade no cumprimento do horário					
2. Ética na condução de suas atividades					
3. Responsabilidade e Interesse pelo trabalho					
4. Relações Interpessoais (iniciativa, comunicação e integração)					
5. Apresentação Pessoal					

<b>02. HABILIDADES TÉCNICAS DO ESTÁGIO</b>	<b>Critérios de Avaliação</b>				
	<b>E</b>	<b>O</b>	<b>B</b>	<b>R</b>	<b>D</b>
1. Planeja e executa suas funções					
2. Desenvolve suas funções coerentemente com as normas da instituição					
3. Demonstra conhecimento na execução de suas atividades pedagógicas					
4. Iniciativa e autodeterminação para realizar seus objetivos de Estagiário sem influência externa.					
5. Desempenhou com responsabilidade e consciência os trabalhos do estágio.					

Considerações sobre o desempenho do (a) estagiário (a).

---



---



---



---



---

Santarém, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável do Estágio (Escola / Instituição)

\_\_\_\_\_  
Supervisor de Estágio – IESPES



**INSTITUTO ESPERANÇA DE ENSINO SUPERIOR**  
**ESTÁGIO SUPERVISIONADO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

Ofício nº \_\_\_\_\_

Ilma Sra.  
 Diretora da Escola

Assunto: **APRESENTAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.**

Prezado (a) Senhor (a),

O Instituto Esperança de Ensino Superior – IESPES, através do **Curso de Licenciatura em Pedagogia**, tendo seu reconhecimento renovado por meio da portaria Nº 286, de 21 de dezembro de 2012, publicada em 27 de dezembro de 2012, e, de acordo com a Resolução CNE/CP Nº 1/2006, com Parecer nº 3/2006 que institui as Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Pedagogia e o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia/IESPES, apresenta os (as) estagiários (as) abaixo relacionados, que executarão o Estágio Curricular em \_\_\_\_\_, sem remuneração e vínculo empregatício, cumprindo \_\_\_\_\_ horas no período de \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_. A supervisão de estágio dar-se-á periodicamente.

Acadêmicos	Assinatura do Acadêmico

Sem mais, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cordialmente,

Santarém - PA, \_\_\_\_\_.

---

Marinete Costa de Lima  
 Supervisora de Estágio

---

Juarez Souza  
 Diretor do IESPES



INSTITUTO ESPERANÇA DE ENSINO SUPERIOR  
 Recredenciado pela Portaria MEC nº 291 de 23/03/2015, publicada no DOU de 24/03/2015

### TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Termo de Compromisso de Estágio, sem remuneração e vinculação empregatícia, na forma da Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 que entre si celebram de um lado como Concedente \_\_\_\_\_ CNPJ \_\_\_\_\_ de outro como **Estagiários (a) abaixo relacionados (a)** do curso de **Licenciatura em Pedagogia** do Instituto Esperança de Ensino Superior - IESPES, mediante as seguintes cláusulas:

Acadêmico	Assinatura do Acadêmico

**(Obs: Termo firmado em grupo por exigência da instituição Concedente do estágio)**

**Cláusula Primeira** - A concedente compromete-se em alocar o estagiário em setor que venha oferecer ao mesmo, experiência prática dentro de sua linha de formação.

**Cláusula Segunda** - Pelas reais e recíprocas vantagens técnicas e administrativas, a concedente designará um supervisor interno de estágio.

**Cláusula Terceira** - O (A) estágio (a) terá a duração de 40h com início em 17 de abril de \_\_\_\_\_ e término 02 de maio de \_\_\_\_\_, nos horários das 7h e 15 min às 11h e 15 min / 13h e 15 min às 17h e 15 min.

**Cláusula Quarta** - O (A) estagiário (a) obriga-se a cumprir fielmente a programação de estágio, comunicando em tempo hábil, a impossibilidade de fazê-lo se for o caso.

**Cláusula Quinta** – O (A) estagiário (a) obriga-se a cumprir todas as normas internas da empresa, especialmente os relativos a estágios e segurança que declara expressamente conhecer.

**Cláusula Sexta** - O (A) estagiário (a) obriga-se a guardar sigilo quanto aos elementos manipulados ou daqueles que, direta ou indiretamente venha tomar conhecimento no exercício de suas atividades na empresa concedente do estágio.

**Cláusula Sétima** - O (A) estagiário (a) obriga-se a elaborar o relatório sobre o desenvolvimento das tarefas que lhe forem atribuídas, submetendo-o a apreciação do supervisor técnico.



## 19 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

### REGULAMENTO

Art. 1º O TCC – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui-se numa atividade curricular, de natureza científica, em campo de conhecimento que mantenha correlação direta com o Curso de Licenciatura em Pedagogia do IESPES. Deve representar a integração e a síntese dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, expressando domínio do tema escolhido.

Art. 2º O acadêmico deverá elaborar o TCC no período de um ano letivo, distribuído em dois componentes curriculares, sendo o TCC I, cursado no 7º semestre, e o TCC II, no 8º.

Art. 3º Poderá matricular-se na disciplina de TCC I o acadêmico que estiver regularmente matriculado no sétimo semestre do Curso.

§ 1º. O aluno deverá estar matriculado ou ter cursado com aprovação no mínimo três disciplinas no sétimo período do curso.

§ 2º. Somente poderá se matricular na disciplina de TCC I o aluno que possuir, no máximo, três disciplinas pendentes para cumprir, o que inclui dependências, disciplinas trancadas ou não cursadas.

Art. 4º Poderá matricular-se na disciplina de TCC II o aluno que estiver regularmente matriculado no oitavo semestre do Curso.

§ 1º. O aluno deverá estar matriculado ou ter cursado com aprovação no mínimo três disciplinas no oitavo semestre do curso.

§ 2º. A disciplina de TCC I, com a respectiva aprovação, é pré-requisito para matrícula em TCC II.

§ 3º. Somente poderá se matricular na disciplina de TCC II, o aluno que possuir, no máximo, três disciplinas pendentes para cumprir, o que inclui dependências, disciplinas trancadas ou não cursadas.

Art. 5º A matrícula na disciplina de TCC II atribui ao aluno o direito de defender seu trabalho, conforme Calendário Acadêmico do IESPES, salvo se o professor orientador não julgar o aluno apto para a defesa, caso em que lavrará a reprovação do mesmo.

Art. 6º O Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia do IESPES, com base na legislação vigente, bem como, considerando a importância da existência de outras atividades acadêmicas na formação do profissional de cursos de licenciatura, reservou uma

carga horária para a realização do acompanhamento e instruções aos acadêmicos referentes ao TCC.

§ 1º - A Carga horária destinada ao TCC é de 120 (cento e vinte) horas, divididas em dois componentes curriculares (TCC I – 60 horas e TCC II – 60 horas);

§ 2º - A carga horária destinada ao TCC I é composta de atividades em sala de aula, atividades de orientação e atividades de pesquisa, em caráter preliminar da realização do trabalho. As atividades em sala de aula são destinadas a determinar a metodologia de pesquisa a ser realizada.

§ 3º - A carga horária destinada ao TCC II é composta de atividades em sala de aula, atividades de orientação e atividades de pesquisa, em caráter de conclusão do trabalho. As atividades em sala de aula serão coordenadas pelo professor da disciplina de TCC II.

Art. 7º Será designado pela coordenação do curso, em parceria com o professor de TCC I, um professor orientador pertencente ao quadro de docentes do IESPES, que deverá realizar o processo de orientação durante o período correspondente ao TCC I e TCC II.

Parágrafo Único – O número de trabalhos a serem orientados deverá ser distribuído, sempre que possível, de forma proporcional ao número de professores orientadores disponíveis no IESPES.

Art. 8º O período de matrícula para cursar as disciplinas de TCC I e II corresponde, respectivamente, ao 7º e 8º semestres.

Art. 9º O TCC poderá ser apresentado em formato de monografia, artigo científico, análise de caso, Plano de Intervenção, a ser definido em comum acordo com o professor orientador.

Parágrafo Único: O TCC deverá ser realizado em duplas ou em trios de acadêmicos, de acordo com a disponibilidade de professores orientadores do IESPES.

Art. 10 O TCC será apresentado pelos acadêmicos, em sessão pública, para uma banca avaliadora, composta por 03 (três) docentes designados pela coordenação de curso.

Parágrafo Único – O Professor orientador se constitui como presidente da banca avaliadora de seu orientando.

Art. 11 Quanto às normas, formulários e documentos que os alunos e orientadores devem apresentar:

§ 1º - As normas para elaboração do TCC constam no Manual do TCC para trabalhos acadêmicos, disponibilizado no site do IESPES;

§ 2º - O formulário de cadastro de acadêmicos/equipes deve ser preenchido e assinado pelos acadêmicos;

§ 3º - A carta de aceite de orientação deve ser assinada pelo professor orientador e pelos acadêmicos orientandos;

§ 4º - O formulário de relatórios parciais de atividades deve ser preenchido pelos acadêmicos contendo assinatura dos mesmos, bem como do professor orientador;

§ 5º - O formulário de depósito do trabalho de conclusão de curso na secretaria acadêmica deverá ser preenchido e assinado pelo professor orientador;

Parágrafo Único – Os modelos dos documentos solicitados estarão disponíveis no site do IESPES, nos editais do curso de Licenciatura em Pedagogia. Todos os documentos citados no artigo 11 devem ser entregues pelos acadêmicos na coordenação de curso impreterivelmente nas datas publicadas em edital específico.

Da forma de Avaliação

Art. 12 O TCC I e TCC II serão avaliados pelos seguintes critérios: relatórios parciais e acompanhamento às atividades de orientação.

§ 1º As notas finais das disciplinas de TCC I e TCC II serão atribuídas considerando os relatórios parciais e as atividades de orientação, que deverão ser entregues ao professor das disciplinas;

§ 2º A nota mínima de aprovação para as disciplinas de TCC I e TCC II é 6,0 (seis);

Art. 13 O TCC será avaliado pelos seguintes critérios: aspectos formais do trabalho (estrutura, redação, apresentação gráfica e estética) e aspectos de conteúdo na defesa oral (metodológicos conceituais: domínios temático e técnico-metodológico).

§ 1º A nota final do TCC será atribuída considerando a apresentação textual final do trabalho e sua respectiva defesa oral, conforme designada no Art. 10 deste Regulamento.

§ 2º O peso da nota final do TCC será discriminado da seguinte forma: 4,0 (quatro) para a defesa oral, e 6,0 (seis) para o trabalho escrito.

§ 3º - A nota final para aprovação no TCC é 7,0 (sete).

Art. 14 O TCC deverá ser apresentado para a defesa pública a partir da entrega da versão final do TCC, nas datas definidas pela coordenação de forma a permitir a adequada avaliação pelos integrantes da banca. Sendo as datas das apresentações orais divulgadas em edital.

§ 1º A duração da apresentação oral do TCC deve ser realizada em um tempo compreendido entre 20 (vinte) e 30 (trinta) minutos.

§ 2º Após a apresentação oral do TCC, a banca examinadora disporá de até 30 minutos para arguir a equipe sobre assuntos referentes ao trabalho exposto.



Art. 15 Cada membro da banca, ao avaliar a equipe, deverá levar em consideração as apresentações escrita e oral do TCC. Os critérios a serem considerados foram estabelecidos no Art. 13.

Art. 16 Concluídas as arguições, a banca examinadora se reunirá, em sessão fechada, para avaliação final do TCC, e, através de um parecer fundamentado, apresentará de comum acordo um conceito final. Após a conclusão da apresentação do TCC, a equipe deverá encaminhar os seguintes procedimentos:

I - A equipe deverá proceder às correções necessárias e indicadas pela banca avaliadora e encaminhar para o seu orientador que deverá verificar as correções propostas. Caso o TCC com as correções seja aceito pelo orientador em sua versão final, a equipe deverá enviar a versão digitalizada para a inserção no Repositório Institucional.

II - O prazo para a realização das correções e submissão ao professor orientador não deverá ultrapassar 15 (quinze) dias corridos, sob pena de a equipe ficar na condição de trabalho pendente, sem a possibilidade de inserção de nota no sistema, até que a exigência seja atendida.

Parágrafo Único – O aluno que não comparecer à apresentação oral do TCC estará automaticamente reprovado, salvo os casos previstos na legislação vigente.

Art. 17 Não haverá revisão ou recurso da decisão da banca avaliadora no curso de Licenciatura em Pedagogia do IESPES.

#### Disposições Finais e Transitórias

Art. 18 Após a aprovação final pela Banca Avaliadora, a revisão dos textos e perfeita adequação dos trabalhos às normas, é obrigatório o envio do trabalho para o Repositório Institucional, em formato pdf.

Parágrafo Único – As normas para entrega da versão aprovada do TCC serão dispostas em edital.

Art. 19 Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Licenciatura em Pedagogia do IESPES.

## **20 ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

O IESPES estimula a participação de alunos e professores em atividades de organização de eventos, principalmente em projetos comunitários, oferecendo transporte para deslocamento, desde que solicitado à Coordenação de curso com antecedência mínima de 48 horas da realização do mesmo.

O IESPES visa, assim, garantir que o aluno participe de atividades complementares ao ensino, com coordenação e acompanhamento próprio, onde cada aluno tem uma pasta na sala da coordenação do curso onde são arquivadas cópias e controle das atividades complementares desenvolvidas por cada aluno.

Ainda o curso oferece diversas atividades complementares como: Estágio extracurricular; Cursos ministrados pelos próprios alunos; Tutorias de disciplina; Projetos Voluntários de Pesquisa; Empresa Junior; Seminários diversos, e palestras para comunidade.

#### REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES – 200 HORAS

Art. 1º. As atividades complementares constituem atividades extracurriculares dos Cursos e compreendem uma carga horária de 200h de acordo com a matriz curricular aprovada pelo MEC.

Art. 2º. Os alunos podem realizar atividades complementares desde o 1º semestre do curso.

Art 3º. As atividades complementares estão reunidas em três grupos, com objetivos específicos:

Grupo I - o aluno adquire conhecimentos extracurriculares;

Grupo II - o aluno participa ativamente, na qualidade de auxiliar, monitor ou estagiário, de atividades de ensino;

Grupo III - o aluno produz e/ou apresenta trabalhos acadêmicos próprios.

##### **As atividades do Grupo I compreendem:**

I - congressos e seminários (com duração superior a um dia) assistidos e comprovados com certificação e/ou declaração;

II - cursos de extensão realizados;

III - cursos, minicursos e oficinas realizadas;

##### **As atividades do Grupo 2 compreendem:**

I - exercício de monitoria;

II - participação em eventos institucionais;

III - realização de estágios não computados na carga horária do curso;

IV - participação em representações teatrais de peças que abordem temas do curso.

##### **As atividades do Grupo 3 compreendem:**

I - artigos relacionados ao curso específico publicados em revistas acadêmicas indexadas ou como capítulos de livros;

II - apresentação em eventos científicos de trabalhos relacionados ao curso;

III - participação em concursos de monografias com trabalhos sobre temas da área de cada curso orientados por professores do Curso.

IV – vivência em voluntariado

Art 4º. O aproveitamento da carga horária deverá ser voltado para área educacional, atendendo os seguintes critérios:

<b>ATIVIDADE</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Congressos e seminários assistidos	Até 60 H
Participação em Conferências e palestras assistidas	Até 60 H
Participação em projetos de pesquisa e extensão	Até 60 H
Participação de cursos, minicursos e oficinas	Até 30 H
Organização de eventos	Até 30 H
Cursos de assistência e/ou atendimento à comunidade	Até 60 H
Vivência em voluntariado	Até 60 H
Exercício de monitoria	Até 60 H
Artigos e resumos publicados	5h cada (totalizando até 25 H)
Apresentação de trabalhos em eventos científicos	5h (máximo 05 de cada)

Parágrafo Único: As atividades deverão ser comprovadas através de certificado, atestado e declaração.

Art 5º. Ficam estabelecidas as seguintes exigências para o aproveitamento das atividades complementares na área educacional.

<b>ATIVIDADE</b>	<b>REQUISITO</b>
Congressos e seminários	Certificado
Apresentação em eventos científicos	Certificado de participação e trabalho apresentado
Artigos publicados	Artigo publicado
Voluntariado	Atestado de participação
Participação em pesquisa e/ou extensão institucional	Certificado ou declaração
Exercício de monitoria	Certificado ou declaração
Cursos de extensão realizados	Certificado
Conferências e palestras assistidas	Certificado

## **21 PROGRAMAS DE APOIO AO DISCENTE**

### **21.1 Programa de Apoio aos Alunos Carentes – Bolsa de Estudos**

Com a finalidade de assegurar a permanência e o bom rendimento escolar de alunos com potencial, mas que apresentam dificuldades financeiras, é compromisso da Mantenedora, Fundação Esperança, conceder bolsas de estudo para seus alunos. O processo de bolsas atende a garantia do título de Filantropia junto ao CNAS. Neste contexto, 20% de sua receita bruta é transformado em projetos de Responsabilidade Social junto à comunidade.

Assim, deste montante, 15% são transformados em bolsas de estudos integrais, enquanto que os outros 5% são utilizados para oferecer cursos de capacitação à comunidade carente da área de atuação do IESPES ou na periferia da cidade. Além do Programa de Bolsa interno, o IESPES busca a captação de recursos junto às empresas, fundações e outras entidades, públicas e privadas que possam beneficiar seus alunos.

O Programa de Bolsa Integral tem como critérios beneficiar os alunos que comprovam a impossibilidade de custear seus estudos, desde que, no momento da solicitação da bolsa, atendam aos seguintes requisitos: a) frequência igual ou acima de 90%; b) bom desempenho acadêmico; e c) cumprimento das normas disciplinares conforme Regimento do IESPES.

O aluno beneficiado é avaliado periodicamente pelo IESPES, de modo a verificar o atendimento aos requisitos exigidos para a concessão da bolsa. O não cumprimento de qualquer dos requisitos implica no cancelamento da bolsa concedida.

### **21.2 Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)**

O IESPES providenciou o seu cadastro no Ministério da Educação, para que os seus alunos também possam ser beneficiados com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). O financiamento concedido, nesse caso, poderá chegar até 75% dos encargos educacionais. O agente financeiro responsável é a Caixa Econômica Federal que concede os financiamentos apenas aos alunos matriculados nos cursos com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

### **21.3 Bolsa de Iniciação científica – Pesquisa e Extensão**

O IESPES oferece Bolsas como forma de estimular a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pela Instituição, conforme regulamento em anexo.

### **21.4 Bolsa Monitoria**

O Programa de Monitoria do IESPES envolve docentes e discentes na condição de orientadores e monitores, respectivamente. Os objetivos do Programa são: despertar no segmento discente o interesse pela docência, estimulando o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao seu exercício; promover a melhoria do ensino de graduação através da interação dos monitores com os segmentos docentes e discentes e auxiliar o professor em suas atividades acadêmicas vinculadas ao ensino. É concedida uma bolsa aos alunos que estiverem exercendo a função de monitor. Conforme Regimento do IESPES, a Instituição poderá instituir a monitoria, nela admitindo alunos regulares, a serem aprovados em processo seletivo interno, de acordo com critérios estabelecidos pelo colegiado de curso. A Monitoria não implica em vínculo empregatício com a Entidade Mantenedora e será exercida sob orientação de um docente, vedada a utilização de Monitor para ministrar aulas teóricas ou práticas correspondentes à carga horária regular de disciplina curricular.

### **21.5 Cadastro de Acompanhamento de Egressos – CAE**

O Cadastro de Acompanhamento de Egressos é realizado por meio de um banco de dados onde estão cadastrados os alunos que se formam no IESPES, com atualização periódica, para o acompanhamento das atividades profissionais e/ou acadêmicas que os egressos vêm desenvolvendo.

### **21.6 Diretório Central de Estudantes – DCE**

O DCE é um órgão regido por Estatuto próprio, por ele elaborado e aprovado na forma da Lei. Compete aos Diretórios Acadêmicos, organizados pelos representantes de cada curso, regularmente constituídos, indicar o Representante discente, com direito à voz e voto, nos órgãos colegiados, vedada a acumulação de cargos.

### **21.7 Programa de Nivelamento aos ingressantes**

O IESPES oferece um Programa de Nivelamento em Produção Textual e Matemática, que ocorre no início de cada ano letivo. Todos os estudantes ingressantes no ensino superior são convidados a participar, tendo aulas uma vez por semana, com uma hora de duração, totalizando 20 horas. Os professores das duas áreas trabalham em dias alternados, o que possibilita ao acadêmico participar de ambas as áreas.

### **21.8 Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico – NAAP**

O Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico - NAAP do IESPES é um espaço de estudos, discussão, revisão e elaboração de materiais didático-pedagógicos e documentos oficiais, orientação discente e colaboração ao trabalho docente, assim como apoio aos processos acadêmicos, e é constituído por uma equipe de docentes indicados pela Mantenedora da IES. O NAAP também realiza atendimentos aos acadêmicos com necessidades especiais, com orientações e acompanhamento de cunho pedagógico.

## **21.9 Programa de Apoio ao Estudante com necessidades educacionais especiais**

O Programa visa oferecer apoio de acompanhamento didático para alunos surdos e com baixa visão, no que tange à presença de equipamentos para a ampliação das fontes para leituras, programas em Braille e atendimentos de orientação didático-pedagógica, conforme detalhamento a seguir:

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre o Programa de Apoio ao Estudante com Necessidades Educacionais Especiais.

O CONSELHO ACADÊMICO DO INSTITUTO ESPERANÇA DE ENSINO SUPERIOR, no uso de suas atribuições regimentais, aprova a presente Resolução.

### **CAPÍTULO I DO PROGRAMA**

Art. 1º O Programa de Apoio ao Estudante com Necessidades Educacionais Especiais é de responsabilidade do Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico em parceria com os docentes e as coordenações dos cursos de Graduação do IESPES.

Art. 2º O programa tem como finalidades:

I- Garantir aos estudantes dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação, regularmente matriculados no IESPES e que possuam alguma deficiência ou dificuldade específica, as condições adequadas para desenvolvimento de suas atividades acadêmicas.

II- Propor ações e recursos que garantam o processo de inclusão desses discentes com Necessidades Educacionais Especiais - NEE.

III- Acompanhar o desempenho acadêmico dos discentes e encaminhá-los aos recursos disponíveis na rede pública, sempre que necessário.

### **CAPÍTULO II**

#### **DO ESTUDANTE COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

Art. 3º Os estudantes contemplados por este programa serão aqueles que possuem NEE.

Art. 4º Para efeito deste programa, estudante com NEE é o que possui:

- I- deficiência visual, auditiva, física, intelectual ou múltipla;
- II- transtorno do Espectro Autista;
- II- altas habilidades;
- III- transtornos específicos;
- IV- dificuldades educacionais decorrentes de enfermidades temporárias.

Art. 5º Para fazer parte do programa, os estudantes com NEE deverão ter sua deficiência ou incapacidade diagnosticada e caracterizada por profissional de saúde através de laudos específicos, ou por decisão da Comissão Multidisciplinar do IESPES.

### CAPÍTULO III DA COMISSÃO

Art. 6º O programa será executado por uma comissão multidisciplinar composta por:

- I- Representante do Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico,
- II- Um psicólogo,
- III- Um assistente social,
- IV- Um pedagogo,

Parágrafo único. A comissão será nomeada por meio de portaria da Direção e será coordenada pelo Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico.

Art. 7º A comissão se reunirá periodicamente para avaliar os pedidos, homologar as solicitações, propor ações e emitir pareceres necessários, e no final de cada semestre se reunirá para reavaliar os casos que foram atendidos.

Art. 8º Os profissionais da comissão ficarão responsáveis por assessorar o NAAP na execução das ações que garantam as condições para atendimento das NEE. Entende-se por ações:

- I- Adaptação de recursos instrucionais, material pedagógico e equipamentos;
- II- Adaptação de recursos físicos: eliminação de barreiras arquitetônicas e adequação de ambiente de comunicação;
- III- Apoio especializado necessário, intérprete de língua de sinais e ledor/transcritor, conforme NEE apresentada;
- IV- Proposta de adaptações para as atividades avaliativas;
- V- Orientação aos coordenadores de curso e docentes.

### CAPÍTULO IV DO INGRESSO DO ESTUDANTE NO PROGRAMA

Art. 9º Para ingressar no programa, o estudante com NEE poderá:



I- No ato de sua matrícula, mediante requerimento, solicitar o atendimento educacional especializado, anexando documentos comprobatórios, emitidos por profissional habilitado, que atestem sua deficiência ou necessidade educacional especial, para serem encaminhados à coordenação de curso;

II- Dirigir-se ao professor e este o encaminhará para a coordenação de curso, a fim de que possa ser preenchido um formulário com a solicitação dos benefícios e serviços oferecidos pelo programa;

III- Ser convidado a participar, mediante encaminhamento do professor à coordenação de curso, que o encaminhará ao NAAP;

Parágrafo único. Os documentos encaminhados serão analisados e homologados pela comissão responsável.

Art. 10. A inscrição no programa de estudantes dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação será feita na secretaria do Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico.

Art. 11. O estudante que não tenha a NEE previamente diagnosticada por profissional habilitado terá sua situação analisada pela comissão responsável.

§ 1º Para os casos em que os profissionais da própria comissão possam realizar o diagnóstico deverá ser exarado parecer pela mesma para que o estudante seja aceito no programa.

§ 2º Para os casos em que a comissão entenda que não tem profissional habilitado para realizar o diagnóstico o estudante poderá ser encaminhado para a rede pública de saúde ou ainda, para a Clínica Médica da Fundação Esperança, para diagnóstico por profissionais habilitados da sua condição de NEE.

Art. 12. O estudante poderá solicitar a qualquer momento, desde que regularmente matriculado, sua inclusão no programa de tratamento especial, bem como sua saída.

## CAPÍTULO V

### DA METODOLOGIA DE ATENDIMENTO

Art. 14. O estudante com NEE poderá ter excepcionalidade no cumprimento de prazos específicos dos registros acadêmicos no que tange à frequência e rendimento acadêmico, dentro do prazo máximo de um semestre letivo.

Art. 15. Os professores das disciplinas que possuem estudantes com NEE serão notificados, por meio do coordenador do curso de graduação ou do programa de pós-graduação no qual o estudante está matriculado, da presença deste estudante.

Art. 16. A comissão desenvolverá um Plano Individual de Desenvolvimento Acadêmico (PID) para os estudantes com NEE que ficará arquivado no NAAP.

Art. 17. Os professores das disciplinas deverão contribuir para a atualização do PID do discente com os resultados obtidos nas estratégias adotadas. Caso estes professores desenvolvam outras estratégias que auxiliem no melhor desempenho destes estudantes, o PID deverá ser atualizado.

Parágrafo único. Ao final do período letivo, o coordenador do curso de graduação e ou do programa de pós-graduação deve solicitar estas informações aos professores e encaminhar ao NAAP.

Art. 18. O estudante poderá contribuir para a atualização de seu PID com suas impressões sobre as ações e estratégias desenvolvidas para promover sua inclusão, encaminhando-as ao NAAP.

Art. 19. Os coordenadores dos cursos de graduação e ou dos programas de pós-graduação, bem como a comissão acompanharão o desenvolvimento dos estudantes cadastrados no Programa de Apoio ao Estudante com Necessidades Educacionais Especiais, por meio do PID.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. O presente regulamento será aprovado pelo Conselho Acadêmico do IESPES.

Art. 21. O presente Regulamento somente poderá ser modificado por proposta do Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico, das Coordenações de curso ou por determinação de órgãos superiores.

Art. 22. Os benefícios oferecidos por este programa são pessoais e intransferíveis.

Art. 23. Os casos omissos serão resolvidos pela Mantenedora.

Art. 24. O presente regulamento entrará em vigor na presente data.

### **21.10 Incentivo às atividades complementares**

O curso de Licenciatura em Pedagogia do Iespes possui regulamentadas as diretrizes para atividades complementares, com o intuito de garantir que o acadêmico busque participações em diversas modalidades, conforme regulamento próprio constante no Projeto Pedagógico de Curso.

### **21.11 Clínica de Psicologia**

Sob a orientação e supervisão do curso de Psicologia, o IESPES oferece aos alunos de todos os cursos, inclusive aos do curso de Licenciatura em Pedagogia, serviços gratuitos de apoio psicológico, tendo como foco a prevenção e promoção da saúde, de forma a garantir o melhor estado mental possível, a fim de que os acadêmicos que estejam precisando de algum auxílio neste sentido possam ser assistidos pela instituição, melhorando a qualidade de vida tanto acadêmica quanto na vida pessoal.

### **21.12 Programa Institucional de Educação para Direitos Humanos**

O IESPES oportuniza a realização de eventos para debater temas pela afirmação de direitos, inicialmente no âmbito das Relações etnicorraciais, Diversidade sexual e de gênero, Transtorno do Espectro Autista, Democratização do acesso às tecnologias digitais, dentre outros.

## **22 AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

É necessário que se compreenda a avaliação como processo a ser desenvolvido em comum: coordenação, professores, alunos e pessoal de serviços. Além de direcionada para o aluno ela levará em conta, também, o processo, de modo a ser valiosa auxiliar na tomada de decisão relativa ao programa de ensino.

Assim, a avaliação deverá estar coerente com a concepção pedagógica do curso de Licenciatura em Pedagogia do IESPES, que busca privilegiar metodologias críticas e reflexivas que contribuam para a aquisição de conhecimentos e competências para que o profissional seja capaz de agir e transformar a realidade. A avaliação, portanto, é parte fundamental do projeto pedagógico, interferindo no próprio desenvolvimento do curso.

A avaliação é vista enquanto experiência a ser desenvolvida e que oferece os fundamentos para a reflexão sobre o processo e o produto. Na realização das atividades, o estudante vai consolidando sua aprendizagem, apurando a observação do seu meio e das situações e utilizando-se dos conhecimentos que vai reelaborando: o objetivo é aprender a aprender, a pensar, a fazer, a ser e a conviver.

O professor - catalisador, mediador, guia - não só elabora e acompanha todo o processo, como oferece indicações adicionais, estimula a reflexão e observação, mas também, detecta dificuldades, buscando alternativas para fazer ajustes e reajustes ensino-aprendizagem.

Desse modo, a avaliação está presente em todas as fases e não como resultado final. Ela é parte da dinâmica do processo ensino-aprendizagem, e, portanto, não tem como fim apenas conferir nota, mas, acompanhar e recuperar o aprendizado.

Sob essa perspectiva, a avaliação é um procedimento integrado ao desenvolvimento do processo de construção do conhecimento pautado no diálogo. Sob essa ótica, avaliar implica no acompanhamento contínuo e contextualizado das experiências de aprendizagem apresentadas e, principalmente, o estabelecimento de estratégias educativas que sejam capazes de possibilitar a recuperação do aluno no processo, respeitando a sua individualidade e minimizando as desigualdades da sua formação.

Assim, a avaliação das disciplinas será de natureza formativa e somativa. A avaliação formativa se dará no desenvolver do processo ensino-aprendizagem quando os sujeitos serão os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando o redirecionamento das atividades educativas planejadas, no sentido de adquirir as competências estabelecidas. A avaliação somativa, que tem como objetivo conferir notas tendo como referência as normas e exigências institucionais, acompanhará a avaliação formativa através de autoavaliação discente e avaliação do moderador da aprendizagem.

De acordo com o Regimento do IESPES, o processo de avaliação culmina através da Nota Técnica Nº 01/2015. Os instrumentos de avaliação devem constar no Plano de Ensino entregue aos alunos no início de cada semestre letivo, bem como os critérios a serem utilizados para a correção dos mesmos, a saber:

- Provas escritas constituídas a partir de problemas ou de casos concretos;
- Trabalhos práticos, individuais e/ou em grupos, elaboração de textos, apresentação de resultados de pesquisa bibliográfica ou de trabalhos de extensão;
- Relatórios de atividades, visitas técnicas, etc.

Obs.: O critério de avaliação é ponderado, com pesos distintos, conforme a disciplina e a especificidade de cada forma de avaliação no cômputo do resultado final do desempenho do aluno.

#### NOTA TÉCNICA Nº01 /2015 /IESPES

Regulamenta o Sistema de Avaliação da Aprendizagem dos cursos de graduação do Instituto Esperança de Ensino Superior – IESPES, a partir do ano de 2015, em conformidade

com a LDB 9394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Decreto-Lei Nº 1044/69 que dispõe sobre o tratamento excepcional para os “estudantes de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados (...)”.

## I. INTRODUÇÃO

A presente Nota Técnica regulamenta o Sistema de Avaliação da Aprendizagem dos cursos de graduação do Instituto Esperança de Ensino Superior – IESPES, com vigência a partir do ano de 2015.

## II. DO RENDIMENTO ACADÊMICO

Considera-se como RENDIMENTO ACADÊMICO os índices conseguidos pelo estudante durante as atividades avaliativas relacionadas a cada COMPONENTE CURRICULAR, expresso pela nota final e registro de frequência.

Considera-se como COMPONENTE CURRICULAR cada uma das disciplinas que compõem a matriz curricular dos cursos de graduação.

A escala de aferição do RENDIMENTO ACADÊMICO será expressa por notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), com apenas uma casa decimal.

2.1. O RENDIMENTO ACADÊMICO será obedecido conforme expresso nos itens abaixo explicitados:

2.1.1 A verificação do RENDIMENTO ACADÊMICO se fará ao longo do semestre letivo, em cada COMPONENTE CURRICULAR, compreendendo:

I. frequência às atividades acadêmicas.

II. atividades avaliativas de cada COMPONENTE CURRICULAR.

2.2 O RENDIMENTO ACADÊMICO será aferido com base no cômputo da frequência e dos resultados do aproveitamento nas atividades didático-pedagógicas previstas na programação do COMPONENTE CURRICULAR, sob orientação acadêmica.

2.3 As atividades avaliativas de que trata o inciso II do item 2.1.1 devem ser entendidas como instrumentos de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada.

2.4 Os estudantes que apresentarem altas habilidades, comprovadas por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados e avaliados por banca examinadora ad hoc, poderão ter abreviada a duração de seus cursos, de acordo com as normas do IESPES.

2.5 Será considerado aprovado no COMPONENTE CURRICULAR o estudante que obtiver:

I. frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) às atividades didático-pedagógicas programadas em cada COMPONENTE CURRICULAR;

II. média aritmética das notas obtidas nos dois bimestres acadêmicos, relativos a cada COMPONENTE CURRICULAR, igual ou superior a 6 (seis), considerando-se até uma casa decimal.

Parágrafo único: O RENDIMENTO ACADÊMICO dos estudantes matriculados nos COMPONENTES CURRICULARES enquadrados no REGIME DE APROVAÇÃO BASEADO EM SUFICIÊNCIA obedecerá a critérios específicos, conforme o item 2.6 deste documento.

### III DO REGIME DE APROVAÇÃO BASEADO EM SUFICIÊNCIA

3.1 O COMPONENTE CURRICULAR, prioritariamente pertencente aos cursos da área da saúde, que apresenta atividades de cunho prático como critério parcial de avaliação do RENDIMENTO ACADÊMICO, dará a possibilidade ao docente de incluir o referido componente, no REGIME DE APROVAÇÃO BASEADO EM SUFICIÊNCIA.

3.2 O REGIME DE APROVAÇÃO BASEADO EM SUFICIÊNCIA terá como base dois critérios: o primeiro, comum a todo e qualquer COMPONENTE CURRICULAR, será o rendimento do estudante através dos diversos instrumentos avaliativos teóricos aplicados pelo docente durante o semestre; o segundo, relativo às atividades de cunho prático, será baseado nas competências mínimas necessárias à execução dos procedimentos práticos que o estudante deve desenvolver. Para tais procedimentos, serão atribuídos os conceitos SUFICIENTE ou INSUFICIENTE, não cabendo aferição quantitativa. Os critérios para que o estudante atinja o grau de suficiência ou insuficiência e deverão estar presentes no Plano de Ensino do COMPONENTE CURRICULAR.

3.3 Para obter a aprovação no COMPONENTE CURRICULAR que estiver inserido no REGIME DE APROVAÇÃO BASEADO EM SUFICIÊNCIA, o estudante deverá:

- satisfazer o critério estabelecido pelo inciso II do item 2.5; e
- Obter o conceito SUFICIENTE nas atividades de cunho prático.

3.4 O estudante que não atingir as competências mínimas estabelecidas pelo COMPONENTE CURRICULAR, receberá conceito INSUFICIENTE.

3.5 O estudante que atingir o conceito INSUFICIENTE e satisfizer o critério estabelecido pelo inciso II do item 2.5 terá sua pontuação final reduzida a 50% do valor alcançado nas atividades avaliativas teóricas, sendo considerado REPROVADO no referido COMPONENTE CURRICULAR.

#### IV DA PROVA SUBSTITUTIVA

4.1 O estudante que não atingir os critérios de aprovação definidos no inciso II do item 2.5 terá direito à realização de uma PROVA SUBSTITUTIVA se todas as seguintes condições forem atendidas:

I – frequência mínima estabelecida por lei vigente (75%); e

II – O estudante deverá ter média parcial igual ou superior a 3,0 (três), ou seja, a somatória da primeira com a segunda nota nos dois bimestres letivos deve ser igual ou superior a 6, não tendo zerado nenhum dos dois bimestres letivos, EXCETO nos casos em que o zero adquirido pelo estudante em um dos bimestres seja resultante do rendimento acadêmico, tendo o mesmo realizado pelo menos um dos instrumentos avaliativos do Componente Curricular. O zero adquirido em um dos bimestres resultante da falta às avaliações sem direito a prova de segunda chamada implicará na reprovação automática do aluno no referido Componente Curricular.

Parágrafo único. O estudante que não realizar algum instrumento avaliativo poderá requerer a avaliação de SEGUNDA CHAMADA junto à secretaria acadêmica da instituição, dentro do prazo máximo de 48 horas (considerando dias úteis), a contar da data final de afastamento especificada em laudo médico, documento este que deverá ser anexado ao requerimento. O requerimento que não atender as especificidades deste parágrafo único será INDEFERIDO pela instituição.

4.2 Para o estudante que realiza PROVA SUBSTITUTIVA, o RENDIMENTO ACADÊMICO obtido na mesma substitui o menor RENDIMENTO ACADÊMICO obtido nos bimestres letivos, sendo calculado o RENDIMENTO ACADÊMICO final pela média aritmética dos RENDIMENTOS ACADÊMICOS obtidos na PROVA SUBSTITUTIVA e no bimestre cujo rendimento não foi substituído.

Observação: Os casos omissos na presente NOTA TÉCNICA serão resolvidos pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do respectivo curso de graduação do IESPES.

### **23 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO**

Além dos estágios curriculares supervisionados que são também realizados em escolas das redes públicas de ensino, tal integração é efetivada por meio do Projeto Interdisciplinar - PI, onde os acadêmicos realizam ações articuladas ao currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia do Iespes em escolas públicas, dentre as quais citamos: projetos de incentivo à leitura, oficina de jogos matemáticos, oficina e apresentação de teatros de fantoches, projetos

de promoção de higiene mental e pessoal, além de possibilitar a troca de experiências com os professores das referidas escolas. O PI se desenvolve de acordo com as informações a seguir:

O PI é um processo educativo, cultural e científico que articula a interação do IESPES com a comunidade, viabilizando a relação transformadora entre a IES e a sociedade. De forma articulada, envolvendo as disciplinas do semestre letivo em curso, os acadêmicos, sob supervisão docente, vão às comunidades locais conhecer aspectos da realidade vinculados à área de formação, a fim de estudar e sistematizar ações intervencionistas, participando do processo dialético entre teoria e prática. A seguir são discriminadas as ações em cada semestre.

1) No 1º semestre dos cursos, o professor da disciplina de Metodologia Científica centra suas aulas na aproximação dos alunos com a Metodologia Acadêmica. O aluno deve ter contato com discussões sobre o papel dele enquanto acadêmico de um curso de graduação, ou seja, refletir sobre o ofício de estudante, bem como ter a oportunidade de ler artigos científicos que os faça ter um contato inicial com a linguagem própria da área de atuação.

2) No 2º semestre, há uma visita institucional dirigida pelos coordenadores de curso, a fim de fazer o contato com as lideranças dos bairros. Nesse momento, os professores devem coordenar a elaboração de um Plano de Ação das atividades para serem desenvolvidas a partir do 3º semestre, tomando por base o Manual Técnico do Projeto Interdisciplinar (Manual do PI).

3) A partir do 3º semestre, cada colegiado de curso articula o cumprimento do Plano de Ação elaborado no semestre anterior. As atividades definidas pelos colegiados são de cunho intervencionista, no intuito de levar informações e conhecimentos acadêmicos que possam melhorar algum aspecto da vida dos moradores. Reforça-se que os temas e as ações são definidos pelos colegiados de curso e discutidos com os alunos.

4) A partir do 4º semestre, as atividades seguem o mesmo formato descrito no item 3, devendo as ações ocorrerem até o penúltimo semestre de cada curso.

## **24 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS**

O curso de Licenciatura em Pedagogia do IESPES desenvolve as atividades práticas de ensino dentro dos componentes curriculares Práticas Pedagógicas Integradas I, II, III, IV e V, conforme ementas a seguir:



**a) Práticas Pedagógicas Integradas I**

Oficinas de pesquisas e práticas pedagógicas sobre as áreas do conhecimento da Educação Básica. Oficina de capacitação pedagógica de preparação para o estágio supervisionado. Oficina de plano de ensino e plano de aula. Produção e utilização de materiais e recursos pedagógicos no Laboratório de Ensino.

**b) Práticas Pedagógicas Integradas II**

Oficinas de pesquisas e práticas pedagógicas sobre as áreas do conhecimento específicos de português, matemática, ciências, arte e história e geografia. Oficina de capacitação pedagógica de preparação para o estágio supervisionado e atividades do projeto Interdisciplinar-PI. Produção e utilização de materiais e recursos pedagógicos no Laboratório de Ensino. Realização de atividades na Brinquedoteca.

**c) Práticas Pedagógicas Integradas III**

Estudo das competências e práticas do professor. Práticas pedagógicas transformadoras no cotidiano escolar – competências e habilidades necessárias. Estudo teórico e prático de método, metodologia e técnica de ensino. Diferentes metodologias para ensinar e aprender. A importância das experiências para a construção da prática pedagógica. Ensinar com pesquisa. Realização de atividades no Laboratório de ensino e Brinquedoteca. Oficina de Brinquedos e fantoches.

**d) Práticas Pedagógicas Integradas IV**

Oficinas sobre avaliação educacional. Pesquisa e práticas sobre as modalidades de ensino: Educação Especial, Educação de Jovens e adultos, Educação Indígena e Educação Quilombola. Estudo sobre os temas pedagógicos. Oficina de LIBRAS. Oficinas de confecção de materiais pedagógicos.

**e) Práticas Pedagógicas Integradas V**

Oficina de elaboração de projetos educacionais. Elaboração de Projeto Político Pedagógico, Plano de Ação. Planejamento nos espaços educativos formais e não-formais.

**25 GESTÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA****25.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante - NDE**

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Licenciatura em Pedagogia do IESPES é composto por cinco professores do curso e são responsáveis pelo acompanhamento

às atividades acadêmicas, atuando nos processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso, e é regido pelo seguinte regulamento.

## REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

### CAPÍTULO I

#### DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE – do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Esperança de Ensino Superior - IESPES.

Art. 2º O Núcleo Docente Estruturante – NDE – é o órgão consultivo responsável pela formulação, implementação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do respectivo curso.

### CAPÍTULO II

#### DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I - Reelaborar o projeto pedagógico do curso definindo sua concepção e fundamentos;
- II - atualizar, periodicamente, o projeto pedagógico do curso;
- III - conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado do Curso, sempre que necessário;
- IV - fixar as diretrizes gerais dos planos de ensino das disciplinas do Curso e suas respectivas ementas, recomendando ao Coordenador do Curso, modificações dos planos de ensino para fins de compatibilização;
- V - analisar e avaliar os planos de ensino dos componentes curriculares;
- VI - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo;
- VII - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- VIII - acompanhar as atividades do corpo docente;
- IX - promover e incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- X - coordenar a elaboração e recomendar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao Curso;
- XI - supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidos pelo IESPES;

XII - sugerir providências de ordem didática, científica e administrativa que se entendam necessárias ao desenvolvimento das atividades do Curso;

XIII - zelar pela regularidade e qualidade do ensino ministrado pelo Curso; e

XIV - promover o pleno desenvolvimento da estrutura curricular do curso.

### CAPÍTULO III

#### DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º O Núcleo Docente Estruturante será constituído por cinco professores do curso.

Parágrafo Único - O coordenador do curso atuará no NDE, como seu presidente.

Art. 5º A indicação dos representantes do NDE será feita pelo Coordenador do curso, com aprovação do Colegiado do curso.

### CAPÍTULO IV

#### DA TITULAÇÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DOCENTES DO NDE

Art. 6º Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos docentes componentes do NDE devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu.

### CAPÍTULO V

#### DO REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES DO NÚCLEO

Art. 7º Os docentes que compõem o NDE são contratados em regime integral e/ou parcial, sendo, pelo menos, 20% (vinte e cinco por cento) em tempo integral.

Art. 8º O mandato dos membros do NDE será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

§ 1º - O prazo do mandato poderá ser abreviado a qualquer tempo, desde que o(s) membro(s) manifeste(m) desejo de interrupção, por decisão pessoal ou desligamento do IESPES.

§ 2º - O coordenador do curso poderá pedir o desligamento de membro do NDE, a qualquer tempo, levando em consideração a atuação do docente. O desligamento de membro do NDE deve ser aprovado pelo Colegiado do curso.

§ 3º - O Colegiado do Curso deverá assegurar a estratégia de renovação parcial dos membros do NDE, de modo a garantir a continuidade no processo de acompanhamento do curso.

### CAPÍTULO VI

#### DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 9º Compete ao Presidente do NDE:

I - convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive voto de qualidade;

II - representar o NDE junto aos órgãos da instituição;

III - encaminhar as deliberações do NDE aos órgãos competentes;

IV - designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE;

V - coordenar a integração do NDE com os demais órgãos Colegiados e setores da instituição;

VI - indicar coordenadores para as atribuições de NDE.

## CAPÍTULO VII DAS REUNIÕES

Art. 10. O NDE reunir-se-á na sala do NDE, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, 1 (uma) vez a cada quinze dias e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

§ 1º - A convocação dos os seus membros é com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da sessão e, sempre que possível, com a pauta da reunião.

§ 2º - Somente em casos de extrema urgência poderá ser reduzido o prazo de que trata o caput deste artigo, desde que todos os membros do NDE do Curso tenham conhecimento da convocação e ciência das causas determinantes de urgência dos assuntos a serem tratados.

§ 3º - O Núcleo Docente Estruturante - NDE poderá requisitar junto à Coordenação, o pessoal técnico necessário para auxiliar nas suas atividades.

Art. 11. As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

Art. 12 - Observar-se-ão nas votações os seguintes procedimentos:

- a) em todos os casos a votação é em aberto;
- b) qualquer membro do Núcleo Docente Estruturante pode fazer constar em ata expressamente o seu voto;
- c) nenhum membro do Núcleo Docente Estruturante deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente; e
- d) não são admitidos votos por procuração.

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pelo NDE ou por órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 13. O presente Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

### **25.2 Atuação do Coordenador**

A coordenadora do curso de Licenciatura em Pedagogia do IESPES atua a partir das seguintes atribuições, de acordo com o Regimento Interno da Instituição:

### COMPETE AO COORDENADOR DE CURSO

- I. convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;
- II. convocar e presidir as reuniões do Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE)
- II. cumprir e fazer cumprir as decisões do Colegiado e do NDE;
- III. coordenar a elaboração, acompanhamento e revisão do Projeto Pedagógico do Curso, para cada ano letivo;
- IV. promover e supervisionar as atividades didático-pedagógicas do curso, inclusive no que concerne ao currículo;
- V. acompanhar o cumprimento da carga horária semestral dos docentes referente a cada componente curricular;
- VI. monitorar a apuração da frequência, da assiduidade de docentes e discentes;
- VII. acompanhar, no âmbito do curso, a observância do regime disciplinar, representando, quando necessário.
- VIII. Elaborar relatório semestral de acordo com o modelo padrão disponibilizado, a ser encaminhado ao Diretor do IESPES.
- IX. Sugerir ao diretor do IESPES, docentes para exercer atividades no curso;

A partir deste documento, a coordenadora participa de todas as discussões com vistas à melhoria do curso, reunindo com o Colegiado, com o NDE, com o *staff* da Instituição, além de fazer visitas periódicas às salas de aula, com atendimento também no gabinete da coordenação do curso.

### **25.3 Funcionamento do Colegiado**

O Colegiado do curso de Licenciatura em Pedagogia do IESPES é regulamentado pelo seguinte documento:

#### REGULAMENTO DO COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO IESPES

#### CAPÍTULO I DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO

Artigo 1º. O Colegiado de Curso é o órgão que tem por finalidade acompanhar a implementação do projeto pedagógico, propor alterações dos currículos plenos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, sendo composto:

- I. pelo (a) Coordenador (a) do Curso;
- II. por 5 (cinco) representantes docentes do Curso eleitos por seus pares;
- III. por 2 (dois) representantes discentes eleitos por seus pares.

§ 1º O mandato de que trata o inciso III é de 1 (um) ano, permitida até uma recondução.

§ 2º No caso de vacância de algum dos cargos do Colegiado de Curso, este será preenchido nos termos do Regimento do IESPES em vigor à época da vacância.

§ 3º Os membros docentes do Colegiado do Curso terão mandato de 2 (dois) anos e poderão ser reeleitos uma vez.

§ 4º Os representantes discentes deverão ter cursado no mínimo 01 (um) semestre do seu curso e não estar cursando o último semestre.

§ 5º O Diretor e representantes do Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico (NAAP) do IESPES podem participar das reuniões quando acharem conveniente, e sempre que participarem das mesmas terão os mesmos direitos dos demais membros do Colegiado.

## CAPÍTULO II - DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

### SEÇÃO I

#### DAS COMPETÊNCIAS DO COLEGIADO DE CURSO

Artigo 2º. Compete ao Colegiado de Curso:

- I. propor alterações e ajustes no Projeto Pedagógico de Curso;
- II. analisar e integrar as ementas e planos de ensino das disciplinas, compatibilizando-os ao Projeto Pedagógico;
- III. dimensionar as ações pedagógicas à luz da avaliação institucional;
- IV. apresentar e analisar proposta para aquisição de material bibliográfico e de apoio didático-pedagógico;
- V. propor medidas para o aperfeiçoamento das atividades do curso;
- VI. exercer as demais atribuições que lhe forem previstas no Regimento Geral do IESPES, ou que, por sua natureza, lhe sejam conferidas.
- VII. promover a identificação e sintonia com os demais cursos da Instituição.

### SEÇÃO II

#### DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Artigo 3º. A presidência do Colegiado de Curso é exercida pelo (a) Coordenador (a) do Curso.

§ 1º Na ausência ou impedimento do (a) Coordenador (a) de Curso, respeitado o previsto no §1º deste artigo, a presidência das reuniões é exercida pelo docente mais antigo na Instituição ou, ocorrendo empate, pelo de maior idade.

Artigo 4º. São atribuições do (a) Presidente, além de outras expressas neste Regulamento, ou que decorram da natureza de suas funções:

I. quanto às sessões do Colegiado de Curso:

- a) convocar e presidir as sessões;
- b) cumprir e fazer cumprir este Regulamento;
- c) submeter à apreciação e à aprovação do Colegiado a ata da sessão anterior;
- d) anunciar a pauta e o número de membros presentes;
- e) conceder a palavra aos membros do Colegiado e delimitar o tempo de seu uso;
- f) decidir as questões de ordem;
- g) submeter à discussão e, definidos os critérios, à votação a matéria em pauta e anunciar o resultado da votação;
- h) fazer organizar, sob a sua responsabilidade e direção, a pauta da sessão seguinte, anunciá-la se for o caso, ao término dos trabalhos;
- i) convocar sessões extraordinárias e solenes;
- j) dar posse aos membros do Colegiado;
- k) julgar os motivos apresentados pelos membros do Colegiado para justificar sua ausência às sessões.

II. quanto às publicações:

- a) baixar comunicados e editais;
- b) ordenar a matéria a ser divulgada.

### CAPÍTULO III

#### DO FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO

Artigo 5º. O Colegiado de Curso funciona em sessão plenária, com a maioria absoluta de seus membros, reunindo-se ordinariamente 01 (uma) vez ao mês e, extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocado pelo (a) seu (ua) Presidente, por sua própria iniciativa ou a requerimento de, no mínimo 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º A convocação é feita mediante a divulgação do calendário semestral de reuniões.

§ 2º A ausência de representantes de determinada categoria ou classe não impede o funcionamento do Colegiado, nem invalida as decisões.

Artigo 6º. É obrigatória, prevalecendo a qualquer outra atividade acadêmica, o comparecimento dos membros às reuniões do Colegiado de Curso, vedada qualquer forma de representação.

§ 1º A ausência de membros a 2 (duas) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) alternadas no mesmo semestre letivo pode acarretar a perda do mandato, salvo impedimento previsto na legislação ou exercício comprovado de atividade permanente no mesmo horário em outra instituição, ou outra justificativa escrita aceita pelo(a) seu (ua) presidente.

§ 2º A cessação do vínculo empregatício, bem como afastamentos das atividades docentes e, ou técnico-administrativas, independentemente do motivo, também acarretam a perda do mandato no respectivo Colegiado.

Artigo 7º. O Colegiado de Curso funciona, para deliberar, com maioria absoluta de seus membros, e as decisões são tomadas por maioria relativa dos votos.

Parágrafo Único – O (A) Presidente, além do seu voto, tem, também, direito ao voto de qualidade, em caso de empate, independentemente do previsto no parágrafo anterior.

Artigo 8º. Verificado o *quorum* mínimo exigido, instala-se a reunião e os trabalhos seguem a ordem abaixo elencada:

- a) expediente da Presidência;
- b) apreciação e votação da ata da reunião anterior;
- c) apresentação da pauta;
- d) leitura, discussão e votação dos pareceres relativos aos requerimentos incluídos na pauta;
- e) encerramento, com eventual designação da pauta da reunião seguinte.

Parágrafo único. Mediante aprovação do Plenário, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer membro, pode o (a) Presidente inverter a ordem dos trabalhos, ou atribuir urgência a determinados assuntos dentre os constantes da pauta.

Artigo 9º. De cada sessão do Colegiado de Curso lavra-se a ata, que, depois de votada e aprovada, é assinada pelo(a) Presidente, pelo(a) Secretário e pelos(as) presentes.

§ 1º As reuniões do Colegiado de Curso são secretariadas por um de seus membros, designado pelo (a) Presidente.

§ 2º As atas do Colegiado, após sua aprovação são arquivadas na Coordenação de cada curso, com livre acesso aos membros do Colegiado.

Artigo 10º. Das decisões do Colegiado de Curso cabe recurso ao Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico.



**CAPÍTULO IV**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Artigo 11. Este Regulamento pode ser modificado pelo Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico, por maioria absoluta dos membros, por iniciativa do Presidente, ou mediante proposta fundamentada de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus membros.

**26 EDIFICAÇÕES E INSTALAÇÕES FÍSICAS DO IESPES**

A Instituição atende ao que preceitua a Portaria MEC nº1679/99 e a Portaria MEC nº 3284/2003 com relação aos alunos portadores de necessidades especiais. Tanto as salas de aula como as específicas para os laboratórios são climatizadas, arejadas, amplas, e compatíveis com o número de vagas ofertadas e com o número de alunos que as ocupa.

As salas destinadas à direção administrativa e acadêmica dos cursos da Instituição oferecem o devido conforto aos seus usuários e dispõem de material de apoio compatível às necessidades de cada setor.

A área de lazer e de conveniência pode ser compartilhada pelos alunos, professores e funcionários e possui pátio coberto e praça de serviços.

As instalações sanitárias destinadas tanto ao corpo docente como aos alunos são limpas, de fácil acesso e compatíveis ao número dos usuários. Assim como, obedecem as exigências para os alunos de necessidades especiais.

**26.1 Infraestrutura Física**

<b>Infraestrutura Física</b>		
<b>Área de Interferência</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Capacidade</b>
Sala de Aula	06	20 a 25
Sala de Aula	04	30 a 35
Sala de Aula	09	40 a 45
Sala de Aula	11	50 a 55
Sala de Aula	03	60 a 65
Sala de Aula	04	75 a 80
Auditório	1	280
Laboratórios de Saúde	10	

Laboratório de Informática	5	30 a 60
Servidor	5	-
Biblioteca	1	150
Recepção da Biblioteca	1	05
Sala de leitura	1	25
Sala de estudo	1	8
Sala de vídeo1	1	8
Setor Financeiro	1	20
Secretaria Acadêmica	1	1
Coord. Acadêmico	1	1
Secretária Coordenação	2	1
Coordenação	8	1
Núcleo Acadêmico-Pedagógico	1	3
Diretor Administrativo	1	1
Diretor	1	1
Telefonia	1	-
Sala de Reuniões	1	20
Sala de Professores	1	30
Copa	1	10
Reprografia	1	15
Áudio e Vídeo	1	
CIEE	1	10
Empresa Junior	1	03
Sanitário Masculino (Doc.)	04	2
Sanitário Feminino (Doc.)	04	2
Sanitário Masculino (Aluno)	06	10
Sanitário Feminino (Aluno)	06	10

### **Salas de Aula**

As salas de aula são bem dimensionadas, dotadas de isolamento acústico, iluminação, climatização, mobiliário e aparelhagem específica (projektor multimídia e/ou *smart TV*),

atendendo a todas as condições de salubridade necessárias para o desenvolvimento das atividades programadas.

### **Instalações Administrativas**

Da mesma forma que as salas de aulas, as instalações administrativas são bem dimensionadas, dotadas de isolamento acústico, iluminação, climatização, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade necessárias para o exercício das atividades planejadas.

### **Instalações para Docentes**

A sala dos professores é bem dimensionada, dotada de isolamento acústico, iluminação, climatização, mobiliário, *smart* TV, contendo computadores de mesa conectados à internet, com sinal de internet *wireless* disponível, além de possuir dois banheiros.

### **Sala para professores de tempo integral**

Aos docentes de tempo integral, é reservada outra sala, equipada com computadores, rede *Wi-Fi*, mesas, cadeiras, sofás e armários.

### **Sala para reuniões do Núcleo Docente Estruturante**

Os docentes que fazem parte do NDE reúnem-se em sala própria, com mesa e cadeiras apropriadas para a acomodação do grupo.

### **Instalações para Coordenação de Curso**

O gabinete destinado ao Coordenador de Curso é climatizado e amplo para o atendimento de docentes e discentes. O coordenador tem ao seu dispor uma mesa com computador com acesso à internet, ramal de telefone, cadeiras para atendimento e armário para pertences e documentos.

### **Auditório / Sala de Conferência**

O IESPES possui um auditório com capacidade para acomodar 280 pessoas sentadas. Há também dois miniauditórios com capacidade para 80 pessoas, cada um. Os espaços oferecem condições adequadas em termos de dimensão, acústica, iluminação, climatização, limpeza e mobiliário. Dispõem de recursos audiovisuais para a realização de seminários e palestras.

### **Área de Convivência e Infraestrutura para o desenvolvimento de Atividades Culturais**

Há área de lazer e convivência. Há também um pátio coberto e praça de serviços.

### **Infraestrutura de Alimentação e Serviços**

O IESPES dispõe de uma área de serviços e praça de alimentação. Através da “Lojinha”, disponibiliza os materiais de apoio e livros. O atendimento é realizado de segunda à sexta-feira nos horários: manhã: 7h30min às 11h30min / tarde e noite: 13h às 22h. Através de parceria com empresa terceirizada, são disponibilizados aos alunos os serviços de lanchonete nos seguintes horários: segunda a sábado, das 7h30min às 11h30min e das 14h às 22h.

### **Instalações Sanitárias**

As instalações sanitárias destinadas tanto ao corpo docente como aos alunos são limpas, de fácil acesso e compatíveis ao número dos usuários. Estão adaptadas às pessoas com necessidades especiais.

### **Condições de Acesso para Portadores de Necessidades Especiais**

Aos alunos portadores de deficiência física, o IESPES apresenta as seguintes condições de acessibilidade:

- Elevador para uso da comunidade acadêmica com necessidades especiais.
- Livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas);

- Vagas reservadas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;
- Rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- Portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- Barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- Lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas;
- Sinalização para portadores de deficiência visual;
- *Software* destinado aos portadores de deficiência visual (DOSVOX).
- Equipamento de ampliação de leitura.

Em relação aos alunos portadores de deficiência auditiva, o IESPES possui uma intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e realiza atendimentos periódicos, sob a coordenação do NAAP, conforme descrito no Programa de Apoio ao Estudante com Necessidades Educacionais Especiais.

### **Infraestrutura de Segurança**

O IESPES possui representantes na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, existente na mantenedora. Para o processo de admissão na empresa, todos os colaboradores passam pelo médico e técnico de saúde e segurança no trabalho. O prédio é fiscalizado, semanalmente, por esta equipe. No prédio onde funciona o IESPES são atendidas as normas de segurança no que concerne a pessoal e equipamentos. O prédio foi vistoriado pelo Corpo de Bombeiros de modo que as suas condições gerais de funcionamento foram aprovadas.

O prédio está equipado com extintores, escadas de incêndio, além de amplas áreas de circulação. Existe controle de acesso ao prédio, além de funcionários que exercem vigilância nas áreas de circulação interna e externa. Preocupados com a biossegurança, para os laboratórios de química e microbiologia foi criado um sumidouro próprio para recolha das águas e produtos.

## EQUIPAMENTOS

### Acesso a Equipamentos de Informática

O IESPES possui 05 laboratórios de Informática, sendo 02 direcionados às pesquisas de alunos e 03 exclusivos para atividades relativas aos componentes curriculares. Além disso, há equipamentos de informática disponíveis a todos os alunos na biblioteca da instituição.

O funcionamento dos laboratórios é de segunda à sexta das 7h30min às 22h e aos sábados, das 7h30min às 18h, sempre com a presença de um responsável qualificado, auxiliando os usuários.

### Recursos Audiovisuais e Multimídia

O IESPES coloca à disposição de seus docentes e alunos, recursos audiovisuais e multimídia. Esses equipamentos podem ser utilizados mediante agendamento no setor de áudio e vídeo.

<b>Equipamentos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Características</b>
Smart TV's	12	29" / 32"
DVD's	03	-
Projetores multimídia	06	-
Notebooks	03	
Caixinhas de Som	04	
Caixa de som fixas nas salas	03	-
Projetores fixos em salas	07	
Projetores: laboratório de informática, auditório e anatomia	02	

## **Rede de Comunicação Científica (Internet)**

O IESPES possui seus equipamentos interligados em rede de comunicação científica (Internet), e o acesso aos equipamentos de informática está disponível em quantidade suficiente para o desenvolvimento das atividades. Além de fazer uso do sistema *wireless* para toda comunidade acadêmica.

Os equipamentos estão ligados a um tonel direto da Embratel o que deixa disponível aos discentes, docentes e toda Instituição o acesso à internet 24 horas por dia.

## **27 SERVIÇOS**

### **27.1 Manutenção e Conservação das Instalações Físicas**

Todas as instalações físicas são limpas constantemente, estando em perfeito estado de conservação. A manutenção e a conservação das instalações físicas, dependendo de sua amplitude, são executadas pela equipe de manutenção da Instituição ou através de contratos com empresas especializadas.

### **27.2 Manutenção, Conservação e Expansão dos Equipamentos**

A manutenção e a conservação dos equipamentos, dependendo de sua amplitude, são executadas por funcionários da Instituição (equipe de áudio e vídeo) ou através de contratos com os fornecedores dos equipamentos.

A atualização dos equipamentos é feita a partir de uma análise periódica dos funcionários da Instituição, os quais devem verificar a necessidade de se adquirir novos equipamentos e/ou atualizar os existentes.

Os equipamentos de informática são atualizados com base em *upgrades* periódicos. A substituição é realizada mediante convênio com a *Microsoft Scholl Agreement*, com base nos *softwares* que se apresentam mais atualizados. A aquisição de novos equipamentos é conduzida sob a orientação do técnico responsável pelos laboratórios. Os laboratórios contam com técnicos especializados nas respectivas áreas, que respondem por toda a manutenção básica dos equipamentos, inclusive com suprimento e assistência. A manutenção é realizada segundo os preceitos e métodos previstos pela TPM – *Total Productivity Management*, observando o seguinte quadro conforme as etapas a seguir:

<b>Tipologia</b>	<b>Frequência</b>
Manutenção Corretiva	Executada conforme demanda, inicialmente com técnicos próprios e, num segundo momento, através de empresas terceirizadas.
Manutenção Preventiva	A cada seis meses, todos os equipamentos sofrem manutenção preventiva, que consiste, basicamente, em limpeza e revisão.
Manutenção Preditiva	Os fornecedores de equipamentos apresentam um quadro da vida útil dos principais componentes que serão, periodicamente, substituídos para evitar o custo do desgaste de peças.



## 28 BIBLIOTECA

### 28.1 Espaço Físico

A biblioteca, aberta à comunidade em geral, ocupa uma área física de 350 m<sup>2</sup>, com capacidade de atendimento para 400 pessoas, distribuída da seguinte forma:

Área	Qtde	Capacidade
Recepção	02	
Salão de estudos	01	25 pessoas
Sala de estudo em equipe	01	10 pessoas
Sala de projeção	01	10 pessoas
Salas de acervo	10	
Sala do acervo de áudios e vídeos	02	
Cabines individuais	06	12 pessoas
Biblioteca virtual - computadores	04	04 pessoas
Sala de periódicos	01	30 pessoas
Terminas de empréstimos	03	
Terminal de devolução	01	
Guarda volumes	01	
Sala de processamento técnico	01	05 pessoas
Saída de emergência	01	
Extintores de incêndio	06	

### Instalações para o acervo

O acervo encontra-se organizado em estantes próprias de ferro, com livre acesso do usuário. Está instalado em local com iluminação natural e artificial adequada e as condições para armazenagem, preservação e a disponibilização atendem aos padrões exigidos. Há extintor de incêndio e sinalização bem distribuída.

### Instalações para estudos individuais

A sala de estudo individual é composta de mesas com capacidade para dez lugares e cabines individuais, dispostas em ambiente reservado e climatizado, permitindo maior conforto e tranquilidade aos usuários.

### Instalações para Estudos em Grupos

As salas de estudos em grupo são um ambiente reservado e com capacidade para dez pessoas, ficando disponível, conforme agendamento.

### 28.2 Acervo

Área do Conhecimento	Livros		Periódicos	DVD	CD Rom
	Tít.	Exemplar			
Existente					
Ciências Exatas / terra	244	1.667	03	-	195
Ciências Biológicas	319	3.373	03	-	-
Engenharia / Tecnologia	56	300	03	-	-
Ciências da Saúde	1.044	6.853	19	158	268
Ciências Agrárias	261	972	02	106	15
Ciências Sociais	716	4.749	20	143	105
Ciências Humanas	1.011	5.571	32	34	136
Linguística, Letras e Artes	332	899	02	03	77
<b>Total</b>	<b>3.983</b>	<b>25.077</b>	<b>84</b>	<b>444</b>	<b>796</b>

## **Livros**

O acervo específico do em Pedagogia conta com cerca de 920 títulos de livros e mais de 3.558 exemplares e assinaturas de periódicos.

## **Periódicos**

O acervo específico do Curso de Licenciatura em Pedagogia conta com assinatura corrente de dos seguintes periódicos físicos: a) Ensino Superior, b) Nova Escola, c) Pátio Educação Infantil, d) Pátio Educação Infantil, e) Pátio Ensino Médio, f) Gestão Educacional, g) Poli, Agitação, h) Ensino Superior: Legislação Atualizada (ABMES), i) *Educatio*: o ensino brasileiro entre pérolas e mitos, j) Questão Cidadania: vencendo a luta contra o analfabetismo, k) Revista Ed. Guia da Alfabetização, l) Radis, m) Filantropia, n) Linux, o) Professor Mestre, p) .br – Comitê Gestor da Internet no Brasil, q) *Scientific American*, r) Mente e Cérebro, s) Fenacon. Além destes, o IESPES disponibiliza aos alunos os seguintes periódicos de acesso livre presentes em bases de dados também de acesso livre, com link disponibilizado no site institucional: Revista Brasileira de Educação e Cultura, Revista Brasileira de Educação Especial.

### **28.3 Informatização**

A biblioteca é informatizada, no que se refere à consulta ao acervo, aos recursos de pesquisa e ao empréstimo domiciliar através do sistema TOTVS. Existe representação de todo o acervo no sistema informatizado utilizado pela Instituição. Estão disponíveis para os usuários oito microcomputadores com acesso à Internet.

## **Base de Dados**

A biblioteca disponibiliza sua base de dados do acervo para consulta local e possui microcomputadores com acesso à Internet para consulta a diversas bases de dados.

## **Multimídia**

A sala de vídeo está equipada com TV e Vídeo, com capacidade para dez pessoas. Os vídeos destinados ao Curso de Pedagogia poderão ser utilizados pelos alunos, em sala localizada na biblioteca ou quando por solicitação de professor em sala de aula.

## **Jornais e Revistas**

A biblioteca conta com a assinatura corrente dos seguintes jornais e revistas: O Diário do Pará, O Liberal, Gazeta de Santarém, Jornal de Santarém, O Impacto, Revista Veja, Revista Isto É, Revista Época, Planeta, Ciência Hoje, Árvore, Via Amazônia, Análise, *National Geographic* e SANEAS.

### **28.4 Política de Aquisição, Expansão e Atualização**

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo baseia-se nas necessidades indicadas pelas coordenações de cursos, com base na bibliografia básica e complementar das disciplinas que integram a matriz curricular dos planos de aula e/ou identificação de necessidades por parte da equipe da biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Instituição.

A biblioteca solicita, semestralmente, às coordenações de cursos, indicação de publicações e materiais especiais, para atualização e expansão do acervo. Os professores recebem um impresso com dados a serem preenchidos, indicando a bibliografia básica e complementar a ser adotada durante o período letivo seguinte, em conformidade com os programas previstos.

No decorrer do semestre, são adquiridas obras de acordo com novos lançamentos e que sejam relevantes para os cursos, com o objetivo de atender os usuários em tempo hábil e deixar o acervo sempre atualizado.

### **28.5 Serviços**

#### **Horário de Funcionamento**

De segunda a sexta-feira no horário das 7h30min e às 22h e aos sábados de 7h30min às 17h.

## **Serviço e Condições de Acesso ao Acervo**

A biblioteca disponibiliza os seguintes serviços: consulta local e empréstimo domiciliar; levantamento bibliográfico; comutação bibliográfica; e orientação quanto à normalização bibliográfica (normas ABNT).

O acervo bibliográfico está à disposição do usuário, ao qual é permitido o livre acesso às estantes podendo solicitar, quando necessário, qualquer ajuda ou informação dos funcionários.

O empréstimo domiciliar é facultado aos professores, aos alunos e aos funcionários da Instituição.

- Alunos e funcionários poderão emprestar até 02 (dois) livros de cada vez, por um período de 05 (cinco) dias, sujeito à multa de R\$ 2,00 por cada dia de atraso na devolução e suspensão de novo empréstimo.
- Professores e alunos de pós-graduação poderão emprestar até 05 (cinco) livros de cada vez, por um período de 10 (dez) dias. O sistema de empréstimo é totalmente informatizado e compatível com o sistema adotado pela biblioteca para informatização do acervo, possuindo como princípio de localização o número patrimonial de cada publicação, agilizando e facilitando o atendimento ao usuário.

O IESPES possui convênio com o *COMUT ON-LINE*, que conta com 200 bibliotecas-base e cerca de 800 bibliotecas solicitantes, o que permite que qualquer pessoa possa solicitar e receber cópia de artigos publicados em periódicos técnico-científicos (revistas, jornais, boletins, etc.), teses e anais de congressos existentes nas melhores bibliotecas do país. Através da base de dados do Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CNN) pode ser localizado o documento desejado e a biblioteca onde ele pode ser encontrado.

## **Pessoal Técnico-Administrativo**

O pessoal técnico-administrativo é formado por uma bibliotecária e nove auxiliares.

## **Apoio na Elaboração de Trabalhos Acadêmicos**

A biblioteca conta com um programa permanente de treinamento de usuários, com o objetivo de auxiliá-los na normalização de seus trabalhos monográficos. Além disso, disponibiliza o conjunto de normas da ABNT para normalização de documentação e um Manual de Normas para a apresentação de trabalhos técnicos e científicos.

## 29 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

O IESPES possui cinco laboratórios de informática projetados para atividades do corpo docente e corpo discente. O seu espaço físico atende à quantidade dos usuários, possuindo climatização, iluminação adequada e *layout* apropriado às atividades de ensino.

Os laboratórios foram montados exclusivamente para o IESPES, com microcomputadores e dois servidores de serviços. Os laboratórios estão conectados a um *link* dedicado à Internet que os deixam disponíveis aos discentes, docentes e toda a Instituição o acesso em tempo integral.

Laboratórios	Área (m <sup>2</sup> )	Horário de Funcionamento
Laboratório de Informática I	66,26	Segunda à Sexta das 8h às 22h  Sábado das 8h às 17h30min
Laboratório de Informática II	66,26	
Laboratório de Informática III	66,26	
Laboratório de Conectividade	30,00	
Laboratório de Informática V	30,00	

### Laboratório 01- pesquisa

Atualmente possui 15 máquinas, 14 para pesquisas acadêmicas e 1 para o Monitor do labin, sala climatizada com mobiliário próprio, 16 assentos 1 para cada aluno. Todos os PC's possuem processador de 2.4GHz a 3.0 GHz, HD com capacidade de 80 GB a 160 GB, memória de 512MB a 1GB, com monitores de 17" LCD para melhor visualização. Sistema operacional Linux Mint, com os *softwares* instalados: Libre office, software para leitura de arquivos em formato pdf, compactador e descompactador de arquivos.

### **Laboratório 02 - aula e pesquisa**

Atualmente possui 30 máquinas, para atividades acadêmicas, sala climatizada com mobiliário próprio, 66 assentos. Todos os PC possuem processador de 2.4GHz a 3.0GHz, HD com capacidade de 160GB a 320GB, memórias de 2GB e 4GB, com monitores de 17” e 18” LCDs. Sistema operacional Microsoft Windows 7 Professional Service Pack 2 e Linux Mint, com os softwares instalados: Suíte de Aplicativos Microsoft Office 2010, *software* para leitura de arquivos em formato pdf, compactador e descompactador de arquivos, antivírus, software para limpeza e proteção do sistema.

### **Laboratório 03 aula**

Atualmente possui 20 máquinas, para atividades acadêmicas, sala climatizada com mobiliário próprio, 30 assentos. Todos os PC possuem processador de 2.4GHz a 3.0GHz, HD com capacidade de 160GB, memória de 1GB, com monitores de 15” LCDs. Sistema operacional Microsoft Windows 7 Professional Service Pack 2 e Linux Mint, com os softwares instalados: Suíte de Aplicativos Microsoft Office 2010, *software* para leitura de arquivos em formato pdf, compactador e descompactador de arquivos, antivírus, software para limpeza e proteção do sistema.

### **Laboratório 04 – Conectividade**

Atualmente possui 20 máquinas, para aulas práticas especificamente para o curso de redes de computadores, sala climatizada com mobiliário próprio, 30 assentos. Todos os PC possuem processador de 1.4GHz a 3.0GHz, HD com capacidade de 40GB a 160GB, memória de 512MB a 1GB, com monitores de 15” a 17” CRT. Sistema operacional Microsoft Windows server 2008 e Linux Debian, com os softwares instalados: Suíte de Aplicativos Microsoft Office 2010, software para leitura de arquivos em formato pdf, compactador e descompactador de arquivos, antivírus, software para limpeza e proteção do sistema.

### **Laboratório 05 – aula**

Atualmente possui 20 máquinas, para atividades acadêmicas, sala climatizada com mobiliário próprio, 40 assentos. Todos os PC possuem processador Intel Core i3, HD com

capacidade de 320GB a 1TB, memória de 4GB, com monitores de 19” LCD. Sistema operacional Microsoft Windows 7 Professional Service Pack 2 e Linux Mint, com os softwares instalados: Suíte de Aplicativos Microsoft Office 2010, software para leitura de arquivos em formato pdf, compactador e descompactador de arquivos, antivírus, software para limpeza e proteção do sistema.

Os laboratórios de informática são usados para as aulas práticas de informática e ainda, para outras atividades nos horários em que o laboratório estiver disponível. Há um técnico de laboratório da instituição, que presta todo o auxílio necessário para o bom desempenho das atividades dos discentes.

### **30 RESPONSABILIDADE SOCIAL E ACESSIBILIDADE**

A responsabilidade social no IESPES pode ser medida pelo seu compromisso na condução do exercício das funções institucionais e no planejamento e gestão acadêmico-administrativa, tendo presentes competência, eficácia e eficiência da comunidade acadêmica, a fim de contribuir efetivamente para a inclusão social e o desenvolvimento socioeconômico da região em que está inserida.

A defesa do meio ambiente, a preservação da memória cultural e da produção artística regional inserem-se, também, nas políticas, diretrizes, estratégias e ações de responsabilidade social.

No IESPES, a responsabilidade é implementada por meio de políticas que assegurem qualidade da formação dos seus alunos e dos serviços prestados; promoção de valores éticos; promoção de programas de incentivo, aprimoramento e qualidade de vida de seus colaboradores; e estabelecimento de parcerias com ONG’s e instituições públicas para ações voltadas à redução das desigualdades sociais e econômicas regionais.

Sua presença será visível no desenvolvimento de atividades de extensão do IESPES (programas, projetos, eventos e serviços) sobre temas relevantes que tenham impacto na melhoria da qualidade de vida da comunidade social, particularmente, os ligados aos cursos e programas de educação superior ofertados. Constará, também, do desenvolvimento de ações no ensino, por meio de:

- Componentes curriculares permanentemente atualizados, levando-se em conta as diretrizes curriculares nacionais, os avanços da ciência e da tecnologia e as condições regionais;
- Seminários, encontros e atividades complementares integrando as comunidades acadêmica e social;



- Participação efetiva dos alunos, sob a supervisão dos professores, em todas as ações de integração com a comunidade social, especialmente, em relação às minorias e aos excluídos, principalmente nas atividades do Projeto Interdisciplinar (PI);

Além disso, a responsabilidade será desenvolvida na implementação de planos e programas de incentivos e benefícios voltados à comunidade acadêmica, destacando-se:

- Bolsas destinadas às atividades de iniciação científica extensionista;
- Bolsas de monitoria, bolsas de estudo ou de trabalho;
- Planos de carreira docente e de cargos e salários para o pessoal técnico-administrativo;
- Plano de capacitação dos corpos docente e técnico-administrativo, sob a coordenação do NAAP;
- Incentivo à participação de docentes e discentes em eventos, ligados à sua área de trabalho/estudo, conforme estabelecido no PCCR;
- Condições adequadas de segurança; e
- Clima organizacional que valorize o colaborador.

Além disso, o IESPES busca constantemente promover debates que fomentem a discussão sobre Temas transversais como questões de gênero, sustentabilidade, Ações Afirmativas, Lei de Cotas, Racismo, Autismo, Política para mulheres, dentre outros temas que se enquadram na Educação para Direitos Humanos.

### **31 BIBLIOGRAFIA**

ANTUNES, Celso. **O jogo e a educação infantil: falar e dizer, olhar e ver, escutar e ouvir**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRASIL. **Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação**. (PRADIME). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. – Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. (Caderno de Textos; v.1)

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Licenciatura em Pedagogia**. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 2. **Diretrizes para formação inicial em nível superior**. Brasília, 2015.

CENTURION, Marília...[ et al]. **Jogos, projetos e oficinas para educação infantil**. São Paulo: FTD, 2004.

DOHME, Vania. **Atividades lúdicas na educação: o caminho de tijolos amarelos do aprendizado.** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GIMENES, Beatriz Piccolo. **Brinquedoteca: manual em educação e saúde /** Beatriz Piccolo Gimenes, Sirlândia Reis de Oliveira Teixeira – 1. Ed – São Paulo: Cortez, 2011.

FRIEDMANN, Adriana. **O Brincar na Educação Infantil: observação, adequação e inclusão.** 1ª ed. ; São Paulo: Moderna, 2012.( Cotidiano escolar: ação docente).

INSTITUTO ESPERANÇA DE ENSINO SUPERIOR. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** Santarém, 2013-2017.

KISHIMOTO, T. M. O jogo e a educação infantil. **Revista Perspectiva.** Florianópolis, UFSC/CED, NUP, n. 22, p. 105-128. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar>. Acesso em 02 dezembro, 2016.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MALUF, Angela Cristina Munhoz. **Brincar: prazer e aprendizado.** 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MEYER, Ivanise Corrêa Rezende. **Brincar e viver: projetos em educação infantil.** 4.ed. Rio de Janeiro: WAK, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM – Secretaria Municipal de Infraestrutura. **Inventário de Oferta de desenvolvimento estrutural de Santarém.** Santarém, 2014.

RODARI, G. **Gramática da fantasia.** Trad. Antonio Negrini; direção da coleção de Fanny Abramovich. São Paulo: Summus, 1982. (Coleção Novas Buscas em Educação, v. 11).

SANTOS, Santa Marli Pires dos.(org). **Brinquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico.** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANTOS, Santa Marli Pires dos.(org). **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos.** – 12.ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VALLE, Luiza Elena Leite Ribeiro do. **Brincar de aprender: uni-duni-tê: o escolhido foi você.** Rio de Janeiro: WakEd., 2008.

XABREGAS, Quézia. F. **“Novas Tecnologias! Novas Crianças! Novas Professoras!”: o desafio do PROUCA para a inclusão digital da Educação Infantil na Amazônia brasileira.** Dissertação (Mestrado em Educação).210 p. Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará; Santarém: Pará, 2015.

**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.**

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO**

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4º A realização de estágios, nos termos desta Lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

I – identificar oportunidades de estágio;

II – ajustar suas condições de realização;

III – fazer o acompanhamento administrativo;

IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;

V – cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6º O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

## CAPÍTULO II DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei.

### CAPÍTULO III DA PARTE CONCEDENTE

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

#### CAPÍTULO IV DO ESTAGIÁRIO

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

#### CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.

## CAPÍTULO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

VI

Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como representante de qualquer das partes.

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

- I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;
- II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;
- III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;
- IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§ 5º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

Art. 18. A prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta Lei apenas poderá ocorrer se ajustada às suas disposições.

Art. 19. O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 428. ....

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

.....

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

.....

§ 7º Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.” (NR)

Art. 20. O art. 82 da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“[Art. 82](#). Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.

[Parágrafo único](#). (Revogado).” (NR)

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as [Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977](#), e [8.859, de 23 de março de 1994](#), o [parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), e o [art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001](#).

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187ª da Independência e 120ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Fernando Haddad*  
*André Peixoto Figueiredo Lima*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.9.2008